

EVA CONCEIÇÃO APARECIDA FLORENTINO

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO
EDUCADOR: TECNOLOGIA E AVALIAÇÃO.**

PUC-CAMPINAS

2007

EVA CONCEIÇÃO APARECIDA FLORENTINO

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO
EDUCADOR: TECNOLOGIA E AVALIAÇÃO.**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação - Curso de Mestrado em Educação - Área: Educação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho.

PUC-CAMPINAS

2007

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora:

Profa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho.

Membro externo:

Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns, Profa. Da USP Ribeirão Preto/SP.

Membro externo suplente:

Profa. Dra. Mara Regina Lemes de Sordi

Membro interno titular:

Profa. Dra. Heloísa Helena Oliveira de Azevedo, profa. Titular da PUC-Campinas.

Membro interno suplente:

Profa. Dra. Graziela Giusti Pachane, profa. titular da PUC-Campinas.

Campinas, 29 de junho de 2007.

*Dedico esse trabalho a todos aqueles que como eu
procuraram no estudo uma luz,
uma orientação para seguir em frente
e que não se conformaram com a tirania exercida
pela ignorância do ser humano.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me colocado nesse mundo para que eu pudesse aprender a construir em mim um ser humano melhor.

Aos meus pais e, em especial ao meu pai Primo *in memorian*, que sempre me incentivou aos estudos e não mediu esforços enquanto esteve nesse mundo, para que eu tivesse essa oportunidade.

À minha mãe Maria de Lourdes agradeço pelo olhar da arte, incentivado desde menina, nas tardes em que nos levava a mim e aos meus irmãos ao cinema no Centro de São Paulo.

À minha bisavó Eva Viscondi *in memorian* pelo prazer de tê-la conhecido e pela herança que me deixou com seu exemplo de determinação, garra, coragem e alegria de viver, e o gosto pela arte; aos meus avós Fernando Joaquim e Josephina *in memorian*, por fazerem parte da minha vida e por colaborarem com a minha formação, pelas muitas coleções de livro que ganhei.

Aos meus tios, Luiz Marcelo *in memorian* e Cleusa, pela amizade e pelo carinho de toda a vida.

A minha filha, Heloísa, motivação para tantas conquistas em minha vida, pela sua compreensão e respeito aos inúmeros momentos e finais de semana em que não pude fazer outra coisa senão me ocupar do estudo e do trabalho.

Às minhas amigas Ana Lúcia, Sandra Júlia e Sylvia, pelos inestimáveis momentos de paciência, incentivo, compreensão e ajuda.

Ao meu querido Desmond, pelas horas de companhia e alegria.

À Cristina Helena Guimarães Sartori, por seu trabalho e sua ajuda para que eu conquistasse em mim novas visões.

Nesta jornada de dois anos de meio, quero agradecer também a todos os colegas de profissão e de trabalho, antigos e os recém chegados em minha vida, e amigos que estiveram ao meu lado, me apoiando e me assistindo em meus momentos conturbados e que de maneira direta ou indireta contribuíram para que eu acrescentasse em minhas reflexões um outro olhar .

Quero agradecer também à Kelly, à Regina, ao pessoal da informática, pelo atendimento e, especialmente aos funcionários da biblioteca Sérgio, Tuca, Regis e Cidinha pela atenção, pela boa vontade e pela colaboração, local da universidade em que fui sempre muito bem atendida.

Agradeço também a todos os professores de cujas disciplinas participei durante o programa e que ao longo dessa jornada me ajudaram a construir esse trabalho, e mudar algo dentro de mim.

Em especial à professora Maria Eugênia Castanho, por me conduzir e tornar possível esse momento a despeito de todos os obstáculos e dificuldades.

“Renova-te.

Renasce em ti mesmo.

Multiplica os teus olhos, para

[verem mais,

Multiplica os teus braços para

[semeares tudo.

Destrói os olhos que tiverem

[visto.

Cria outros, para as visões

[novas.

Destrói os braços que tiverem

[semeado,

Para se esquecerem de colher.

Sê sempre o mesmo.

Sempre outro.

Mas sempre alto.

Sempre longe.

E dentro de tudo”.

Cântico XIII. Cecília Meireles

RESUMO

FLORENTINO, Eva Conceição Aparecida. *Um Estudo sobre a Formação do Educador: Tecnologia e Avaliação*. Dissertação de Mestrado em Educação- Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007. Orientadora: Profa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre uma experiência na formação de professores implementada no município de Jundiaí, estado de São Paulo. Tem por objeto de estudo a ampliação das discussões sobre as possibilidades concretas de realização da melhoria do ensino e da educação, partindo do investimento na formação de seus sujeitos, no âmbito pessoal, acadêmico e na sua atuação profissional. Pretende discutir e desmistificar o uso do aparato tecnológico em sala de aula através de um olhar local e atento para o importante papel da avaliação como processo de formação do profissional em serviço e na melhoria da qualidade do ensino e observa a instrumentalização das instituições com aparatos tecnológicos, como facilitadora da comunicação e aproximadora de linguagens, auxiliares do processo de ensino-aprendizagem e a importância da utilização da avaliação como instrumento auxiliar na intervenção e resolução de problemas. São utilizadas a análise documental e a entrevista com alguns dirigentes de ensino, incluindo-se o próprio Secretário da Educação do Município. Enfatiza a necessidade da participação de toda a equipe escolar em conjunto com a estrutura de uma Secretaria de Educação que aproxime e acolha as suas instituições respeitando as suas necessidades locais e assistindo-as no seu desenvolvimento com o Projeto Político Pedagógico.

Termos de indexação: formação de professores, tecnologia e avaliação.

ABSTRACT

FLORENTINO, Eva Conceição Aparecida. *A Study on Teacher Formation : Technology and Assessment*. Dissertation of Master's Degree in Higher Education. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007. Advisor: PhD. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho.

The present work aims at reflecting on an experience in Teacher Formation implemented in Jundiai, a city in the countryside of Sao Paulo. Its focus is on broadening the discussions on real possibilities of improving teaching and education, from the investment in teacher formation, including personal, academic and professional aspects. This work has the goal of discussing and demystifying the use of the technological apparatus in classrooms through a local point of view, and points out at the important role of assessment as an in-service process and to the improvement in the quality of teaching . It also focuses on the instrumentalization of such institutions , firstly as a means to facilitate both communication and languages, which help the teaching-learning process. Secondly, the importance of assessment as a helping instrument in intervening and solving problems. We have used documental analysis and interviews with some educators, including the Secretary of Education of the aforementioned city. This work emphasizes the need of the whole academic staff participation together with the structure that the Secretary of Education can provide, so that they can become more interactive and local needs can be observed, as a way to help the development of the Political-Pedagogical Project.

KEY WORDS: teacher formation, technology, assessment.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1	
Formação: uma viagem no tempo e no espaço	22
1.1 A aprendizagem e o tempo	22
1.2 O ensino municipal em Jundiaí: o livro, a História relatada	32
1.2.1 A palavra do Secretário da Educação	33
1.2.2 A História da Municipalização do Ensino	39
Capítulo 2	
A metodologia da pesquisa	49
2.1 Sobre a análise documental	50
2.2 Sobre as entrevistas	54
Capítulo 3	
Globalização e tecnologia: comunicação e invisibilidade e a sua influência na formação do professor	56
3.1 A universalização das políticas educacionais e a invisibilidade local	56
3.2 A rápida assimilação da tecnologia nos meios populares	59
Capítulo 4	
O papel da avaliação como processo de melhoria na formação de profissionais e na qualidade de ensino	69
4.1 A Avaliação Formativa	70
4.2 Em que escola brasileira a avaliação formativa é praticada?	73
4.3 A serviço da aprendizagem: algumas considerações	77
Considerações finais	86
Anexo I – Roteiro de entrevista	90

Anexo II - Entrevista Diretora I	91
Anexo III - Entrevista Diretora II	99
Anexo IV - Entrevista Assessora	111
Anexo V - Entrevista Secretário	121
Referências	133

INTRODUÇÃO

“O que é educação? É o processo pelo qual um “filhote” da espécie humana, inacabado, desprovido dos instintos e das capacidades que lhe permitiriam sobreviver rapidamente sozinho, apropria-se, graças à mediação de adultos, de um patrimônio humano de saberes, de práticas, de formas subjetivas, de

obras.

Essa apropriação lhe permite tornar-se, ao mesmo tempo e ao mesmo movimento, um ser

humano,

membro de uma sociedade e de uma

comunidade,

um sujeito singular, absolutamente original.

A educação é um triplo processo de humanização, de socialização e de singularização”.

Bernard Charlot

Como professora das redes Pública Estadual e Municipal e Particular e, mais recentemente, como diretora de Escola da Rede Municipal de Ensino do Município de Jundiaí, creio ter reunido experiência para fazer uma reflexão sobre a atuação docente nas escolas de Ensinos Fundamental e Médio e discutir a formação universitária de professores, sendo que a universidade é responsável pela formação do profissional professor que atua na formação de seres humanos. A partir de um trabalho desenvolvido em meu cotidiano, percebi a necessidade da constante reflexão sobre a prática dos professores e professoras dentro de sala de

aula como ponto crucial de formação, comunicação e interação com o papel que se deseja que, a cada momento da educação, o educando cumpra.

Assim, considero que no epicentro da educação encontra-se o profissional professor e a sua formação. Que componentes em seus variados âmbitos devem integrar a formação desse ser humano que atua na educação de outrem?

O sucesso da aprendizagem dos educandos não pode estar dissociado da formação e do currículo oculto explicitado nas formas de apresentação dos conteúdos básicos. Assim, um profissional mal formado é aquele que tão somente reproduz os conteúdos elencados nos livros didáticos e se desresponsabiliza não somente pelo fracasso de suas aulas, como também pelo papel de agente de sua própria formação.

É preciso perceber que o que está em jogo não é somente a formação acadêmica do indivíduo, mas sim a sua formação pessoal como um todo; saber esse cada vez mais delegado à escola. A universidade, por sua vez, tem contribuído em muito para as falas de profissionais recém egressos, no que tange ao seu distanciamento da realidade que encontram quando iniciam sua carreira docente.

Para além das especificidades que envolvem cada currículo e cada curso, somadas às realidades específicas locais e regionais, está o fato de que esse professor ou professora tenha passado pela universidade lendo muito pouco, escrevendo menos ainda, e fazendo um estágio “faz de conta” para cumprir tão somente uma formalidade burocrática em seu currículo.

Afloram críticas sobre a formação do professor como se essa dependesse tão somente da universidade, e como se a formação não devesse considerar o antes e até mesmo as origens pessoais, a história constituída desde a formação formal e informal, incluindo os currículos ocultos. As salas de aula universitárias estão abarrotadas de alunos cuja história pessoal de relação com a aprendizagem difere em muito pouco.

Tem sido uma constante para mim ler autores que tecem uma crítica à postura tradicional dos professores e professoras em seu exercício docente, condenando suas práticas em seus aspectos mais tradicionalistas como o da aula expositiva, e acenando para a busca de metodologias diferenciadas. O máximo que consegui apreender desses textos, entretanto, são tais palavras ácidas que calam como jargões solitários as mentes resignadas e crentes da emergente necessidade dessa busca, sem que, no entanto, ela seja realmente atendida. O discurso vigente hoje sobre o profissional professor é de que ele seja um sujeito criativo, capaz de superar e atravessar os métodos tradicionais e de romper barreiras pessoais, um profissional ousado que consiga em seu cotidiano lançar mão de múltiplos recursos.

Apontar o professor ou professora como um sujeito autoritário na atualidade é, no mínimo, contradizer o sistema educacional brasileiro, num momento em que a escola como instituição e a figura do professor como profissional buscam ressignificar seus papéis diante da sociedade. O discurso da autoridade parece mais uma maneira de descaracterizar o profissional no exercício de sua profissão, já que a expectativa capitalista em relação à aprendizagem parece ser tão somente a de atender à superficialidade que alimenta o mercado. Assim, um indivíduo, ao longo de sua carreira profissional, precisaria fazer vários cursos de curta duração, até porque diante dessa mobilidade tecnológica, alguns cursos, assim como algumas ocupações profissionais, podem ser efêmeras.

No que tange às salas de aula, essas passaram a fazer parte dessa mesma ideologia capitalista, tratando o conhecimento e a formação acadêmica apenas como um produto. As aulas expositivas, hoje muitas vezes alvo de ironias, estão equivocadamente sendo confundidas com o fato de estarem representadas na figura de um profissional não qualificado para o exercício da docência, até porque não há como dissociar a aula da figura do professor, independentemente das estratégias e dos recursos por ele utilizados.

Será que alguém que não tenha passado por um processo de prática concreta e formação pedagógica pode proclamar-se professor, descompromissado do ato de pensar o seu compromisso com a aprendizagem?

É evidente que o fato de alguém passar por um curso de formação pedagógica também não garante o bom profissional. Para muito além da formação técnica, está a formação pessoal e a vocação de cada indivíduo que mereceriam outras tantas considerações, mas prefiro não adentrar esse campo e referir-me a ele tão somente na superficialidade, para não perder o viés da formação do profissional docente.

Apesar desses fatores, como poderíamos hoje pensar um profissional que minimamente não tivesse passado por qualquer formação acadêmica, por mais envolvido e comprometido que fosse? Nesse caso, penso que estaríamos caracterizando o exercício docente como puro amadorismo, algo que qualquer pessoa, em qualquer tempo, pudesse resolver fazer sem nenhum comprometimento com os pilares que alicerçam a história e o conhecimento da própria Educação. Simplesmente não posso imaginar qualquer profissão exercida assim, apenas pela boa vontade individual, razão pela qual não trarei à luz essa discussão.

As salas de aula dos cursos de graduação do país, com cerca de 100 alunos, fazem do professor um palestrante eventual, sem tempo para a formação do aluno, mais preocupado com o tempo que demanda em preencher papéis, diários, e formulários, e, mais recentemente, com o uso de aparatos tecnológicos, que possam dar um certo “status” não somente à universidade que os possui (mostrando-se equipada e moderna), como ao profissional que muitas vezes apenas troca o giz pelo mouse, mas que pouco acrescenta realmente à sua prática. Não seria possível, então, pressupor alguma autonomia dos alunos em relação aos seus estudos se, na sua maioria, estão tendo uma educação

sucateada e fragmentada desde a infância, quando a sala de aula do ensino básico das escolas públicas municipais e estaduais do país abrigam cerca de 40 alunos por sala.

Nesse caso, o ensino superior seria então o único responsável pela formação do professor e do profissional que “fabrica” para o mercado. Mas em que bases e em que políticas ideológicas está realmente estruturada a organização das universidades? De que maneira se espera que ocorra a formação do profissional se o próprio ambiente de trabalho não for propício em criar esse espaço de reflexão, discussão e aprendizagem para o professor?

Considero inadequado as instituições apenas propiciarem ao educando aulas instrumentalizadas com aparatos tecnológicos, mas com pouca profundidade de leitura e pesquisa, para garantir o acesso rápido à certificação sem a garantia da aprendizagem. A aprendizagem demanda tempo, orientação, pesquisa, experimentação e maturidade e intervenções que devem ocorrer a partir da avaliação.

A avaliação a que aqui me refiro é não somente aquela em que os profissionais refletem sobre as suas práticas e as transformam em novas ações para atingir um aprimoramento, mas também aquela que, ao mesmo tempo, pode transformar-se em nova oportunidade de aprendizagem. Não devemos esquecer, porém, que, quando tratamos da sistematização do ensino e da aprendizagem, a atitude avaliativa deve ser um canal aberto, um ouvido atento aos profissionais envolvidos para se detectar os seus anseios e as lacunas entre o objetivo construído e a prática efetiva de suas ações. Deve, também, abranger todo o contingente que trabalha na educação, tanto do ponto de vista das necessidades e instrumentalização de ambientes e espaços como na seleção de palestras e cursos

que venham a contribuir para as reflexões da formação do profissional em serviço. Segundo Charlot¹, “Aprender é mudar. Coisas que têm sentido vão me mudar”.

Tempo e espaço se confundem, uma vez que as instituições defendem a necessidade de um momento para reflexão e idealização de projetos político-pedagógicos. Muitos desses projetos, entretanto, se apresentam como mera formalidade, no sentido de mostrar papéis e serviços e, na hora de se exercerem no cotidiano das salas de aula as práticas que foram planejadas – aquilo que foi idealizado nos papéis -, percebemos uma grande lacuna, um grande distanciamento entre as duas realidades.

Tal constatação levou-me a refletir sobre diversas questões. Entre elas destaco a necessidade da formação tecnológica de professores e a importância da avaliação institucional, tanto a que contempla a avaliação de todo o sistema educacional e de seus atores, projetos, serviços contratados, como aquela que se propõe a diagnosticar o resultado dessas ações na aprendizagem dos alunos. Neste amplo leque da Avaliação Institucional, destaco que não considero que haja uma separação, uma vez que tanto a avaliação do Sistema em seus aspectos administrativos e pedagógicos, como a avaliação da aprendizagem convergem para a melhoria da qualidade e estão interligadas, mesmo considerando-se a avaliação num primeiro momento, como necessidade básica imediata no diagnóstico de nossos problemas; num segundo momento como necessidade de expressar uma prática refletida, e num terceiro, como um processo vivo, dinâmico e formador.

Assim, a pesquisa propõe-se analisar a influência da tecnologia na formação do educador e a importância da avaliação. A formação tecnológica tem por objetivo atualizar o profissional na linguagem de seu tempo. De nada adiantaria o professor não se utilizar de recursos disponíveis, que muitas vezes vêm apenas atuar como facilitador de sua prática. Por sua vez, sabemos que

¹ CHARLOT, Bernard , em palestra ministrada em 07 de outubro de 2006, Ribeirão Preto-SP, pela Conexa Eventos Pedagógicos.

estes recursos ainda não são tão disponíveis assim quanto à instrumentalização nas diversas instituições. Além do que, a demanda tecnológica é recente na história de formação do professor, mas como a evolução tecnológica caminha a passos largos, tem sido matéria assustadora na sua contextualização com o processo de ensino-aprendizagem, que todos sabemos, não é simples, e tampouco rápido, por mais que possa parecer o contrário.

Acrescento não se tratar apenas de uma constatação quanto ao material, ou seja, que envolva apenas a mobilização de recursos físicos, mas principalmente a relação que se estabelece entre o uso simples de um recurso tecnológico e a sua coerência, o seu acréscimo na aprendizagem. Para muitos professores é como aprender uma língua nova e ter então novas relações de significados, especialmente criar uma nova cultura de aprendizagem que se atualize na linguagem do seu tempo, sem que haja o rompimento, a fragmentação, a perda da continuidade no processo de aprendizagem.

Para que haja esse convencimento é preciso pensar que aprender a ligar ou desligar equipamentos é coisa simples, porém pode tornar-se complexa, quando levada para a sala de aula. Preparar uma aula com o uso de aparatos tecnológicos e cuidar para que o significado dela não se perca, ou antes, que não seja escamoteado pela linguagem audiovisual, recurso banal utilizado em nossa sociedade, uma vez que a maioria de nossos alunos dispõe em suas casas de tvs, vídeos, aparelhos de som, aparelhos de DVD's, incluindo o próprio professor, mas os possuem como fonte de entretenimento.

Como fazer para que, ao se aproximarem linguagens, seja garantida a aprendizagem formal e tudo isso não se torne apenas o uso barato de aparatos, apenas "shows pirotécnicos" ou aquelas apresentações de filmes, vídeos que tornam o professor muitas vezes "um matador de aulas"? Quanto a formação tecnológica do professor está realmente ligada à sua dificuldade de lidar com o uso técnico desses recursos materiais? E quanto estaria ela então relacionada ao preparo de suas aulas, ao tempo e ao espaço dedicados a esse trabalho nesse ambiente que aparentemente o professor não domina?

Qual seria então a influência do uso dos recursos tecnológicos pelos professores como elementos dinamizadores de suas aulas e facilitadores do processo de aprendizagem dos alunos?

Como romper as barreiras do discurso universalizante quanto ao uso do aparato tecnológico em sala de aula, mesmo em face das restrições materiais?

Acrescento a esta questão o fato de que é preciso que haja aceitação dessa linguagem, por parte do profissional professor, como uma real possibilidade de aprendizagem, o que distingue o uso desses recursos como instrumentos de emprego eventual como auxiliares da aprendizagem e seu uso como diversão descompromissada do saber pelos alunos. Quero ressaltar que, ao discutir essa problemática, refiro-me a profissionais que trabalham em instituições localizadas em centros urbanos e em sua franja, não se tratando, portanto, de uma discussão que abranja regiões cujo nível de miséria e pobreza esteja aquém da dignidade humana.

Abordo aqui também a questão da importância da avaliação. A Avaliação Institucional a que me refiro compreende três âmbitos: a avaliação do Sistema Municipal de Ensino, nos seus aspectos administrativos e pedagógicos, qual seja, de atuação funcional, a avaliação de projetos e contratações de empresas que realizam capacitações de funcionários; a avaliação do ensino, mediante provas realizadas por empresas externas ao sistema; e a avaliação de âmbito nacional, realizada em nível de Brasil. Não fiz uma separação entre elas por constatar que ambas têm o mesmo princípio e convergem para uma mesma vertente. Considero coerente a idéia de que a avaliação de um sistema, necessariamente reflita a qualidade do serviço por ele oferecido. A avaliação institucional, portanto, deve servir como instrumento de diagnose, de análise e de intervenção na estrutura do sistema que se propõe a oferecer uma orientação de evolução e qualidade àqueles que estão a ele vinculados. A Avaliação Institucional, abrindo e fechando um ciclo de avaliações sucessivas, de revisão de práticas, de discussões entre profissionais sobre teoria e prática e de revisão e reafirmação de objetivos e

compromissos, assumidos por grupos. A avaliação como um processo vivo, dinâmico, formativo. Segundo Schön:

(...) é possível, às vezes, através da observação e da reflexão sobre as nossas ações, fazermos uma descrição sobre nossas ações, fazermos uma descrição sobre o saber tácito que está implícito nelas. Nossas descrições serão de diferentes tipos, dependendo de nossos propósitos e das linguagens disponíveis para essas descrições. Podemos fazer referência, por exemplo, às seqüências de operações e procedimentos que executamos; aos indícios que observamos e às regras que seguimos; ou a valores, às estratégias e aos pressupostos que formam nossas "teorias" da ação. (SCHÖN, 2000, p.31).

Como a avaliação pode retornar em diagnósticos e tomadas de decisões assertivas para investimentos materiais e pedagógicos?

Acompanharemos uma experiência cuja proposta quer fazer valer espaços e tempo na formação do profissional professor, inseridos na sua própria jornada de trabalho. Uma experiência em que a proposta atribui à direção da escola um papel de promotora da formação da equipe docente em exercício, levando em conta as questões locais (específicas) decorrentes da localização e do contingente que freqüenta a unidade escolar, bem como procurando contemplar algumas das necessidades e anseios da comunidade que a cerca. Essa experiência distingue-se ainda pela atuação presente de uma assessoria pedagógica permanente e parceira da direção e, ainda, por um local, um Centro de Capacitação, que permite ao profissional da educação escolher cursos tanto de formação pessoal, como específicos em disciplinas, dentro de uma gama que lhe é oferecida todos os anos.

Apresentarei brevemente os capítulos que elaborei para essa pesquisa.

O capítulo 1, intitulado *Formação de Educadores: uma viagem no tempo e no espaço*, procura estabelecer uma relação entre a formação pessoal do profissional professor e o tempo, invocando o próprio processo de aprendizagem com as próprias experiências e as de outrem no exercício de um movimento reflexivo, tanto do ponto de vista da vivência de práticas, como da ampliação da capacidade de reflexão e, conseqüentemente de compreensão e sensibilidade dos diversos aspectos humanos que envolvem o ensino e a aprendizagem e a sua relação com a escola que se pretende constituir.

O capítulo 2, intitulado *A metodologia da pesquisa*, aborda as análises documentais e as entrevistas, os norteadores das opções por mim selecionadas para esse trabalho.

O capítulo 3, intitulado *Globalização e tecnologia: comunicação e invisibilidade e a sua influência na formação do professor*, abrange a discussão sobre a instrumentalização do profissional da educação na sua relação com o currículo formal e a prática, nas questões relacionadas ao tempo e ao espaço de formação e o que realmente está por detrás dessa discussão diante do mundo globalizado em que vivemos. Procura abordar o uso de aparatos tecnológicos como meios de comunicação e interação, instrumentos de linguagem contemporâneos e não como substitutos de pessoas.

O capítulo 4, intitulado *O papel da avaliação como processo de melhoria na formação de profissionais e na qualidade de ensino*, destaca três pontos fulcrais; a importância da Avaliação Institucional, especialmente aquela vivenciada na experiência do município de Jundiaí; a relevância de seu papel na melhoria da qualidade da sistematização do ensino, na formação de profissionais e na educação de massa e inclusiva e a necessária reflexão que torna dados elementos mais humanizados e humanizadores, e não apenas instrumentos quantitativos.

Por fim, encerraremos o texto com considerações que apontem alguns caminhos e que estimulem novas pesquisas.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO DE EDUCADORES: UMA VIAGEM NO TEMPO E NO ESPAÇO

1.1 A aprendizagem e o tempo:

Quando indagamos a uma pessoa sobre a sua formação, é muito comum que a resposta se limite ao nome do curso e da universidade em que estudou. Isso porque se presume que a escola, assim como a universidade, são instituições atuantes e autorizadas pela sociedade a promoverem a formação pessoal e profissional de um indivíduo. Não podemos, portanto, perder esse viés, uma vez que a sociedade espera que isso ocorra. É preciso observar, entretanto, que para além da educação dita formal - aquela que aprendemos nas escolas -, está a educação informal, ou seja, aquela que não é dita, mas está estabelecida desde as raízes do indivíduo, do seu nascimento, e do ensinamento que lhe é transmitido em seu convívio familiar, ou não familiar, porém de caráter pessoal e social.

Pensar a formação de um profissional da educação, um professor ou professora, é também incluir essas questões, porém com um olhar muito mais profundo, uma vez que esse profissional tem de estar sensível ao ser humano, e encontrar caminhos para promover a interação e estabelecer a comunicação, para que a aprendizagem ocorra. Encontramos em Castanho uma confirmação dessa idéia:

Há alguns anos venho colecionando relatos escritos de professores sobre lembranças de professores marcantes, positiva ou negativamente. De modo geral, as boas lembranças superam as lembranças de maus professores. As características que tornaram marcantes tais professores são várias, destacando-se, em todas elas, a profunda inter-relação entre os aspectos profissionais e

peçoais. É possível perceber que a dimensão pessoal e a dimensão profissional se entrelaçam, fazendo um todo indivisível e responsável por uma postura admirável como professor. São descritos professores que “amavam o que faziam”, que “valorizavam o aluno”, “que sabiam explicar muito bem a matéria”, que “motivavam as aulas”, que “eram seres humanos ímpares.”(2002, p.155).

Segundo indicadores apresentados pela Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado de São Paulo, a taxa da escolarização brasileira na faixa etária de 7 a 14 anos, em 1950 era de 36%; em 1970, de 67%, e em 1996, momento em que é instituída a LDBEN, de 91%. Esses dados referem-se à Educação Básica e é necessário levar-se em conta o aumento populacional nesse período, portanto o nascimento de crianças e a idade mínima de 7 (sete) anos para o início da escolarização formal.

Uma recente alteração no Ensino Fundamental ocorre através da Lei 11.274/06, que propõe que o Ensino Fundamental seja de nove anos. Segundo orientações do MEC, essa ampliação do ensino fundamental para nove anos significa uma possibilidade de qualificação do ensino e da aprendizagem da alfabetização e do letramento, já que a criança terá mais tempo para apropriar-se desses conteúdos. Entretanto o documento ressalta que este não é o seu eixo principal, destacando a escola nesse período como um lugar social, um espaço de relações e que ainda propicie à criança o aprendizado da brincadeira como um dos fatores necessários ao desenvolvimento humano.

Analisando esses dados, podemos depreender que a Educação formal de massa é muito recente, a exemplo dos países colonizados, e que passa por uma série de conflitos decorrentes da utilização de modelos prontos, a princípio de origem européia, mas que estiveram sempre sendo experimentados pela população brasileira, assim como se fôssemos uma espécie de cobaias. Hoje, em virtude do domínio norte americano, tal Educação tornou-se uma miscelânea e um conflito entre as ideologias culturais que enaltecem o saber como forma de elitização e a que enaltece o sucateamento das instituições, criando-as “em

massa” para atender uma demanda do mercado, tornando as pessoas sempre ávidas por novos diplomas que confirmam novas ocupações ao mercado e extinguindo serviços, ocupações e a validade de certificações acadêmicas.

Com relação à Rede Pública, essa teve de ser ampliada para abarcar o contingente que esteve fora da escola durante muitos anos. Inclua-se aí o avanço que tivemos em relação à população feminina em virtude de legislações que abriram esses espaços a partir da Constituição de 1934, que instituía o voto feminino. Ampliar espaços físicos somente, no entanto, não se apresenta como solução e sim como a criação de outros problemas. É preciso que haja nesses espaços profissionais sensíveis e compromissados, capazes de construir ideologias que interajam com as pessoas e suas necessidades locais, os quais consigam centrar as suas práticas em idéias que contemplem benefícios garantidos pela legislação e, ao mesmo tempo, os aspectos locais que tornam cada local um local distinto de outro, considerando cada ser nos seus aspectos generalizantes e na sua individualidade, simultaneamente. Segundo Paro:

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições cada vez piores de funcionamento, o que leva à transferência para a rede escolar privada dos filhos dos grupos sociais de melhor situação econômica e com maior poder de pressão sobre o Estado. A rede pública passa, então, a atender uma população totalmente diversa daquela à qual estava habituada a servir, só que, agora, sobre precárias condições de funcionamento já que o estado brasileiro, porta-voz, em muito maior medida, dos interesses das elites econômicas, tem-se mostrado inteiramente desinteressado pela apropriação do saber por parte das camadas pobres e majoritárias da população que procuram a escola pública fundamental. (2002, p.86)

Charlot (2005) afirma que a relação dos alunos com os estudos pode-se dar através de quatro processos.

O primeiro processo trata do aluno que é estudioso, e que tem o estudo como uma segunda natureza. São alunos que iniciaram seus estudos aos quatro anos e meio e nunca pararam de estudar, e raramente se encontram nas classes populares.

O segundo ele denominou “conquista cotidiana”. Considerou entre eles os filhos de imigrantes residentes em bairros populares e com desejo de vencer na vida.

O terceiro carrega o contingente mais denso, cerca de 75% a 80%. Esses são os que estudam com a finalidade de mais tarde terem um bom emprego, e, para que isso ocorra, é necessário ter um diploma e assim por diante: para se ter um diploma é preciso passar de uma série para outra. O diploma seria então a garantia de um emprego, de dinheiro e conseqüentemente de uma “vida normal”.

O quarto trata do aluno que, apesar de ter estado fisicamente na escola, durante o período em que foi obrigado, esteve tão distante dessa realidade, que mal podemos dizer que abandonou os estudos, uma vez que jamais os iniciou.

Nas salas de aula por onde passei, tanto como profissional professora como atuando na Coordenação Pedagógica e na Direção, observei que uma parcela de cerca de 10% correspondeu ao quarto processo designado por Charlot. É o aluno que sequer pode ser chamado de um aluno de inclusão, uma vez que apenas ocupa um número de matrícula, e o que é pior, sai da escola com uma certificação conferida oficialmente por um sistema de educação que o obriga a entrar e o empurra a sair com um diploma que não transformou e, tampouco construiu relações positivas em sua vida. Trata-se apenas de justificar um investimento recebido pelo governo, na hora da prestação de contas.

A educação é, antes de tudo, uma questão política, mas há que se pensar que é uma política que envolve a vida de seres humanos e o lugar que eles

ocupam ou ocuparão na sociedade. É preciso, portanto, ter em mente as questões ideológicas que estão no arcabouço de nossa sociedade. Severino esclarece a questão:

A educação, mediante seus processos específicos, reproduz e inculca a ideologia. Mas, a ideologia tem sua gênese na própria realidade social, cujo lastro básico é constituído pelas relações de poder, poder este fundamentalmente econômico, uma vez que é a propriedade dos meios de produção que garante também o exercício do poder social.

Nas atuais sociedades modernas de formação econômica capitalista, como é o caso da sociedade brasileira, a organização social tem por base a presença de classes sociais antagônicas, com duas classes proeminentes, a burguesia e o proletariado, sem prejuízo da existência de outros segmentos sociais com atuação significativa, mas que não chegam a constituir uma classe no seu sentido estrito.

È no nível das relações sociais entre estas classes e entre grupos sociais que é elaborada a ideologia, como já se viu. A ideologia, como forma de consciência, enucleia e sistematiza, através de conceitos significativos e de valores legitimadores, os interesses das classes sociais. Quanto mais é dominante uma classe social, mais elaborada e sistematizada se torna a sua ideologia, uma vez que ela deve ser hegemônica, impondo-se às demais classes e segmentos sociais não-dominantes.

Por outro lado, uma classe dominante não exerce seu poder sobre a sociedade, de maneira direta. Nas sociedades modernas, o poder social se politiza e é exercido através do Estado. O Estado é uma instância política que já se explica por exigência da própria ideologia, ele já é uma forma de assegurar o direito ao poder social por uma determinada classe social, mediante uma estrutura institucionalizada. (1986, p.:52,53)

Assim, uma parcela dos alunos que hoje são ingressantes de universidades por meio de programas como o PROUNI, ou do crédito educativo, formavam o contingente que fez parte da estatística que totalizou 91% no ano de 1996, ano da reforma do Ensino e da LDBEN.

O inebriante e fascinante século vinte fez valer ao povo brasileiro a célebre e irônica frase de Oswald de Andrade “*Tupy or not Tupy – That’s the question!*”² Institui-se no mundo globalizado a desconstrução voraz de paradigmas em função de uma educação de massa que atendesse rapidamente a demanda de um mercado em que imperam a indústria e a alta tecnologia e a geração de serviços, a terceirização desqualificada promovida pela desresponsabilização do “Estado”, que passou a atuar tão somente como um regulador do mercado.

A meu ver não seria possível, então, pensar na formação do professor, sem olhar com cuidado para essas questões, tendo em vista que no Brasil os dados apresentados estão diretamente relacionados com a formação do profissional que temos encontrado desde a escola de ensino básico fundamental até as universidades, públicas e particulares. Não é difícil, no entanto, diagnosticar e concluir que não somente o índice de escolarização é baixo no Brasil, como também, que a escolarização em massa tem apenas colaborado para uma pseudo-inclusão. Trata-se da inclusão de pessoas que, na sua maioria, não têm idéia do que seja ou signifique o ato de estudar, mas que clamam o direito de uma vaga nas escolas públicas, como se somente a garantia da vaga, ou ainda a permanência física no espaço escolar, ou ainda e, principalmente, como se a aquisição de um diploma fosse capaz de propiciar a “vida normal” e feliz, que a mídia insiste em mostrar nas propagandas que variam de bebidas alcoólicas a bens de consumo.

Segundo Paulo Freire (1977, p. 9), estudar é um ato de humildade e requer o reconhecimento do que não se sabe e um esforço próprio e pessoal para se adquirir o que não se sabe: “Estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha, a não ser praticando-a.”

² Citação do poeta Oswald de Andrade no manifesto Pau-Brasil.

Observo que, especialmente na classe social emergente, cujos filhos ocupam as escolas públicas localizadas em prédios centrais nos municípios do Estado de São Paulo, ou ainda do ensino privado em escolas de nível sócio-econômico mediano, não se verifica a cobrança de garantia da aprendizagem, mas a garantia de que os alunos passarão de ano e rapidamente adquirirão um novo status que lhes é conferido pelo ato de passar de ano, ou pelo fato de terem estudado em colégio particular, local em que se presume ser freqüentado por uma camada social de não tão baixa renda. Assim, o ensino vem sendo vendido como um objeto de aquisição externa, especialmente para aqueles que não têm muito entendimento do que realmente significa estudar.

É comum que as escolas sejam munidas de equipamentos que as aproxima da mídia informal, da TV aberta, e que em alguns casos apresentações escolares estejam relacionadas a shows de televisão, à imitação de artistas humorísticos, personagens de telenovelas e até mesmo à erotização precoce de crianças, que muitas vezes apresentam baixo rendimento escolar, mas que são envolvidas, “incluídas”, por meio de projetos sem comprometimento com objetivos pedagógicos reais com a aprendizagem que deve, ou deveria, ocorrer na escola. Tal equívoco leva-as a acreditarem numa possibilidade de sucesso fantasioso, um sucesso que dribla o estudo e o conhecimento, vinculado a uma ilusão de mídia e estrelato, seja no mundo da moda, ou da Televisão, seja por meio da música ou do futebol.

Já em escolas medianas do ensino privado, a venda do ensino e da aprendizagem se dá não pela apresentação do Projeto Político-Pedagógico, que em algumas vezes é ignorado pelos próprios pais, tanto no sentido de desconhecimento como no de consideração menos importante diante da diversidade de atividades e aparatos que a escola possa oferecer. Trata-se de serviços como academia, esportes, ensino de idiomas, livrarias, e até mesmo pequenas *boutiques* e praças de alimentação.

Mas por que, então, uma clientela dita de classe média e classe média alta não perguntaria sobre o Projeto Político Pedagógico? Creio que a resposta seja simples. Ao longo de minha experiência como professora, costumava perguntar para meus alunos, tanto da rede pública como particular, qual é a escolaridade dos seus pais. Constatei que, mesmo nas escolas de ensino privado, o índice de pais que cursaram uma universidade ainda é muito baixo. Essas pessoas normalmente trazem atrás de sua história de manutenção econômica da vida, comércios e negócios herdados de família, ou são funcionários públicos, ou da rede bancária e empregados do setor industrial, na sua maioria.

Essa é uma experiência cujo diagnóstico ajuda muito na compreensão do perfil do público com que se está lidando, podendo ser grande aliada na construção de um projeto político pedagógico e de planejamento nas escolas e disciplinas.

Algumas faculdades apresentam hoje em seus prédios uma orientação espacial que abrange pequenos *shoppings centers*, incluindo até mesmo quiosques da rede bancária. Edler³, no entanto, em uma recente palestra ministrada no município de Ribeirão Preto em São Paulo, explicita que a escola é um espaço social de aprendizagem que não deve ser confundido com um espaço social recreativo, um clube de lazer e recreação.

Como creio que a confusão está estabelecida, questiono: o que a sociedade espera da escola?

Os indicadores levam-nos a inferir que muitos de nós, professores das redes pública e particular, do ensino básico fundamental ao universitário, somos frutos desse “tipo de inclusão”, desse “tipo de formação”, razão que me induz a

³ EDLER, Rosita, em palestra ministrada em 08 de outubro de 2006 – Ribeirão Preto/SP, pela Conexa Eventos Pedagógicos.

considerar que, para que possamos fazer algo a respeito, precisamos em primeiro lugar compreender a nossa própria história e a história de nosso tempo e o espaço social que ocupamos, para que, de posse dessa experiência e desse olhar reflexivo, encontremos saídas benéficas e satisfatórias para a educação.

É preciso também que estejamos imbuídos de um ideal e de um espírito de envolvimento com a nossa própria causa, embora seja verdade que, às vezes, necessitemos olhar com olhos de pesquisador. Também é verdade, entretanto, que sem envolvimento não há aprendizagem e nem transformação. Morin (2003), fala de uma sociedade que precisa educar-se a si mesma. Mas quem é que educa essa mesma sociedade?

Em busca de um esclarecimento sobre esse momento contundente e conflitante do profissional professor, tentarei, nesta pesquisa, interpretar e clarear alguns aspectos no sentido de tornar menos angustiante o posicionamento daquele que ainda não teve tempo e espaço na sua própria formação para adaptar-se às emergentes e novas realidades introduzidas, ora apenas pelo discurso, ora pelas necessidades prementes impostas pela comunicação por meio do diálogo, dentro e fora das escolas. Segundo Morin (2002), em uma visão bastante humanitária:

O conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento. (MORIN, 2002, p.20).

O autor revela sua preocupação com a essência do ser humano no que diz respeito à construção do seu conhecimento e, portanto, aproxima-se da problemática vivenciada pelo professor no exercício de sua profissão e em

confronto com a angustiante realidade que o cerca, concomitantemente aos equívocos que devem ser esclarecidos com relação à sua própria natureza humana. Aceitá-la como constantemente transformadora e criadora de novos paradigmas e educá-la para o bem comum parece ser o grande desafio a ser conquistado pelo homem.

Há que se estabelecer e respeitar, portanto, o espaço e tempo necessários para o exercício da reflexão sobre teoria e prática, orientando-se esse profissional para a pesquisa como proposta de formação e auto-formação e oportunizando momentos de discussão, elaboração e avaliação da prática, levando-se em conta o ato de lecionar nos seus aspectos intrínsecos ao ato de ser professor e vinculados à pedagogia, à didática e aos conteúdos disciplinares.

Ressalto aqui, no entanto, algumas considerações sobre o tempo e a formação do professor e dos dirigentes. Trata-se do tempo não tido simplesmente como consequência do decorrer de anos, ou de somatória cronológica. Refiro-me a um tempo planejado dentro do espaço escolar para a reflexão de experiências, socialização de idéias e propício a discussões no que tange à realidade do cotidiano escolar, o tempo em grupo, passado com colegas, o tempo para estudar, aperfeiçoar, criar.

Hargreaves (1994) chamou esse tempo de tempo técnico-racional, invocando autores como Schön e Habermas. Considerou, entretanto, que o tempo, ainda que disponibilizado generosamente nesses espaços, não garante por si só que todos os integrantes de um mesmo grupo o utilizem para esta finalidade. Acena ainda para o fato de que o tempo, muitas vezes destinado para discussões técnicas, é tido como um momento de relaxamento, para alguns profissionais, os quais realizariam suas atividades em outro momento, fora do tempo e do espaço para isso destinado.

Acredito que lidar com tais fatores seja algo absolutamente humano. Seria como se fosse possível garantir que todas as pessoas, estando no mesmo lugar ao mesmo tempo e expostas a um mesmo tipo de atividade, pudessem enxergar as coisas da mesma forma e apreender da mesma maneira. No entanto retomo a necessidade de um tempo planejado num espaço e ambientes promotores de reflexão, especialmente na abordagem pedagógica em seus diversos âmbitos, dentro do espaço escolar. Tais momentos são imprescindíveis para a revelação e percepção de um currículo oculto, inclusive, que somente pode ser discutido e deflagrado na experiência coletiva.

A construção da identidade docente foi definida por Pimenta & Anastasiou:

Uma identidade profissional se constrói, pois, com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições.

Mas também com base na reafirmação de práticas consagradas culturalmente que permanecem significativas.

(...) Constrói-se também ,pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, com base em seus valores, representações, em seus saberes, em suas angústias e anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim, como mediante sua rede de relações com outros professores, nas instituições de ensino, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (PIMENTA & ANASTASIOU, 2002, p.77).

1.2 O Ensino Municipal em Jundiaí: o livro, a História relatada

O presente relato é fruto de uma história que vem se construindo desde 1992, portanto, uma história que antecede a implantação da LDBEN (1996), mas que já anunciava a necessidade de um aprofundamento na formação de professores para atender ao apelo do perfil desse profissional na sociedade do século XXI. Data de 2004 uma publicação coordenada por Lara Glória Areias Prado, intitulada “Jundiahy Porta para a Educação”, que registrou a experiência

sistematizada do Ensino Municipal que vem sendo implementada ao longo dos anos a partir de 1992.

Uma das características que ressaltado no texto é o compromisso com a continuidade dos projetos. O referido livro encerra um período de duas gestões municipais com o mesmo prefeito e o mesmo secretário de educação, em virtude de reeleição. O atual mandato (terceiro), apesar de não ter à frente o mesmo prefeito e nem o mesmo secretário, alterou muito pouco o seu quadro de pessoal, mantendo assim, grande parte da equipe e comprometendo-se com a continuidade do trabalho na área da Educação. Essa permanência de pessoal contribuiu e contribui para o vínculo e o aprofundamento das relações e conseqüentemente o envolvimento das pessoas, fator que vem permitindo e colaborando com o êxito das metas previamente estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e que vem garantindo a melhoria da qualidade de ensino e a continuidade na formação dos profissionais da Educação em serviço.

Destaco, dentre os investimentos dessa melhoria na qualidade, as preocupações com relação à instrumentalização tecnológica e a sua utilização pelo professor, e a prática avaliativa do sistema municipal. Para acompanhar esse processo, analisarei algumas fontes documentais, entre as quais destaco o livro que apresenta essa experiência e algumas entrevistas com pessoas que hoje estão à frente do Sistema Municipal de Ensino de Jundiáí.

1.2.1 A palavra do Secretário da Educação

O livro inicia-se com a denominação do nome da cidade: “Jundiáí é uma palavra tupi guarani, que significa um rio que tem muitos jundiás. Jundiás (Rhamdia quelen) são peixes da mesma famílias dos bagres, bastante comuns nos rios brasileiros” (p.12) e traz um breve histórico do município desde a sua origem, relatando a colonização no Estado de São Paulo. Segundo conta, a região teria sido habitada por índios tupi-guaranis, e ainda preserva uma das últimas

áreas de floresta nativa do Estado “que funciona como banco genético de vegetação tropical e são também importante refúgio para a fauna remanescente...Seu nome é justificado ora pela semelhança com o canto de um pássaro – iapi-iapi – ora com o significado indígena da palavra: “nascente de rios” (p.15). A Serra do Japi foi tombada pelo CONDEPHAAT⁴ em 1983.

O referido documento traz também uma entrevista com o então Secretário da Educação Cultura e Esportes do município de Jundiaí, que foi um importante agente de transformação da realidade do ensino municipal e do processo de municipalização do ensino. O secretário afirma não ser pedagogo e sim professor de Língua Portuguesa e, como tal, sabe que ensinar não é tarefa simples como parece à primeira vista. Ensinar é uma tarefa complexa que requer muito preparo intelectual, durante todo o tempo em que o professor se encontra dentro da sala de aula orientando o aprendizado de seus alunos. Então o seu primeiro desafio era o de que os professores compreendessem a natureza intelectual de sua função, que era matéria simples que se aprenderia nas escolas de formação. Essa situação colocou um problema: como fazer para que isso acontecesse?

O seu segundo desafio era o de que todos os meninos e meninas judiaenses, que estudassem nas escolas, pudessem sair delas totalmente independentes do ponto de vista intelectual, com capacidade de pensar, comparar, relacionar, pesquisar, resolver problemas, operar recursos tecnológicos de sua época, como o computador, saber se comportar em grupo, praticando o respeito mútuo e o diálogo, saber proteger a Serra do Japi, a água, cuidar do lixo e tantas outras coisas. Esse segundo desafio revelou um problema maior ainda, que se relacionava com o primeiro: como, junto com a equipe da secretaria, poderia ser realizada essa transformação e de que maneira seria possível o envolvimento dos professores para que eles desenvolvessem em nossos alunos tudo isso, já que eles não tinham sido formados para isso? Como poderiam ensinar o que não haviam aprendido? Era preciso, então, no processo cotidiano,

⁴ Condepahaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico, Turístico do Estado de São Paulo – criado pela Constituição do Estado de 1967.

que não podia parar, encontrar uma orientação pedagógica que englobasse isso tudo.

O professor narra a trajetória percorrida pela Educação, a sua orientação denominada “conteudista”, que prevaleceu até a década de 1980. Em linhas gerais priorizava a “transmissão” de conteúdos. Comenta a sua atuação como assessor do Secretário da Educação Paulo Renato, durante o governo Montoro, quando acompanhou o debate que ocorreu na CENP⁵, entre os especialistas que elaboravam um novo currículo para as escolas da rede estadual de 1ª a 8ª séries. Segundo ele, eram discussões infundáveis sobre qual conteúdo entrava e qual não entrava e formavam-se “partidos” nas assembléias. Constatou que o currículo ficou pronto, foi encaminhado para os professores nas escolas e a qualidade do ensino mudou muito pouco: os alunos continuavam tendo dificuldade de aprendizagem.

De acordo com as informações prestadas na entrevista com a Diretora I, observamos que as reuniões, às quais um grupo de profissionais aderiu voluntariamente, tiveram início fora do horário de expediente:

“Praticamente o sistema municipal de Jundiaí nasceu no bojo do processo de formação de professores desde que o município tinha apenas a pré-escola. Desde 1992, o secretário da época fazia pequenas reuniões setoriais com pequenos grupos (o sistema era pequeno, pois era composto só da pré-escola) de professores do município, que participavam voluntariamente, uma vez que esses encontros não faziam parte da jornada de trabalho do professor, porém eram valorizados como forma de estudo. Partindo daí, também já se começou a implementar os seminários e, com o decorrer do tempo, o sistema foi crescendo, não só na educação infantil, como também a partir de 96, com a implantação da municipalização do ensino em Jundiaí. No sistema municipal foram instituídas na jornada de trabalho do professor três horas de estudo na Unidade Escolar; medida

⁵ Coordenadoria Estadual de Normas Pedagógicas

importante pelo fato de o diretor, que tem o papel de formador, estar junto com os seus professores, formando-os dentro do contexto educacional da escola onde todos trabalham. Além de terem sido determinadas duas horas para a capacitação que passou a ser feita num local próprio - o Centro de Capacitação -; diferentemente do passado, quando eram grupos menores e as reuniões aconteciam em algumas unidades escolares “.

Considera que esse foi um período importante para revelar que os especialistas em educação precisavam levantar outras questões para compreender melhor como se dá o aprendizado das crianças, dos jovens, enfim de todos nós seres humanos. Destaca que a opção pelo construtivismo foi uma decisão difícil, que levou a sua equipe a pesquisar profundamente sobre o assunto. O estudo sobre as teorias de aprendizagem, ou seja, como se dá o processo da aprendizagem, foi decisivo para a implantação de uma estratégia de melhoria da qualidade do ensino no município.

Ultrapassada essa etapa decisiva, restava preparar a equipe docente para que incorporasse uma nova forma de trabalho. Para que isso ocorresse, foi necessário buscar a orientação de especialistas construtivistas para que se aprofundasse e concretizasse a reorientação pedagógica da equipe docente. O instrumento dessa reorientação foi a elaboração do “Currículo da Pré-escola”, que contou com o apoio das professoras Beatriz Cardoso, Telma Weisz, Madalena Freire, Monique Deheinzelin, Tereza Peres, Cristina Pereira, Rosa Lavelberg e muitas outras que trabalharam intensamente com a equipe pedagógica. Mais tarde, foram chamados também alguns nomes internacionais, como os da professora Delia Lerner, da Universidade de Buenos Aires e a professora Ana Teberosky, da Universidade de Barcelona.

O sistema municipal de ensino realmente implementou e defendeu, por mais de uma década uma proposta de educação consubstanciada no construtivismo. Jundiaí foi a primeira cidade do estado que aderiu à proposta

construtivista. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1^a a 4^a séries, elaborados pela SEF/MEC e lançados em 1997, seguem a mesma orientação pedagógica ali adotada. Não foi necessário construir a proposta curricular como havia sido feito com a Educação Pré-escolar e se partiu imediatamente para a formação continuada de professores.

Entre as ações que alicerçaram o desenvolvimento da educação municipal, destaca-se a aprovação de quatro leis encaminhadas pelo executivo à Câmara Municipal. Foram elas: a criação do Sistema Municipal de Ensino; o Estatuto do Magistério e o Plano de Carreira dos professores, que, além de aumentar o salário, permitiu que o tempo de capacitação continuada estivesse incorporado na jornada de trabalho; a criação do Conselho Municipal de Educação, que zela pela aplicação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tanto para o sistema municipal de ensino como para a rede privada de ensino, e a constituição do Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiaí, que estabeleceu padrões de funcionamento para todas as escolas de Educação Infantil e Fundamental. O processo de elaboração dessas leis foi democrático, discutido exaustivamente, primeiramente entre os educadores e depois com os vereadores. Foi um período muito fértil de estudos e de aprofundamento, de conscientização, formação e uniformização para a realização de uma boa gestão do ensino.

Indagado sobre a questão dos recursos financeiros que movem essa questão, o então secretário da educação respondeu:

A educação por lei consome e aplica 25% dos recursos de cada município, uma parte desses recursos é gerada no município, como o ISS, outros são remanejamentos do estado, como o ICMS ou do governo federal, como é o caso do FPM. São recursos vinculados, o que quer dizer que só podem ser aplicados na educação segundo a nossa Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso contribuiu para melhorar os recursos educacionais ao criar o FUNDEF, mas, como só

temos alunos de 1ª a 4ª séries, temos que bancar com uma parcela de nossos recursos vinculados toda a Educação Infantil. Sempre conseguimos aplicar bem nossos recursos, nosso atendimento comprova isso. Além do mais, melhoramos o nosso orçamento, buscando recursos no governo estadual e federal por meio de projetos de trabalho apresentados todo início de ano. (PRADO:.26,27).

Entre todas as ações concretizadas ao longo desse processo de transformação da educação do município, o professor se disse mais orgulhoso com a ocupação do Complexo Argos, tendo o Centro de Capacitação de Professores como o prédio central. A ocupação do Complexo Argos pela secretaria permitiu a criação de um ambiente sinérgico envolvendo a educação e a cultura, e é nesse ambiente freqüentado pelos trabalhadores da educação e alunos em todos os dias da semana, que os professores estão descobrindo a natureza intelectual de sua profissão. O Complexo Argos, uma velha fábrica de tecidos do início do século XX, é um espaço bonito e de raiz, pois foi lá que muitos dos familiares trabalharam quando chegaram como imigrantes. Esse espaço foi sendo ocupado aos poucos: primeiro o Centro de Educação de Jovens e Adultos, a TV Educativa, o Centro de Formação e Capacitação de Professores Paulo Freire, Centro de Exposições Cecília Meirelles, o Centro de Línguas, o Centro de Convenções e Exposições João Guimarães Rosa, além da área de Eventos Mário Lago. Tudo isso concentrado num mesmo espaço, interagindo e potencializando ação pedagógico-cultural.

O então secretário revela a sua preocupação com a necessidade de um ambiente, uma atmosfera cujo objetivo seria o rompimento do isolamento e da solidão do professor na sala de aula; e a necessidade do convívio cultural como forma de ampliação do universo pessoal. Considera que o Centro de Formação e Capacitação Paulo Freire é um espaço que contempla e representa a base da formação e a produção do conhecimento dos professores, tendo sido o grande salto para a melhoria da qualidade da educação jundiáense. Numa visão bastante otimista ressalta:

Mas o que valeu a pena MESMO é ver que hoje nossos alunos são capazes de consumir e produzir cultura, sabemos que isso costuma ser privilégio da elite. Digo consumir cultura, pois estão vorazes por leituras, nossas bibliotecas são muito utilizadas por eles, gostam de conhecer e aprender. E, quando falo em produzir cultura, falo das inúmeras apresentações que tive a oportunidade de assistir, apresentações de dança, de música, de trabalhos de artes em que os senti seguros, tranqüilos, sabendo da importância do que estavam fazendo. Pude ver crianças se desenvolvendo rapidamente no uso do computador e de outros recursos tecnológicos. Eles aprenderam a escrever e ler todos os tipos de texto, do jornal à melhor literatura brasileira. (...). Hoje, vejo que são criativos, que aprenderam muito, e mais do que isso, são solidários, respeitosos. Preocupados com o meio ambiente. (PRADO, p..27)

1.2.2 A História da Municipalização do Ensino

O documento em questão traz dados sobre a história da escola no município, enfatizando em cada página a preocupação com a cultura letrada e com a literatura, exaltando a elite intelectual que residia lá e, ainda hoje, promovendo por meio dos projetos da pasta⁶, o re-conhecimento de autores literários, artistas plásticos, que são oriundos do município ou que abraçaram o local como moradia permanente.

Assim, conta o livro que a primeira escola teria sido fundada em 1894, pelo do governo estadual, cuja Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas autorizou a construir o Grupo Escolar de Jundiahy. Esse estabelecimento teria sido o primeiro a ser criado pelo governo no interior do Estado. O prédio, inaugurado em 13 de abril de 1896, recebeu o nome de Grupo Escolar Coronel

⁶ São assim chamados os Programas e Projetos propostos pela Secretaria da Educação do Município e que devem ser trabalhados por todas as Unidades Escolares de um determinado segmento. Geralmente englobam temas de interesse comum da sociedade. Exemplo: Programa Saúde no Prato, que tem por objetivo incentivar a alimentação saudável e o gosto por hortaliças, acenando para a importância de seus nutrientes na alimentação. É desenvolvido anualmente por todas as escolas.

Siqueira Moraes, situado na Rua Barão de Jundiá, e que funcionou como instituição escolar até o ano de 1977, quando foi transformado na Biblioteca Pública Municipal Professor Nelson Foot.

O início do século XX trouxe também a instalação de um outro grupo escolar, situado na mesma rua, porém funcionando em um prédio cuja construção era de 1824 e cujas instalações foram adaptadas para o funcionamento do então chamado Grupo Escolar Conde de Parnaíba.

Na mesma rua funcionava, no ano de 1928, a Escola Normal Livre de Jundiáhy e um grupo de ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro teve a idéia de criar um Centro Literário. Em 1908, foi inaugurado o Gabinete de Leitura de Jundiáhy, que passou a se chamar em 1923, Gabinete de Leitura Ruy Barbosa. Data de 1911, a inauguração do Teatro Polytheama.

Em 1930, o município já possuía um Departamento Municipal de Educação “e suas ações estavam voltadas , principalmente, ao ensino profissional e técnico, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da mão-de-obra para as atividades econômicas locais”. (p.33).

Data do ano de 1934 o Acto nº100, promulgado pelo Dr. Antenor Soares Gandra, então prefeito do município, criando uma escola profissional “mista” que atendia, pela primeira vez, homens e mulheres. A iniciativa, apesar de inédita, coincidia com a conquista do voto feminino, e os cursos para o público feminino eram voltados basicamente para o preparo desse contingente aos serviços domésticos.

O governo estadual era responsável pelo atendimento ao ensino primário e ginásial na cidade. Não havia escolas municipais de ensino fundamental. Data de 1946, após um planejamento de cinco anos, o primeiro estabelecimento de educação municipal, o Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes. O

estabelecimento atendia alunos de 3 a 12 anos com atividades de reforço escolar, recreativas e esportivas. As crianças que o freqüentavam tinham de fazê-lo em horário diverso ao das aulas regulares. O documento não traz dados referentes aos critérios para a matrícula dessas crianças, e tampouco, como seria feito esse controle, uma vez que, nessa época, o ensino ainda não possuía um caráter obrigatório, situação que somente foi instituída por lei a partir da Lei nº 8.069/1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. De qualquer forma, somente em 1970 foram inauguradas outras quatro unidades com a mesma finalidade.

Já em 1971, havia uma secretaria de educação municipal que respondia pela educação pré-escolar (crianças na faixa etária de 4 a 6 anos). Suas unidades funcionavam no período matutino para os alunos da pré-escola, e no vespertino para as turmas do Parque. Aos sábados, as unidades atendiam, no período da manhã, a todos os alunos. Em 1975, os Parques Municipais foram extintos, cabendo ao município apenas a educação pré-escolar com a função principal de preparar as crianças para a primeira série do Ensino Fundamental.

Os métodos de ensino passaram por sucessivas modificações de acordo com as tendências dominantes, incorporadas pelas propostas oficiais.

Nos anos de 1970, a referência pedagógica no município de Jundiaí eram Montessori, Froebel e Freinet, que fundamentavam a “escola ativa”, que tinha por eixo colocar o aluno como foco central do processo de aprendizagem e com isso reorganizar e modificar as atividades de sala de aula. Nos anos 80, a referência pedagógica passou a ser centrada nas idéias de Piaget e Paulo Freire.

Iniciou-se no ano de 1989 a construção de unidades escolares com o objetivo de atenuar a forte pressão sofrida pela população local em virtude do aumento da população que começou a freqüentar a pré-escola. A conclusão

desse processo somente se deu em 1996, ano coincidente com a implantação da nova LDBEN.

A educação se destaca no município na década de 1990, merecendo prêmios do MEC tanto no processo de ensino-aprendizagem como na formação de professores. Em 1993 foi elaborado o Plano Decenal de Educação, com a participação de toda a comunidade educacional, depois de muito serem ouvidos especialistas (consta que foram trazidos grandes nomes na educação). Após estudos e discussões, optou-se pela vertente socioconstrutivista, como base do trabalho a ser realizado pela Secretaria de Educação.

Investiu-se também na ampliação da bagagem cultural de profissionais da educação, passando a haver uma constante preocupação com a formação dita continuada desses profissionais e não apenas com cursos rápidos de formação especificada.

Foi necessário desconstruir um modelo de profissional que estava muito limitado para dar conta das transformações sociais, para construir outro, mais próximo dessa realidade, mas principalmente mais com visão mais ampla em seus próprios horizontes: "Para tanto, os professores tiveram de estudar muito, derrubar barreiras, velhos conceitos e preconceitos, mudar posturas, errar e acertar, acertar e errar; enfim, desequilibrar para poder se transformar num processo que de fato tivesse sentido para cada um deles". (PRADO, 2004, p.37)

Em fevereiro de 1994, foi apresentado em Plenária⁷ o primeiro documento para orientar o trabalho dos professores. O documento continha a fundamentação teórica que iria pautar o trabalho a ser implementado no município, organizar o

⁷ Plenária: Reunião do município de que participam todos os trabalhadores da Secretaria da Educação e Esportes, com o objetivo de receberem todos os informes relativos à agenda do ano que se inicia. Um documento é fornecido a todos os funcionários ao término da reunião, contendo procedimentos, agenda, cronograma, modelos de formulários e agenda telefônica dos diversos setores da prefeitura do Município, bem como o nome de seus principais responsáveis.

currículo e promover a sistematização do ensino. Inicia-se a partir de então um processo de capacitação de alguns professores, os quais deveriam servir de “multiplicadores”, ou seja, deveriam transmitir aos seus pares, em suas respectivas unidades escolares, as idéias, as reflexões e os saberes adquiridos nas “capacitações”.

Faço aqui algumas considerações sobre o uso do termo *capacitação*, o qual tive dificuldade em aceitar num primeiro momento, creio eu por estar intimamente ligado ao mundo empresarial, à sociedade capitalista, dando-nos uma idéia de “limite” para o desenvolvimento da potencialidade intelectual do homem. Precisei recorrer ao dicionário para conseguir compreendê-lo melhor e, ainda, recorrer à publicação de Hargreaves para equilibrar a minha angústia. Neste instante, percebo como, apesar de a Educação estar totalmente comprometida com a sociedade capitalista, existe em nós educadores alguma coisa que não sabemos explicar muito bem, mas que foi desde sempre inculcada em nós, de que a docência deve estar num outro plano, que não seja o dos mortais mundanos, dos homens que se preocupam com a matéria, embora desde sempre tenhamos aprendido sobre sistematização, respeito às hierarquias, obediência a normas e regras. Observo o quanto o conflito desses paradigmas está entranhado em nós educadores e quanto é difícil esclarecê-los.

Se encararmos a docência como profissão, devemos então pensar na idéia de sistematização, de setorização, de objetivos concretos e de planejamento e metas que conduzam a tal situação, de instrumentalização tecnológica, de avaliação de resultados:

É comum utilizarem-se analogias em tudo o que diz respeito á escolarização. No entanto, elas também são contestadas. As escolas não são empresas. As crianças não são produtos. Os educadores não agem normalmente no sentido da obtenção de lucro. Contudo, as escolas e as empresas não são absolutamente diferentes. As escolas secundárias

maiores, em particular, partilham com muitas empresas um série de características importantes. Estas incluem um número elevado de pessoal, hierarquias de comando delineadas, divisões de responsabilidade especializada, demarcação de tarefas e de papéis e desafios à obtenção de consistência e da coordenação. Quando o mundo empresarial enfrenta crises importantes e passa por transições profundas, as organizações de serviços humanos, tais como hospitais e escolas, devem prestar muita atenção, pois crises semelhantes podem afetá-las brevemente. (HARGREAVES, 1994, p.25).

Retomo, pois, o significado da palavra Capacitação⁸ como o ato de tornar-se capaz ou habilitar-se para exercer uma determinada função dentro de uma organização para atender a uma determinada proposta ou objetivo.

No final do ano de 1994, pôde-se perceber que os avanços eram insuficientes, e que era necessário estender não apenas a alguns, mas sim a todos os profissionais da educação a oportunidade da informação através do estudo e da reflexão. Assim, todos os postos, de auxiliares de serviço à direção das escolas, teriam de passar pelo mesmo processo: “A escola é um sistema que precisa funcionar de forma articulada e harmônica para que possa dar frutos”.(PRADO, 2004, p.38) Foi preciso então dar início aos estudos para a construção de um currículo para o ensino infantil. Esse currículo foi apresentado em Plenária no ano de 1996.

Paralelamente, no ano de 1995, foi dado início ao processo de formação continuada, processo pelo qual teriam optado espontaneamente 95% dos profissionais da rede. Essa capacitação deu-se por meio de cursos e palestras com renomados teóricos da educação, de nível nacional e internacional. O mesmo procede para o ano de 1996, ano em que ocorre a municipalização do ensino

⁸ Capacitação. S.f. ato ou efeito de capacitar(se).

Capacitar. v.t.d.e i. – 1. Tornar capaz, habilitar; “Os longos anos de estudo capacitaram-no para as recentes descobertas”. Aluísio Azevedo; 2. Convencer, persuadir: Não foi sem dificuldade que o Coruja logrou capacitar a velha de que não devia fugir a semelhante obséquio.; 3. Convencer-se, persuadir-se. Dicionário Aurélio, p.340.

básico fundamental, e que, apesar da nova gestão municipal, ocorre a permanência do Secretário da Educação e de sua equipe, dando continuidade ao processo já iniciado anteriormente.

O ano de 1997 traz a consolidação e a implementação de uma Proposta Pedagógica. No final do mesmo ano, houve a aprovação pela Câmara Municipal do Estatuto do Magistério e a criação do Sistema Municipal de Ensino e do Conselho Municipal de Educação e, ainda, a elaboração de um Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiá. Há um destaque aqui para a criação de uma jornada de 30 horas semanais, sendo que 5 destas são dedicadas exclusivamente ao preparo de atividades e avaliações. Tais medidas promoveram a melhoria salarial e o processo de formação continuada do profissional, uma vez que garantem que o professor possa participar de cursos de formação permanentemente, dentro da sua jornada de trabalho. Os alunos, por sua vez, tiveram a sua permanência na escola aumentada em uma hora, passando de 4 para 5 horas.

A Biblioteca Pública Municipal passa a pertencer à Secretaria da Educação e sofre uma grande reformulação, desde o âmbito espacial até o normativo, com o objetivo de atender ao público com conforto e qualidade. Surge também a Biblioteca Virtual com oito computadores ligados à Internet disponíveis para o público usuário.

Ainda em 97, consolida-se a parceria entre a Secretaria de Educação de Jundiá e o MEC para o Ensino Fundamental através do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Acontece o lançamento dos chamados PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 1ª à 4ª séries e os RCNEIs (Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil) e da Proposta para o EJA (Educação de Jovens e Adultos), elaboradas pelo MEC. Tais documentos produzidos pelo MEC e distribuídos para todo o Brasil foram utilizados no município de Jundiá

como fonte de estudos nos anos de 1998 e 1999, contribuindo, posteriormente, como importante referência para o Sistema Municipal de Ensino.

Ressalto que estando todos regidos pelas mesmas leis, poucos municípios se preocupam em registrar a sua história, as suas ações, as suas experiências, e, principalmente submeter o seu próprio sistema a avaliações.

Em agosto de 1999, foi concluída a segunda etapa da municipalização, que englobou todo o ensino de 1ª à 4ª séries e ainda mais duas escolas de 1ª a 8ª séries. Em 2000, o MEC lança o Programa Parâmetros em Ação, que tinham como principal objetivo a proposta de formar professores dos sistemas estaduais e municipais aptos para a implementação do “novo modelo” apresentado na “nova proposta curricular”. Essa capacitação ocorreu para todos os profissionais em serviço e tinha como base a incorporação de conteúdos didáticos.

Paralelamente a essa capacitação, a Secretaria continuou a oferecer cursos opcionais, ministrados fora do horário de trabalho nas diferentes áreas de conhecimento e disciplinas. Foram oferecidos cursos de formação e aprofundamento em Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Química, Física e Filosofia, ministrados por professores da USP através da FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

É importante lembrar que no ano 2000, com a reeleição do prefeito em exercício, houve a permanência do Secretário da Educação e da maioria do pessoal que já ocupava a Secretaria. Houve então, no âmbito administrativo, a incorporação das Secretarias de Cultura e Esporte, que passaram a integrar-se à Secretaria da Educação, abrindo, assim, espaço para novos projetos e ações, enriquecendo a dinâmica da educação, e sendo por elas enriquecida.

Os cursos foram muito bem recebidos pelos professores e, em 2002, já havia 10 turmas formadas nesse processo de aperfeiçoamento de conteúdos específicos. Em 2003, a FAFE passou a atuar intensivamente na capacitação pedagógica de todos os segmentos da secretaria da Educação envolvidos nas unidades educacionais e centros esportivos.

Era o momento de o sistema de ensino de Jundiaí caminhar com suas próprias pernas na capacitação de seus profissionais. Professores e assessores da secretaria passaram a atuar como formadores e a trabalhar de acordo com as especificidades das escolas e do município. Uma vez por mês, um especialista renomado era convidado para falar e refletir com os profissionais, a sua função era a de estimular o trabalho, ajudar a resolver problemas enfrentados no cotidiano das práticas de formação permanente, ampliar o universo de conhecimentos, etc.

Esse formato de capacitação coletiva em que assessores, diretores, coordenadores, professores e demais trabalhadores de educação, desde os mais experientes aos mais novos, discutem, refletem, planejam seus projetos, suas atividades, seus trabalhos, sua escola, por meio de troca de experiências, deram “cara” nova ao Sistema Municipal de Ensino de Jundiaí..(PRADO;:2004, p.45)

O mesmo se deu em relação ao pessoal da Cultura e do Esporte, que também participou de um processo de capacitação com especialistas que atendessem a sua especificidade. Além desses, também foram oferecidos e incorporados Cursos de Formação política; Cursos de Informática, Vídeos, edições; foi oferecido o curso de Pós-graduação em Educação e Construtivismo, ministrado pela Universidade autônoma de Madri e Flacso de Buenos Aires; e, em atendimento às exigências da LDB, aprovada em 1996, foi oferecido o curso de Pedagogia (PEC), compactado no período de dois anos.

Todos os cursos oferecidos aos trabalhadores da SMECE são gratuitos e opcionais; os de capacitação, por sua vez, são compulsórios, já que são oferecidos dentro da jornada de trabalho e, portanto, os profissionais recebem para estudar e se aprimorar. (PRADO, 2004, p.46)

Com a triplicação do número de trabalhadores na educação do município, em função da municipalização, os funcionários que pertenciam antes ao âmbito estadual, passam, por meio de uma parceria com o governo do Estado, a receber uma gratificação com o objetivo de promover tanto a equalização salarial, quanto a garantia dos mesmos direitos em relação aos funcionários do município.

Esse documento sobre a experiência (Jundiahy, porta para a educação) destaca também as providências tomadas quanto à educação de jovens e adultos, educação infantil e creches, a criação do Centro de Formação e Capacitação Permanentes, a capacitação dos profissionais da educação, a de diretores, as capacitações opcionais, os cursos de formação política e os cursos de pós graduação.

Passo agora a explicar como se deram os passos nesta pesquisa.

CAPÍTULO 2

A METODOLOGIA DA PESQUISA

Para entender o que moveu e move o processo de formação em serviço de professores em Jundiaí, optei por utilizar duas técnicas de coletas de dados: a documental e a realização de entrevistas. Considerei necessário o uso desses dois tipos de documentação, uma vez que a Educação possui leis, decretos,

pareceres, estatutos, todos eles embasados no arcabouço das Constituições Federais e do Estado de São Paulo, tratando-se, portanto, de documentação legal e oficial. Além desses é importante considerar os documentos produzidos pelo contingente que efetivamente atua no cotidiano organizacional da Secretaria de Educação e nas Escolas, orientando assim a reflexão entre teoria e prática.

Tais documentos são instruções sobre procedimentos referentes à rotina, do ponto de vista administrativo burocrático, quais sejam, instruções sobre preenchimento de formulários, alterações de calendário, alterações de cardápio de merendas, horários de capacitação, inscrições para cursos e eventos, convites, convocações para palestras e reuniões, participação em programas e projetos da pasta, e as mais variadas informações, até mesmo o envio de textos para as edições de jornal mensal da Educação, que normalmente traz artigos sobre eventos que ocorrem nas escolas e na secretaria como um todo.

No que tange às entrevistas, considereei como critério essencial ouvir aqueles que dirigem, quem são, quais as suas formações pessoais, quais as suas trajetórias profissionais, como chegaram à direção, ao poder. No que tange à formação tive um olhar mais atento especificamente voltado para a experiência desses profissionais como professores, no exercício da docência. Dentre os aspectos relevantes, destacamos a análise de Bourdieu sobre a comunicação em seus aspectos básicos: o lugar de quem fala, a posição social do entrevistador e do entrevistado, as escolhas de pessoas que possam servir de algum modo a algum interesse, bem como a escolha de um roteiro de questões. Diz ele:

(...)na verdade, eu creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga." (1997, p.693)

Assim, creio que uma das principais questões a serem levantadas pela história oral é sem dúvida um olhar sobre a “invisibilidade” escamoteada anteriormente no paradigma positivista que reduz o pessoal ao impessoal, de forma a permitir uma redução que universaliza, muitas vezes com o objetivo de desprezar, especialmente quando há uma relação de distintas classes sociais envolvidas, reforçando a idéia de objetivação em detrimento de supostos “interesses menores”, irrelevantes.

2.1 Sobre a análise documental

Ao relatar a recente história da trajetória do Ensino Municipal de Jundiáí, como já foi dito, utilizei-me de um livro, uma publicação que data do ano de 2004, intitulada *Jundiáhy Porta para a Educação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes*, organizada por Iara Glória Areias Prado (concepção e coordenação), que tinha por objetivo não somente relatar a vontade política dos gestores municipais em transformar o processo educativo de base, como também outro: de perpetuar por meio de uma publicação, uma experiência de um grande sistema envolvendo cada um de seus segmentos por meio do esclarecimento de suas próprias funções, sem que, no entanto, se perdesse de vista o seu próprio foco: a Educação. A publicação traz ilustrações, fotografias, relatos de acadêmicos, relatos de professores, alunos e dados. Considerei essa uma fonte importante, uma vez que ela sintetiza, na opinião de diversas pessoas com quem conversei, um arquivo de dados e a memória do processo de municipalização.

Luca (2004), ao tratar das fontes impressas, dando destaque aos periódicos, destaca a importância de um olhar mais crítico sobre as publicações e alerta para que o pesquisador leve em conta um olhar crítico para o que está por detrás do interesse da publicação. Segundo ele, o pesquisador deve observar também as motivações que levaram a tal publicação, bem como atentar para o local que deu destaque ao acontecimento.

Os discursos adquirem muitas formas, portanto é preciso identificar a que público eles se dirigem e verificar, ainda, nas suas ligações cotidianas, os interesses de poder e financeiros envolvidos. Apesar de olhar mais profundo e crítico, Lüdke e André consideram que a análise documental pode-se constituir numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, tanto como complemento da análise de outras técnicas, como fonte reveladora de outras problemáticas:

São considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. (1986,p.38)

De acordo com os autores, uma simples circular distribuída aos professores de uma escola, ou até mesmo um convite a participarem de uma reunião pedagógica, podem ser objeto de análise, uma fonte documental. Pode-se depreender desses simples escritos uma análise das relações de liderança dentro da equipe.

Especificamente em Jundiaí, apesar do desejo político em divulgar o trabalho da Secretaria da Educação e das gestões municipais, muitos dos documentos que comprovam ou dão continuidade a esse processo se verificam em uma outra publicação, de distribuição anual a todos os funcionários pertencentes à atual Secretaria de Educação e Esportes de Jundiaí e que recebe o nome de *Plenária*. Cada funcionário da Secretaria da Educação e Esportes possui um exemplar. Esse exemplar traz informações e modelos de solicitações e ofícios que devem ser utilizados para cada setor (espécie de um manual burocrático), bem como um cronograma anual, nome, endereços, localização e

CEP de todas as Escolas, Creches e Centros Esportivos do Município, telefones de órgãos, entre outras informações.

Há também um documento presente em todas as Unidades Escolares, o PDU, Plano Diretor da Unidade, ou seja, o Projeto Político Pedagógico de cada Unidade Escolar, que leva em conta a sua equipe gestora, docente e de funcionários e que é atualizado a cada ano, em virtude das acomodações funcionais (a realocação de professores) e também das mudanças decorrentes da necessidade de atender a parcela da sociedade que frequenta a escola.

É interessante ressaltar aqui a existência de um chamado “Projeto Institucional”. Esse consiste, em sua essência, na formação da equipe docente em serviço, na própria unidade escolar. A temática é eleita pela direção da escola em função de um olhar formador, diagnóstico, ou mesmo em função de um desejo coletivo de realizar algo nesse ambiente.

O Projeto Político Pedagógico é revisado e discutido a cada ano nas unidades escolares, sendo alimentado com algumas alterações como: atualização de dados, revisão de funções, Projeto Institucional anual, cargas horárias curriculares, enfim, a identidade da escola, quem nela trabalha e a sua proposta para o ano letivo, de maneira que qualquer um que visite a unidade possa ter acesso a um documento orientador da Unidade Escolar. Destaco aqui a atuação do diretor no papel pedagógico de formador de sua equipe de trabalho, de organizador e de sujeito ativo no envolvimento do projeto.

Todos têm uma participação efetiva no trabalho que se destina ao projeto Institucional. A Direção e a Coordenação Pedagógica da Escola são envolvidas na pesquisa, na produção de textos e na organização de atividades que perfazem as etapas para a construção e a realização dos trabalhos.

Acrescento ainda a existência de uma Assessoria Pedagógica na Secretaria da Educação do Município, cujo papel é o de dar suporte técnico e pedagógico aos coordenadores pedagógicos que atuam em todas as Unidades Escolares por meio de reuniões semanais, além de respaldar as ações da direção, não somente do ponto de vista técnico, como também de apoio a realizações de eventos e projetos, e da função de capacitadores de professores ingressantes no sistema e alfabetizadores. Para Demartini:

O trabalho com as fontes escritas, geralmente documentos oficiais e legislação, de um lado, e os relatos orais por nós coletados, de outro lado, nos ofereceram de certa maneira visões diferentes: as primeiras, mais usuais, geralmente se configuraram como visão do Estado, ou mesmo quando isto não ocorreu, pouco permitiram apreender das motivações e valores que permeavam as relações entre população e escolas; as segundas, com as quais também temos trabalhado, possibilitaram apreender não só fatos desconhecidos, mas também representações de diferentes personagens envolvidos no processo educacional. (1994, p. 61,62).

A comunicação diária entre os setores da Secretaria da Educação, bem como, a agilização do trâmite burocrático é realizada através da correspondência eletrônica, ou seja, via *e-mail*. Muitas das ações, entre as quais as inscrições para cursos e avaliações de cursos, são disponibilizadas via Internet, e agilizadas da mesma forma.

2.2 Sobre as entrevistas:

Optei por analisar os depoimentos de pessoas que dirigem a Educação do município, devido ao fato de observar o envolvimento desses profissionais com a realidade das escolas, a sua formação, o quão próximos dos fatos eles estão, das realidades locais, da direção e da equipe docente, enfim da gente que trabalha e move as escolas no seu cotidiano.

Alberti afirma que uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. (2004, p.165)

Essas constatações se prestam à análise não apenas de como está sendo construída a história de melhoria da educação do município e o investimento feito especificamente na formação de professores, como também da real importância que os dirigentes dão a essa atitude. Procura-se saber quem são as pessoas que dirigem a Educação e com que olhar e, ainda, que importância dão à sua própria formação.

Albergaria (2004) sugere que as entrevistas qualitativas necessitam de um desenho flexível de investigação e assinala que o pesquisador deve estar disposto a mudar o curso de sua pesquisa após as entrevistas iniciais.

As entrevistas foram sendo realizadas concomitantemente à análise documental. As pessoas entrevistadas foram:

Diretora do Ensino Infantil do Município – (Diretora I) (Anexo II);

Diretora do Ensino Fundamental – (Diretora II) (Anexo III);

Assessora Pedagógica – (Assessora) (Anexo IV);

Secretário da Educação do Município – (Secretário) (Anexo V).

O roteiro utilizado para as entrevistas encontra-se como anexo I. Esclareço tratar-se apenas de um roteiro, que não corresponde a um questionário, que constituiu apenas um orientador de algumas questões importantes e foi apresentado previamente aos entrevistados.

Os entrevistados mostraram-se prontos a colaborar com a pesquisadora, sendo que a única dificuldade foi quanto ao agendamento das entrevistas, que algumas vezes tiveram de ser adiadas em virtude de compromissos dos entrevistados.

O tempo de realização das entrevistas foi satisfatório para o roteiro, tendo havido algumas vezes interrupção externa, já que foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados, a saber: duas delas foram realizadas no Centro de Capacitação Permanentes de Formação de Professores – Paulo Freire e outras duas no Paço Municipal.

Ressalto que, mesmo tendo sido realizado um trabalho de transcrição e correção nas entrevistas que foram gravadas, estas conservam as marcas do discurso oral, tanto da parte do entrevistado como do entrevistador. Assim, o vocabulário, a sintaxe, as repetições e a coesão textual são próprias dessa oralidade, que foi mantida para enfatizar a espontaneidade.

O material coletado nas entrevistas se presta a muitas análises. Duas grandes questões me pareceram bastante relevantes e decidi por elas como as categorias principais a serem aprofundadas: a Tecnologia e a Avaliação.

CAPÍTULO 3

GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA: COMUNICAÇÃO E INVISIBILIDADE E A SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR.

3.1 A universalização das políticas educacionais e a invisibilidade local

A universalização do conhecimento como forma de controle e padronização da cultura dominante parece ser uma metáfora para muitas de nossas questões, numa sociedade em que a cultura letrada extrapola limites em busca da exploração do homem pelo próprio homem, conduzindo a ciência muitas vezes de maneira torpe na realização de desejos mesquinhos e inconseqüentes de uma minoria, cujo poder material conquistado pela força intelectual se contrapõe à paz e ao bem estar e, ainda, à evolução de nossa espécie. Observo que, quando o assunto é o uso da tecnologia na educação no sentido de estar voltada para o processo de ensino-aprendizagem e a sala de aula, a situação não é diferente.

A idéia de Educação, hoje submetida a uma política mercantilista, quer fazer parecer o uso do computador em sala de aula um senso comum, o que muitas vezes se confunde com o fato de que uma boa aula somente dependeria da existência desse equipamento para acontecer, e ele, por si só, poderia ser o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem de maneira eficaz.

Entretanto, é sabido que o que de fato subjaz nas entrelinhas dessa práxis é a formação do professor, que ainda não acompanha a velocidade da instrumentalização contemporânea (aquisição de equipamentos) nos espaços escolares centrais urbanos, assim como na franja urbana⁹. Ressalto ainda que é preciso distinguir e delimitar esses espaços, uma vez que a mídia televisiva e internauta nos faz acreditar que o mundo todo está conectado e dispõe dos mesmos recursos tecnológicos com extrema facilidade.

Por sua vez os professores, independentemente das condições físicas do local onde residam, e a despeito de sua própria história de vida e formação acadêmica, se ainda não o são, deveriam ser habilitados internautas e ainda,

⁹Franja urbana: É o espaço em torno dos centros urbanos nos quais os habitantes se beneficiam de todos os aspectos e interrelações junto aos habitantes dos centros. Um exemplo é a aquisição de aparelhos de uso doméstico semi-novos que são descartados em grandes depósitos como sucatas pelos cosmopolitas em função do surgimento de novos modelos. Esse fenômeno se dá em grandes centros como Tóquio e Nova Iorque. (SANTOS, Milton, 1994)

mestres em efeitos especiais para que sua aula fosse capaz de tanger a magia da aprendizagem.

Mas a questão é: será mesmo que ter habilidade técnica e possuir instrumento é suficiente para agregar a tecnologia como auxiliar da aprendizagem?

A realidade, no entanto, nos aponta outros aspectos que diferem desta visão universalista. É verdade que as escolas dispõem de equipamentos TVs, vídeos, computadores, etc; mas também é verdade que sua utilização, mesmo nas escolas particulares ou universidades ainda é, por assim dizer, precária, em termos de potencial, seja por falta de mão de obra especializada para manutenção, seja por falta de espaços adequados, ou ainda, por falta de instrumentalização dos professores, cuja formação, até então, não contemplou tal intimidade com esses recursos.

A experiência no município de Jundiaí, cidade localizada há apenas 40 Km da capital São Paulo, comprova a preocupação com a instrumentalização das escolas no uso do computador e acesso à Internet, além da aquisição de outros aparatos tecnológicos, conforme observamos nas falas do atual Secretário da Educação:

A tecnologia muda muito. Em questão de dois anos, os computadores já estão obsoletos. Isso é uma grande dificuldade, porque esses equipamentos são muito caros. Mas o que mais me preocupa nas escolas é que nós temos escolas novas e outras muito antigas. Uma têm espaço para ampliar, outras não têm. Uma têm telhado de concreto, outras, de madeira. E a manutenção é complicadíssima. É um avanço muito grande, mas precisa de espaço. Muitas escolas não têm laboratórios. As máquinas são colocados nos fundo das salas de aula. A rede de internet, muitas vezes não atinge o bairro, tem de ser via rádio. É uma coisa que demanda tempo, custo muito alto, mas nós estamos atingindo já algumas escolas. E pretendemos fazer rede entre as escolas para que elas

possam se comunicar via Internet, tudo mais. Mas, é um trabalho demorado, caro. Mas hoje, nós perdemos 7 milhões.

Assim, nós que habitamos grandes cidades, temos muitas vezes uma visão equivocada da nossa própria realidade, atribuindo sentidos apenas às questões materiais, aparentemente “concretas” da realidade. Por vezes parecemos incapazes de enxergar em redor de nós mesmos, o que de fato conseguimos concretizar na nossa prática docente com os recursos de que dispomos como profissionais nas instituições nas quais trabalhamos.

A educação brasileira está sempre tentando adaptar-se a um modelo de outras realidades, como assinala Shiva (2002, p.21): “primeiro fazem o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência. Isso é muito fácil para o olhar distante do sistema dominante de globalização”. Nossa educação tem sempre estado referendada na cultura européia ou norte-americana, mais recentemente adquirindo constantemente “pacotes prontos” e passíveis de serem descartados, sempre em função da aquisição de um novo “pacote” que possa surtir um efeito mais imediatista para um conflito emergente.

Um dos entraves que muitas vezes as escolas e os profissionais da educação enfrentam, ao se depararem com a aceitação e o uso efetivo da tecnologia como instrumento de trabalho, reside justamente no fato de que a educação brasileira, muitas vezes, tenta imitar experiências que deram certo em outros países, cuja realidade difere da nossa. Assim, muitos dos projetos elaborados por brasileiros trazem no cerne de seus objetivos idéias já utilizadas em outras culturas, razão pela qual, muitas vezes, essas idéias fracassam. Não são levadas em conta as questões locais que se tornam invisíveis aos nossos olhos.

3.2 A rápida assimilação da tecnologia nos meios populares

A década de 70 marca o momento do desenvolvimento tecnológico no Brasil, o qual, entretanto, vem atender muito mais à minoria hegemônica do que a maioria brasileira.

A adaptação à nova realidade tecnológica foi rapidamente absorvida pela nossa sociedade, uma vez que essa se encontrava ávida para o novo, para a construção de um conhecimento e para a evolução, livre das amarras de uma cultura cuja história antiga não nos pertencia. Não é difícil contatar o fato de que o brasileiro destaca-se quando o assunto é tecnologia, não somente através dos dados divulgados nas pesquisas, como também pela observação do cotidiano das escolas, cujo uso de games e celulares, novidades tecnológicas, é intenso.

A aceitação da tecnologia quase que imediata das gerações mais novas que não se constroem diante de uma câmera de vídeo e de um computador e a resistência na admissão dessa nova linguagem como meio de atingir as novas gerações de alunos quando esta precisa transformar-se em linguagem educativa.

Estar na era da comunicação não garante pura e simplesmente a compreensão de valores e saberes. Ter habilidade para apertar botões e produzir efeitos pode não ter muito significado se não se puder relacioná-los coerentemente para a produção de sentidos.

Segundo Morin (2002, p. 94), “A comunicação não garante a compreensão. A informação, se for bem transmitida e compreendida, traz inteligibilidade, condição primeira necessária, mas não suficiente para a compreensão. “

Em Camargo & Albuquerque (2003, p. 362) encontramos o relato de um índio que aprende a utilizar e manejar uma filmadora que está sendo utilizada como ferramenta, e está filmando o velho da tribo narrando os seus ensinamentos, conforme podemos constatar na fala do velho da aldeia: “Bonito! Bonito! (...) para que serve a filmadora? Para vocês me filmarem enquanto eu falo, (...)aconselho. Assim meu pensamento fica guardado para as próximas gerações”. Ao ser

apresentado para o novo instrumento, sugere que poderia servir de um arquivo para os seus relatos e que poderia ser usado posteriormente para que seus ensinamentos não fossem esquecidos.

Pensamos então no movimento do professor brasileiro, transitando ora como sofredor (assemelhando-se à figura do Hierofante ¹⁰na Mitologia Grega), ora como um curador e paradoxalmente torturador de almas. O professor sofre ao ver-se obrigado a utilizar um instrumento tecnológico com o qual aparentemente não possui afinidades, para produzir sentidos em sua aula, e não percebe que esse sofrimento advém mais do fato de ter que mudar sua postura, quebrar o paradigma de sua própria formação e expandi-la, ou até mesmo do fato de ter de preparar a sua aula e com isso provar que ele tem o poder de tornar a aula interessante, porque provou que sabe utilizar-se de um instrumento que o educando domina, mas na maioria das vezes, não é capaz de estabelecer relações de sentido.

A experiência vivenciada no município de Jundiaí, de uma certa forma, vem comprovar isso. É interessante ressaltar que o problema não reside no aprendizado técnico, uma vez que as auxiliares de serviço que exercem a função de merendeiras possuem destreza na utilização do computador e dos softwares a elas destinadas. A questão, também, não é a capacitação docente, do ponto de vista técnico, visto que consta dos Projetos Políticos Pedagógicos, nas atribuições da coordenação e da direção das escolas, o diagnóstico da equipe. Como há um curso básico, todo profissional professor que não estiver se sentindo apto, do ponto de vista técnico, a utilizar-se de um computador, deverá ser encaminhado para tal capacitação, bastando que a direção da escola o inclua no curso, após essa constatação.

¹⁰ Hierofante: Quíron rei dos centauros (criatura selvagem, metade homem, metade animal) Os ferimentos de Quíron transformaram-no em O Curandeiro Ferido, aquele que por meio da própria dor pode compreender e avaliar a dor dos outros, que consegue enxergar adiante daqueles que se conformam com a sina. O mestre que está sempre aberto às dores do mundo, porque ele também sofre; o sofrimento e limitação como uma abertura de caminho para um entendimento maior sobre as leis da vida. Mitologia.

Isso se comprova através da fala da Diretora I (Diretora do Ensino Infantil), como pode ser lido no seguinte excerto:

Quando nós implantamos aqui em Jundiaí o sistema informatizado nas unidades escolares, num primeiro momento, é bom ressaltar, quando falamos de formação, falamos muito do professor, mas em Jundiaí essa questão se ampliou muito, e ela tem um significado muito grande porque todos os nossos profissionais passam pelo processo de formação, não só o professor e o diretor, mas merendeiras, auxiliares de serviço, secretários de escola, todos passam pelo processo de formação, numa carga horária diferenciada, até pela necessidade do funcionário estar mais dentro da unidade escolar, porque a carga horária do funcionário está dentro da jornada de trabalho. Ele vem numa carga horária menor ao Centro de capacitação, mas é importante ressaltar que as primeiras pessoas que tiveram a formação em tecnologia foram as merendeiras, e foi uma surpresa muito grande. Nós tivemos até resistência de alguns professores. Implantamos o sistema informatizado na merenda onde, ao utilizar uma lata de óleo nas unidades, elas já davam baixa no estoque e na parte de estoque da secretaria; assim já tínhamos a informação de que a merendeira utilizou aquele produto.

Podemos considerar que essa parte, para a merendeira, era mais técnica e não tinha abrangência pedagógica, mas funcionou. Porque elas estavam dispostas a aprender, rever práticas de seu trabalho, fato este que fez com que alguns professores aderissem à mesma postura de experimentar o trabalho com o auxílio direto da tecnologia.

A formação também aconteceu para os professores dentro das tecnologias aplicadas na unidade escolar. Embora saibamos que ainda hoje, às vezes, há uma resistência grande do professor para usar o laboratório de informática, embora seja difícil lidar com a máquina, não podemos deixar de pensar nas questões pedagógicas como o fato de o professor poder utilizar essas tecnologias de informação como ferramentas, favorecendo o seu trabalho de sala de aula.

Enfim, nós implantamos no sistema as tecnologias e mandamos para as unidades escolares vários softwares, através dos quais os professores tiveram a formação necessária para saber utilizá-los em salas de aula, e é bastante importante ressaltar que essas tecnologias são na verdade um aporte para o professor, uma vez que ele ainda é o profissional que está ali e que realmente é a pessoa que traz o tom para a sala de aula, porque ele tem que ter facilidade para fazer com que essas tecnologias ajudem e favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Mas jamais a máquina vai substituir o professor. O professor ainda é aquela pessoa que, mesmo tendo as tecnologias a seu favor, vai procurar articular as tecnologias com o seu trabalho do dia-a-dia, para que isso possa surtir efeito com a criança, no processo de ensino-aprendizagem.

A questão, então, está no pensar da ação. O que causa um sofrimento imaginário antecipado é pensar uma atividade que, além de ser promotora de aprendizagem, seja estimulante e interessante e que, por fim, ainda tenha de ser adaptada para o uso do computador, ou envolva outro recurso de multimeio.

A Educação do Município de Jundiá conta com uma assessoria pedagógica específica que pode ser solicitada quando se deseja otimizar algum projeto ou capacitar profissionais que estejam envolvidos em alguma atividade específica, especialmente na utilização de recursos como a produção de *sites*, ou outros projetos que envolvam a utilização das tecnologias de multimeios. Essa disponibilidade ao acesso dessa assessoria, bem como ao conjunto dessas tecnologias, atenua os medos e expulsa fantasmas relacionados às máquinas e, aos poucos, ajuda o diálogo do professor, seu tempo de trabalho no preparo das aulas e o seu desejo de tornar-se mais destro nessa linguagem.

A despeito de não existirem ainda espaços ideais e de estarem sob a orientação da mesma legislação, os cursos de formação estão obrigatoriamente inseridos na jornada de trabalho do profissional semanalmente o qual, além dos cursos, conta com três horas semanais para a capacitação em serviço. Esse é um

momento em que a equipe docente, a coordenação da escola e a direção discutem os problemas locais, normalmente acompanhadas por momentos de formação proporcionados pela direção e coordenação, além da discussão e da reflexão sobre as práticas e os espaços destinados à elaboração de avaliações, atividades pertinentes tanto aos projetos da pasta, como aos do Projeto Institucional da Escola, assim intitulado pelo caráter local, ou seja, normalmente sugerido e discutido pela equipe à luz de algum valor ou necessidade de sensibilização, o qual conta sempre com a mobilização de toda a equipe para a sua realização.

Observamos na fala da Assessora nas suas considerações sobre as horas de estudo como tempo e espaço destinados à formação do profissional em serviço, voltados para a sua prática local:

(...)Eu acho que há uma continuidade, maior, intensa: não deixar a formação do professor em serviço. Quando eu falo em serviço eu acredito que tem de ser lá na escola, na Hora de Estudo. Lá estão os dois profissionais responsáveis pela formação. Mesmo havendo diretores que não acreditam nisso, que não se responsabilizam por isso, é nas horas de estudo que tem de acontecer a reflexão sobre a prática do professor, é onde ele pode expor uma prática de sala de aula e refletir por que deu certo, e por que não deu certo, e o que deve vir para essa reflexão não são só os fracassos, mas o trabalho positivo, o trabalho de sucesso para ser modelo para o outro, é o momento mais íntimo em que ninguém tem medo de falar, de se expor. Eu acho que precisa melhorar, intensificar. Mais qualidade do que já tem, nas Horas de Estudo. É algo que eu já vi com os coordenadores e com os diretores, já conversamos um pouco disso também. Por que a capacitação do sistema não consegue atender a particularidade que é a prática de sala de aula, ela vem atender a formação pessoal, e que vai ter uma mudança na sala de aula, no contexto da escola, tem, sempre tem. Mas nós precisamos ganhar mais pontos positivos nas Horas de Estudo.

A direção da escola sente-se apoiada na condução dos projetos, mesmo os que propõem ações locais mais específicas, tanto da formação docente, quando de propostas que envolvam grupos de alunos ou a comunidade. Há um discurso constante da assessoria pedagógica que nos faz lembrar à direção da escola e a toda equipe escolar que é preciso se reportar à realidade local, aquela da escola.

Esses fatores avalizam grande parte do sucesso dessa experiência: a formação que se dá no nível teórico, a instrumentalização do profissional, o constante diálogo entre teoria e prática, o acompanhamento do trabalho e a formação em serviço, dentro do próprio ambiente e comprometida com a realidade de cada escola, com o seu contingente, suas possibilidades e disponibilidades, físicas e humanas.

Falar em mudança e em transformação parece ser um forte jargão na modernidade, mas, por vezes, torna-se uma maneira simplista de nos referirmos a uma condição que urge, num momento em que velhos paradigmas estejam ruindo. Porém, na prática, como promover a mudança na formação do professor, do profissional que atua junto à formação de pessoas e estar em consonância com a realidade social de cada local? É aí que percebemos um distanciamento, uma lacuna entre a cultura de escola na educação brasileira e a cultura brasileira fora do ambiente escolar e que ambas falam linguagens distintas e têm pressupostos diferentes; uma não acompanhando a outra.

O Brasil, ao introduzir o computador na escola pura e simplesmente, não comprou apenas a tecnologia, mas sim um "pacote tecnológico" cujas finalidades não se destinavam às nossas necessidades e realidade, razão pela qual instaurou-se um conflito ideológico. De um lado, o governo anunciando para a sociedade através da mídia a instrumentalização das escolas, informando à população que os alunos podem ter acesso a esse aparato tecnológico e que esse instrumento fará parte da sua formação. De outro, a realidade das escolas que receberam esses equipamentos e que normalmente se encontram trancafiados em uma sala, pois não há funcionários para monitorá-los, professores com formação técnica capazes de utilizá-los, além de a quantidade ser insuficiente

para a realidade do contingente matriculado em sala de aula: são cerca de 10(dez) equipamentos para 40(quarenta) alunos. Não são enviadas às escolas da rede pública estadual verbas para a manutenção de equipamentos e contratação de pessoal (estagiários) e, tampouco, a maioria delas possui Internet em rede. Isso sem contar que os equipamentos de uso administrativos, (direção, coordenação), nas escolas que os possuem, foram adquiridos com verbas normalmente de APMs (Associações de Pais e Mestres). Percebemos claramente aqui o fenômeno provocado pela “invisibilidade” que segundo Shiva (2002, p.22) “é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso”. Seria como se nos comprassem uma roupa de inverno maravilhosa, de alta costura e de tamanho único, que não levasse em conta o feitio de nosso corpo, o nosso clima quente, não tivéssemos tempo para fazer os ajustes necessários e fôssemos obrigados a vesti-la imediatamente. O resultado não poderia ser outro que não a falta de adaptação, o desconforto, o mal estar e o sofrimento, que acabam por gerar um desgaste imenso e tornar um traje bonito e elegante num estorvo do qual todos desejam se livrar. Não sei se fui feliz nessa metáfora que propõe o uso do computador como objeto-agente de aprendizagem, mas vejo um grande contingente de professores tanto da rede pública de ensino quanto particular, nessa mesma condição. Sabendo que a roupa é bonita, que têm de vesti-la, mas sentindo-se torturado por ela.

Jundiaí não é diferente dessa realidade física apresentada, mas consegue transformar um pouco essa realidade com um conjunto de ações já descritas anteriormente que integram o profissional professor, tornando-o menos solitário em seu trabalho cotidiano, incluindo todos os segmentos da escola como co-responsáveis entre si na solução de problemas, prestigiando e respeitando a realidade local.

O desconforto de pensar em uma aula sem giz e sem lousa é estarrecedor. A substituição do giz-lousa pelo datashow (aparelho que agregado a um microcomputador reproduz imagens em um telão) ou computador nas universidades, assim como nas conferências e palestras, revela instrumentos que

são utilizados como uma espécie de lousa eletrônica, organizadora de uma exposição oral, a qual muitas vezes se reduz a uma leitura de um texto escrito em forma de imagem, tamanha é a dificuldade do professor de libertar-se do conceito tradicional do uso giz-lousa como refúgio seguro que confere à aula a sua característica essencial, a de passar o saber, copiar.

O professor retorna e retoma a cada momento diante desse paradigma, resiste, contorce-se, diante do novo aparato tecnológico.

O computador chega para nós como um objeto capaz de produzir realidades, tanto as fabricadas pela nossa imaginação como as factuais. Ao mesmo tempo em que nos causa um certo desconforto, provoca também um certo comodismo quando agregado ao conceito de globalização como forma de rompimento de fronteiras, integração de novos espaços, novos conceitos de combinações de tempo, rompimentos de distâncias pela comunicação num tempo real dentro de um espaço virtual. Ao mesmo tempo em que descaracteriza, torna comum e igual, causando muitas vezes uma sensação de impotência diante de sua abrangência, fazendo desaparecer os saberes locais em função de uma proposta universalizante, por vezes considerada alienante em função da rapidez da veiculação da informação através da mídia e da falta de tempo, por vezes proposital, criada pelo poder dominante em relação às massas populares.

Ter uma mente capaz de transpor fronteiras apenas na imaginação e ignorar que, para transpô-las realmente, precisamos de um movimento concreto que envolva a realidade física à qual estamos atrelados, faz pensar no computador apenas como uma brincadeira de vídeo-game; entretanto, essa associação está presente no cotidiano do professor na sua própria formação, que ainda não conseguiu delimitar um espaço de ensino-aprendizagem, para que este profissional, de posse do uso de competência, pudesse desfrutar com destreza e habilidade desse recurso.

Retomando a reflexão que fiz anteriormente sobre a cultura de escola e a cultura brasileira, estas encontram-se desconexas em muitos pontos, entre os

quais enfatizo a questão do uso do computador como instrumento de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Ao mesmo tempo em que o uso do computador é necessário, ocupando transversalmente todos os espaços, provoca um conflito que abrange grande escala de contingente em nossa sociedade por conta da dicotomia cultural; por outro lado, a vivência com o multiculturalismo nos impele a admitir um discurso maniqueísta aprovando o uso dessas novas tecnologias sem uma prévia formação dessa competência. Como modificar essa realidade?

Acredito que esse caminho passe, antes de tudo pela formação do professor. Como modificar a formação do profissional da educação na atualidade? Quais aspectos essa formação não tem contemplado e deveriam ser agregados a ela?

Responder a essas questões é o conflito a que me propus e para fazer essa tentativa tenho buscado entender as temáticas que rodeiam o cotidiano do professor. Retomamos alguns pontos da entrevista com a Diretora I (Diretora do Ensino Infantil em Jundiaí):

(...)Enfim, nós implantamos no sistema as tecnologias e mandamos para as unidades escolares vários softwares, através dos quais os professores tiveram a formação necessária para saber utilizá-los em salas de aula, e é bastante importante ressaltar que essas tecnologias são na verdade um aporte para o professor, uma vez que ele ainda é o profissional que está ali e que realmente é a pessoa que traz o tom para a sala de aula, porque ele tem que ter facilidade para fazer com que essas tecnologias ajudem e favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Mas jamais a máquina vai substituir o professor. O professor ainda é aquela pessoa que, mesmo tendo as tecnologias a seu favor, é quem vai procurar articular as tecnologias com o seu trabalho do dia-a-dia, para que isso possa surtir efeito com a criança, no processo de ensino-aprendizagem.

Penso que seriam necessários alguns ajustes no campo do Currículo, porém a sustentação desses ajustes passaria por um processo real de democratização do ensino e um desejo muito grande de fazer as coisas acontecerem, sem que haja a sobrepujança de conceitos universalizantes sobre os aspectos da realidade concreta dos saberes locais. Vejo, portanto, que essa mudança teria que estar muito mais comprometida com o processo, ou seja, com o desejo de ver realmente quais são os conflitos existentes e não ignorá-los da forma como têm sido implementadas as políticas educacionais no Brasil.

A segunda grande questão que aflorou da experiência foi a da avaliação e é a temática da qual me ocupo no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DA AVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE MELHORIA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS E NA QUALIDADE DE ENSINO

Com referência à segunda grande questão que aflorou dessa experiência - a da Avaliação Institucional, em seus múltiplos âmbitos, tanto a que contempla a

avaliação de todo o sistema educacional e de seus atores, projetos, serviços contratados, como aquela que se propõe a diagnosticar o resultado dessas ações na aprendizagem dos alunos, destaco que não considero que haja uma separação, uma vez que tanto a avaliação do Sistema em seus aspectos administrativos e pedagógicos, como a avaliação da aprendizagem convergem para a melhoria da qualidade e estão interligadas, mesmo considerando-se a avaliação num primeiro momento, como necessidade básica imediata no diagnóstico de nossos problemas; num segundo momento como necessidade de expressar uma prática refletida, e num terceiro, como um processo vivo, dinâmico e formador, sem descartar, entretanto, o aspecto cultural que incide sobre a classificação.

Sob essa égide, destaco a atuação do município na Prova Brasil¹¹, ainda que os resultados da educação brasileira estejam aquém do que possa se considerar satisfatório.

Acompanhando a trajetória de Jundiaí, percebemos que a avaliação acontece anualmente em todos os segmentos da educação, desde a atuação da equipe docente até todos os níveis funcionais, bem como dos projetos sugeridos pela pasta e implementados nas unidades escolares, além da avaliação dos cursos de formação.

Para estabelecer esta relação traço uma breve trajetória dos conceitos de avaliação que embasam o nosso tempo.

4.1 A Avaliação Formativa

¹¹ Prova Brasil é uma avaliação realizada nas escolas públicas e tem o objetivo de produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, para auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros. A prova é desenvolvida e realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). A primeira edição ocorreu em novembro de 2005, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. As provas foram aplicadas em cerca de 160 mil turmas de 41 mil escolas públicas, em 5.398 municípios. No total, foram avaliados 3.306.390 alunos de 4ª e 8ª série do ensino fundamental. Fonte: www.inep.gov.br

A avaliação formativa tem origem na década de 60, nos Estados Unidos, a partir das idéias de Michael Scriven, cuja obra situa-se no conjunto das reações ocorridas ao modelo de avaliação educacional de Tyler. Vianna comenta que Scriven, ao escrever o ensaio Metodologia da avaliação (1967), apresentou os conceitos e diferenciou os papéis da avaliação formativa e somativa, no âmbito da avaliação educacional, e dentro do pensamento traçado pelo autor, especifica cada uma delas, propondo que:

A avaliação formativa deve ocorrer ao longo do desenvolvimento do programa, projetos e produtos educacionais, com vistas a proporcionar informações úteis para que os responsáveis possam promover o aprimoramento do que está sendo objeto de implementação...[] e que ao longo de um projeto a avaliação formativa deve ser uma constante, a fim de que os responsáveis possam, usando as informações, realizar as modificações que se fizerem necessárias. (VIANA, 2000, p.86)

Em Goldberg & Souza encontramos menção à avaliação Iluminativa como uma estratégia geral de investigação:

Como o próprio nome indica, a estratégia da avaliação iluminativa visa 'iluminar' a inovação em todos os seus aspectos, através de uma abordagem mais em profundidade, que busca captar o processo enquanto parte integrante de uma realidade viva e complexa... (GOLDBERG & SOUZA, 1979, p..24)

Em Perrenoud (1999, p.150) a idéia de avaliação formativa dá ênfase às organizações de itinerários da aprendizagem, ou seja, coletas de dados qualitativos propiciando variedade de informações para a realização de intervenções que pudessem validar os objetivos propostos anteriormente.

Mas afinal, como seria construir essa avaliação mais formativa? Que critérios ela teria de levar em conta?

A avaliação não deve ser um fim em si mesma e sim um meio intrinsecamente associado aos aspectos coerentes e formativos dos objetivos a que está atrelada. Recuperamos nesse ponto a palavra *coerência*, que deve ser o cerne de todos os aspectos que envolvem uma avaliação. Deve também ser um instrumento capaz de possibilitar a formação, e ainda, deve ser capaz de suscitar a relação entre outros saberes de forma coerente. Em outras palavras, a coerência da avaliação deve ser meio instigador da coerência de relações e ações em relação ao seu objetivo.

Encontramos alguns desses aspectos na entrevista com a Assessora de Jundiá:

A avaliação passou por transformações, mudanças de paradigmas, e hoje nós temos uma avaliação mais consciente. Consciente para quem realiza essa avaliação, tenha conhecimento, saiba qual o sentido da avaliação. A avaliação deixou de ser classificatória para ser uma avaliação mesmo das aprendizagens e do desenvolvimento da criança. Acredito que a avaliação deva acontecer durante todo o tempo dentro de um espaço educativo. Antes a avaliação tinha uma data determinada, um período determinado, para classificar, para eliminar, enfim, ela era mais classificatória, e hoje a avaliação vem mais como um recurso para esse educador, para que ele possa retomar as aprendizagens dos alunos. É uma avaliação frente às habilidades e competências desses alunos, e acredito que ela deva acontecer constantemente nesse espaço educativo, ao terminar um conteúdo, ao terminar um projeto, ao término do dia, antes de terminar um trabalho. Mas isso também não elimina a avaliação com data marcada, um período determinado, momento em que você tem outras questões a resolver também. A avaliação mesmo da aprendizagem dos alunos, e, depois dessa avaliação, ela precisa ser retomada, levantar as aprendizagens, levantar também com que defasagem nós ficamos e dar continuidade a esse processo de aprendizagem do aluno. Essa é a visão que hoje eu tenho de avaliação. É isso que as escolas em que a gente trabalha, ou pelo menos o nosso grupo, vem fazendo, essa avaliação que acontece bimestralmente. Eu coloquei essa

avaliação para os diretores porque os professores avaliavam os alunos de 3º e 4º anos que chegavam sem alguns conhecimentos, sem algumas habilidades e competências. Até mesmo alunos da mesma escola, chegavam diferentes em determinado ano.

O professor não estava dando conta da aprendizagem do aluno, ou por um motivo, ou por outro. Então essa avaliação bimestral serve de retomada para que diretor e coordenador acompanhem o processo do professor no desenvolvimento de seu trabalho e, além dessa bimestral, ela também é construída pelos professores, porque até a forma de questionar, de avaliar alguns conteúdos e aprendizagens precisa apresentar desafios na interpretação. Ela não é mais direta, como nós fazíamos. Com a participação desses professores, em cima de boas questões, comparando com as primeiras questões, hoje a gente vê diferença. Avaliação para mim não é “pegadinha”, tem que ser clara, tem de permitir uma boa interpretação, tem que deixar claro que resposta se pretende do aluno. Eu acredito que hoje nós temos realmente um processo de avaliação que avalia as aprendizagens, voltado para as habilidades e competências dos alunos.

Há que se considerar também o aspecto positivo relacionado à avaliação como processo de checagem de ações, frente aos paradigmas estabelecidos para que se possa minimamente servir de guia no percurso de uma boa trilha, coerente com os objetivos a que se propõe, ou se neste ou naquele ponto é necessário fazer ajustes, ou até mesmo mudar radicalmente as ações. Entretanto, para que se possa adentrar nessa questão, é preciso delimitar o conceito da palavra *avaliar* que é o de emitir um juízo, um julgamento, mediante a utilização de um conjunto de critérios.

Perrenoud (1999) aponta a problemática vivenciada pelo professor e descreve a sua exaustiva rotina ao longo do exercício de sua profissão como avaliador. Aponta para o tempo gasto na elaboração, correção, apontamentos de avaliações escritas que acabam por desgastar a criatividade e a energia tanto de professores quanto de alunos.

Observa ainda a resistência de um sistema que persiste, apesar de chegar quase a sucumbir diante do reconhecimento de sua própria precariedade: “Ir em direção a uma avaliação mais formativa é transformar consideravelmente as regras do jogo dentro de sala de aula” (Perrenoud, 1999, p.151). Porque descortina a necessária e emergente aceitação de uma mudança de paradigma, o que significaria derrubarmos o primeiro dominó da fila ou ainda tirarmos o tapete debaixo de nossos pés, da nossa própria formação, principalmente da prática cotidiana. Segundo o mesmo autor, uma avaliação formativa tem como primazia as didáticas inovadoras, deixando em segundo plano a classificação e a regulação das aprendizagens.

4.2 Em que escola brasileira a avaliação formativa é praticada?

Podemos pensar então que a escola, as instituições de ensino de uma maneira geral, tal como existem hoje, na sua concepção em que imperam os modelos tradicionais europeus foi e continua sendo sempre palco de exclusão social?

Observamos que a atual crise da educação é a mesma da sociedade que a deseja e que hoje é impelida pelos meios de comunicação e empurrada pelo mercado, mas também é verdade que a educação escolar tem a incumbência de abranger a educação familiar, ou seja, desde hábitos de higiene e apresentação pessoal até a inserção adequada do indivíduo no mercado de trabalho.

Observando a prática pedagógica de algumas escolas públicas e particulares, percebemos a fraude que se instaura por detrás da burocracia escolar que alimenta o princípio universalizante da igualdade e da qualidade, e o discurso pedagógico que diz que cada indivíduo deve ser olhado na sua individualidade. Mas vemos apenas acontecer uma massificação cujas

justificativas estão longe de prestigiar o bem estar do indivíduo e a sua evolução, acenando apenas para o mercado.

É freqüente encontrarmos gestores acomodados, como se não houvesse nada mais a fazer, a não ser se conformar com a triste realidade. É muito fácil dizer que é o “Sistema” e que eles nada podem contra isso. Ignorar as culturas locais, ainda que elas gritem, é reafirmar ainda mais os massacres culturais. Perrenoud acena para a contradição de um sistema de avaliação muito restritivo e que deixa, concomitantemente, grande liberdade para as fantasias, até mesmo para as loucuras individuais.

Ora, a fantasia, a *fortiori* a loucura, são sempre muito difíceis de negociar no seio de um grupo (apud Perrenoud, 1996, cap.5). mesmo quando uma equipe pedagógica entra em acordo sobre objetivos principais, corre o risco de tropeçar em detalhes, porque muitos professores estão muito mais presos a seu modo de corrigir e notar do que confessam e se chocam, às vezes, com mais modalidades, aparentemente menores, do que com grandes opções pedagógicas. (1999, p 75). “

As atividades e avaliações devem valorizar prioritariamente os aspectos de contribuição pessoal, soluções criativas e ao mesmo tempo calcadas no referencial teórico discutido.

Outro procedimento muito importante para o desenvolvimento desse Programa é a formação de um grupo de mediadores que se destinam à aplicação de atividades e avaliações, amenizando e o embate entre professor e aluno no momento da aplicação da atividade e ou avaliação. Sabemos que não são novidade experiências dos professores em acompanhar o ritmo do aluno, ajustar o ensino a esse ritmo, propor um modo mais individualizado de acompanhar e verificar a sua aprendizagem.

Desde o séc. XVI, vivemos sob a hegemonia da pedagogia tradicional, instalada pelos jesuítas, cuja atenção especial se dava na realização de provas e exames. A prática da avaliação através de provas e exames se universalizou, ao longo do tempo, e com a emergência e cristalização da sociedade burguesa ganhou importância maior do que a própria aprendizagem dos alunos. Há expectativa de pais, alunos, professores pelas notas que revelarão se eles foram aprovados ou não. Dessa forma, a avaliação passa a estar a serviço da seleção e exclusão de alunos. Ainda hoje a postura da educação tradicional se mantém na maioria das escolas e a avaliação ainda é sinônimo de fazer prova, atribuir nota, repetir, passar de ano. Classificar o aluno tem sido o alvo da avaliação do rendimento escolar.

Como diz Luckesi, a pedagogia do exame tem duas conseqüências: “pedagogicamente, ela centraliza a atenção nos exames: não auxilia a aprendizagem dos estudantes [...] psicologicamente, é útil para desenvolver personalidades submissas” (2003, p.25) Ao contrário da classificação e seleção, a avaliação deveria auxiliar na construção da aprendizagem, no sentido de que o significado maior deveria ser o das atividades relacionadas com a aprendizagem dos alunos, subsidiando decisões que propiciem sua melhoria.

Hoffman (2003, p.15) também salienta a importância da reflexão e tomada de consciência dos educadores sobre a compreensão equivocada de avaliação como julgamento de resultados dissociado da ação educativa que desenvolvem durante o processo com os alunos. Estabelece que há mitos e representações em torno na prática avaliativa tanto de professores como de alunos relacionados à concepção e significados sobre avaliação que marcaram suas experiências de aprendizagem em suas trajetórias de vida e que contribuem para a dicotomia entre educação e avaliação: “os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados. E exercem essas ações de forma diferenciada.”

A avaliação formativa, que ocorre durante o processo, e, continuamente, serve para informar professor e aluno sobre as dificuldades encontradas, permite verificar o nível de aprendizagem dos alunos, e não tem como objetivo atribuir notas, apenas. O professor pode avaliar o progresso do aluno e obter informações importantes sobre seu próprio trabalho.

Uma das questões que chama atenção em algumas das escolas de Jundiaí, é a existência de uma avaliação construída coletivamente pela equipe docente da Unidade Escolar, também intitulada de Avaliação Institucional, que ocorre bimestralmente. Dentre os objetivos dessa construção, destaco o trabalho coletivo de construção e elaborações de questões, normalmente realizado nas Horas de Estudo pelos professores entre seus pares. Esse trabalho tem sido responsável pelo deslocamento da visão tradicional da avaliação por parte dos professores, promovendo assim uma visão auto-avaliativa e ainda formativa, quando se constroem critérios para atingir objetivos de aprendizagem. Tratam-se de questões elaboradas com responsabilidade e com um olhar mais voltado às especificidades do processo de ensino aprendizagem, tanto do aluno, quanto do professor.

Avaliação somativa ou cumulativa da aprendizagem escolar tem como objetivo a certificação e ocorre sempre no final do processo. Perrenoud estabelece que há duas lógicas para entendimento do papel da avaliação do rendimento escolar: a lógica a serviço da seleção e a lógica a serviço da aprendizagem. A serviço da seleção é a avaliação que temos praticado na escola, ao longo da história da educação brasileira, criando hierarquias de excelência, como ele comenta: “os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos (1999, p.11).”

Essa prática de desigualdades de êxito acabou sendo incorporada naturalmente por todos os atores envolvidos com a aprendizagem, sejam pais, alunos, professores, e demais profissionais da educação, como a ordem natural

das coisas dependendo de cada aluno, de sua aptidão aproveitar as oportunidades em aprender. Por outro lado, não há como negar que a própria sociedade espera um juízo de valor, espera ser selecionada e classificada; portanto não vejo como culturalmente possível, pelo menos aqui no Brasil, deixar de se pensar na avaliação somativa como processo para uma avaliação seletiva, Independentemente do momento em que realmente vá ocorrer esta seleção, sendo ela norteadada pelo mercado ou não.

Buscar a excelência e a qualidade também significa destacar-se, ser melhor, e, portanto, mais valorizado. Não percebo como, mesmo em lugares em que há um pensar sincero sobre a aprendizagem e a avaliação formativa, essa culturalmente não redunde em seleção. Modificar uma cultura, nesse sentido, não é tarefa simples, e nem garanto que seja realmente desejada, mesmo nas práticas avaliativas, ditas de formação.

4.3 A serviço da aprendizagem : algumas considerações

No que se refere à estratégia da avaliação iluminativa, o papel do avaliador, neste caso, “não busca manipular, controlar ou eliminar as variáveis situacionais, mas sim tomar como dado a situação complexa com que ele se defronta.”(Golderg & Souza,1979, p.33). Pode-se averiguar, desse modo, que o avaliador nesse espaço toma uma postura de pesquisador observador.

Já numa avaliação com perspectiva formativa, o papel da avaliação passa a ser o de possibilitar ao aluno e ao professor os modos de raciocínio e as aquisições feitas por cada um dos alunos para que se delimite o aprendizado e as intervenções a serem feitas durante rendimento dos alunos, mas o que caracteriza a avaliação formativa como uma prática nova é estabelecê-la como regra, como uma prática corrente, em que a regulação se alteraria da dinâmica do conjunto para o nível das aprendizagens individuais.

Uma avaliação mais formativa pressupõe uma gama de informações sobre os processos de aprendizagem. Assim, a energia gasta pelo professor em qualificar a aprendizagem de seus alunos e acompanhar individualmente o seu processo de crescimento substituiria com êxito a frustração do exaustivo trabalho que precisa provar a sua eficiência apenas pela quantidade, trazendo respostas mais motivadoras e assertivas para alunos e professores, uma vez que, nessa perspectiva, as provas e exames seriam de pouca relevância para verificar o domínio a que o aluno chegou, como se deu a aprendizagem e a construção de seus conhecimentos, para que se possa melhor compreendê-los e trabalhá-los, como comenta Perrenoud (1999, p.15).

Transformar, no entanto, essa prática, não é tarefa simples e envolve um complexo processo de formação cultural, não somente de uma equipe nela interessada, mas de uma profunda auto-análise de seus integrantes e, ainda, de uma quebra de paradigmas, especialmente daqueles que orientam os processos de ensino e aprendizagem e das leituras dos registros que em razão deles construímos. Segundo Perrenoud:

Uma questão parece evidente: a análise das práticas só pode causar efeitos reais de transformação se o profissional se *envolver* de fato com o processo. É raro conseguir transformar apenas quando se toma conhecimento das conclusões de uma análise realizada por outro. Cada participante deve desempenhar um papel ativo na análise de sua própria prática; ainda que não seja a única fonte de relacionamentos, das hipóteses, “das intuições analíticas” e das interpretações, só poderá utilizá-las casos e apropriar delas e a elas aderir...

(...) A forma de agir e de estar no mundo de uma pessoa não pode mudar sem transformações advindas de suas atitudes, de suas representações, de seus saberes, de suas competências de seus esquemas de pensamento e de ação. Essas condições são necessárias para uma transformação duradoura das práticas. Portanto, na realidade, análise das práticas visa uma transformação – livremente assumida dos profissionais, ainda que nem sempre ela seja explícita. (2002, p.123,124)

A Avaliação formativa a serviço da aprendizagem pressupõe, acima de tudo, o olhar de profissionais envolvidos e interessados na construção de avaliações que retornem ao processo de ensino e aprendizagem, modificando posturas e atitudes de ambas as partes, quais sejam, de alunos e professores. Seria a avaliação tida como meio e não como fim em si mesma.

Paralelamente a essa avaliação, e de não menor importância, seria a participação intensiva da família como co-responsável na tarefa de promoção da aprendizagem. Perrenoud (1999) destaca que a família está habituada a entender, interpretar e reivindicar somente sob a égide da linguagem dos números. Assim, quando um pai de classe média vai à escola reclamar desse ou daquele procedimento, ou ainda, dessa ou daquela avaliação, tende a jogar a culpa no professor, que não teria explicado a matéria suficientemente bem, ou ainda, que não teria utilizado a apostila ou qualquer outro material didático de posse do aluno (a), e, repentinamente, torna-se um hábil advogado, tentando buscar contradições nas rígidas normas aceitas por ele no ato da matrícula. Já a escola, por sua vez, de posse de suas anotações, normalmente responde que a causa é a falta de interesse do aluno (a) comprovado nas anotações das tarefas que ele (a) deixou de apresentar, e, ainda, que o aluno apresenta uma deficiência nos “pré-requisitos” e que para que ele tenha algum êxito deve procurar com a máxima urgência um professor particular, pois não há tempo para que se possa recuperar agora a aprendizagem do conteúdo que lhe falta.

A criança é hoje muitas vezes furtada da companhia de pais e avós, pois estes estão sempre ocupados, trabalhando, e a educação que antes se dava em casa neste tempo passa a ser incumbência da escola, que dispõe de poucos recursos e poderes para exercê-la e muitas vezes tem na figura dos próprios pais verdadeiros adversários conscientes ou inconscientes na formação que desejam para os seus filhos. Os pais que matriculam seus filhos em escolas que contrariam seus próprios princípios éticos e morais desejam que ocorra um milagre e que as crianças atinjam de maneira “milagrosa” o sucesso que eles desejariam para si

próprios, ainda que seja apenas uma ilusão de óptica relacionada ao capitalismo selvagem, que parece, inclusive, estar acima das vocações pessoais.

Os pais não perguntam nem a si e nem à escola qual seria a possível causa de tudo isso, e a escola, por sua vez, não tenta esclarecê-los quanto à importância de sua atenção e interferência na educação de seus filhos, e, tampouco tem agregado a essas lacunas que se evidenciam na relação escola-família situações que ocorrem com frequência e denotam a necessidade da mudança paradigmática que urge. Ao contrário, continua tratando os pais como numa relação comercial, buscando assumir e atender o cliente que pagou por um produto, o que no caso aqui é um serviço educacional, como se esse fosse apenas uma mercadoria e não dependesse de fatores de extrema complexidade e individualidade. Perrenoud (1999) defende a idéia da necessidade de um “acordo tácito” entre família e escola. Mas é claro não leva em conta que esses caminhos passam por situações culturais diferentes, se considerarmos a história do nosso país.

A experiência dos Ginásios Vocacionais vivenciada no Brasil há cerca de 40 anos, surpreende especialmente por atender em profundidade os quesitos da escola que se deseja ainda hoje, com seus pressupostos pedagógicos voltados a serviço da qualidade e da construção do saber. Essa escola, entretanto, no momento em que surgiu, atravessou interesses políticos e sucumbiu à ditadura militar, o que me faz refletir sobre a particularidade de quem, ou a quais interesses realmente a educação está servindo atualmente.

Na maioria das vezes parece que estamos servindo a um discurso vazio, muito mais que a um desejo sincero. Onde estão a gestão e a participação democrática?

Enguita (1989), ao mostrar as conexões entre as relações sociais da educação e as relações sociais de produção capitalista, esclarece como se

constrói a submissão permanente das pessoas, iniciando-se pelas relações estabelecidas dentro da escola, que servirão como base para manter a subserviência nas relações sociais fora dela.

Ressalto aqui a questão da formação do professor e da presunção do administrador, do dono, tomando a formação como um objeto de consumo apenas e atravessando o humano. Freitas, ao discorrer sobre o papel da escola, adverte-nos sobre as relações de troca entre escola e sociedade, o discurso liberal do ensino de qualidade para todos, e a intencionalidade da sociedade capitalista em impor um único ritmo de aprendizagem para todos: “há uma hierarquia econômica fora da escola que afeta a constituição das hierarquias escolares [...] há uma sociedade constituída sob a égide da competição”.(FREITAS, 2003, p.18).

O capitalismo selvagem, a concorrência marqueteira, a venda da imagem de sucesso, como que de um produto adquirível e não como uma construção que se dá através da formação, tudo isso passa pela educação escolar e ainda pela avaliação escolar.

Cumpram ainda observar que há um saber acumulado nas universidades, um saber isolado que parece não querer se envolver com a população e que sofre por aguardar um milagre político, esperando que o poder decida, autorize, mas não tem a coragem de se expor para a sociedade.

Acredito que a crise paradigmática da educação aponta para a formação do professor, profissional que desconhece a sua própria história. O que fazer com essa angústia?

Retomo neste ponto à experiência de Jundiaí. Apesar do “Sistema” de governo, é evidente que houve um desejo de aplacar tal angústia, o que comprova, de uma certa forma, que a leitura da legislação depende essencialmente da mente que a interpreta, visto que as leis da educação são as

mesmas em todos os locais do Estado. Cabe, entretanto, aos interessados a sua interpretação, para que se possa fazer valer em seus aspectos positivos, e modificá-las em seus aspectos negativos. Não há, pois, história de sucesso, se não levarmos em conta a história de seus atores, seus pensamentos, suas necessidades, suas culturas locais.

A experiência em Jundiá tem mostrado a preocupação com esse olhar local. Apesar de submissa à mesma legislação, o diferencial deu-se em virtude de um desejo coletivo, com uma liderança interessada em realizar esse desejo, e mais, podemos dizer que há um constante canal aberto à reflexão e à avaliação desse trabalho, muito embora não se possa garantir que esta cultura não abranja e não abarque outra, a da seleção. A fala da Diretora I reafirma alguns desses aspectos:

Ao longo dos anos e fazendo um processo de avaliação, dentro do próprio sistema nós criamos, num determinado momento, um sistema de avaliação própria, por quê? Não que a avaliação externa não seja significativa, pelo contrário, eu considero de extrema valia. Nós temos de participar de todo o sistema de avaliação existente. Isso é fundamental para perceber se estamos caminhando corretamente, senão onde estão as falhas. Decidimos também por uma avaliação própria como ponto fundamental a partir do qual estruturamos nosso sistema municipal de ensino. Através dessas avaliações nós percebemos que os professores sabiam o que tinham que trabalhar, de que forma, mas, por outro lado, as metas estavam um pouco desarticuladas, cada professor acabava trabalhando pensando em determinados conteúdos para trabalhar, porém não tinham referência dos momentos em que esse conteúdo as favoreceria naquela série, gerando certa confusão no exercício pedagógico em sala de aula.

Logo, nós trouxemos a partir das idéias de todo o corpo gestor e docente (Coordenadores e Assessores Pedagógicos e representantes de Professores) e começamos a pensar que metas nós elaboraríamos para o sistema e, em que séries nós começaríamos e terminaríamos determinado conteúdo, tendo em vista

que a alfabetização tem um processo dentro do ensino fundamental. Assim, começamos a elaborar essas metas e, junto com os professores, trouxemos um especialista para orientar-nos e escrevemos um livro para o município das metas elencadas.

Parece que ainda falta algo ao sistema, pois precisamos desmistificar o processo de avaliação, porque ela ainda é vista pelos profissionais como aquilo em que se está sempre querendo medir o conhecimento do outro e não é verdade, a avaliação ainda é um momento em que temos que discutir muito mais.

Nós participamos agora da Prova Brasil e é importante ressaltar que o município de Jundiaí destacou-se, porque tivemos uma nota bastante significativa no SARESP e estivemos numa pontuação dentro do Estado bastante favorável, apesar de que o Brasil, de uma forma geral, ainda precisa avançar muito no processo educacional.

Nós inclusive obtivemos uma nota de avaliação de nosso desempenho tão favorável que nós fomos convidados (esse fato nos deixou muito lisonjeados) a encaminhar para o MEC um parecer mencionando o modo como nós trabalhamos com o processo de formação para que eles também possam coletar alguns exemplos de alguns municípios que estão tendo algum sucesso, para que eles possam também estudar e ampliar para o Brasil, de uma forma. Ficamos muito lisonjeados com este convite, mas sabemos que precisamos avançar muito.

A formação do profissional em serviço se dá na junção constante de teoria e prática. Assim a academia muda a sua posição de ditadora daquilo que não vivencia, e que antes a distanciava da prática; em contrapartida, as suas reflexões embasam trabalhos no cotidiano dos profissionais, produzindo, dessa forma, novos saberes, novas questões a serem pesquisadas e analisadas à luz das experiências.

Destaco a fala da Diretora II (Diretora do Ensino Fundamental) sobre a análise anual feita com base nas avaliações dos profissionais que participaram dos cursos de capacitação e que, num dado momento, necessitavam de mais instrumentalização teórica e prática para atuar na alfabetização:

Como em todos os anos, no final do ano letivo é feita uma avaliação, os professores acharam por bem, através de uma pesquisa realizada em todas as unidades, optarem por capacitações ligadas à alfabetização que era e sempre foi e acredito que será uma preocupação de todos nós; visto que alguns professores que entram na rede não têm experiência, pois nunca deram aula, trabalhavam em outro ramo, nos quais muitas vezes têm experiência.

É imprescindível a capacitação de um professor alfabetizador para nos auxiliar, porque é complicado; eu acho que foi muito, não, na verdade ainda está sendo, assim é muito valioso este investimento que tivemos até a presente data.

Destaco também a fala do atual Secretário sobre a seleção dos cursos a serem oferecidos aos profissionais da Educação, baseados na análise de uma avaliação anual, com dados colhidos sobre os profissionais de todas as Unidades Escolares:

É feita uma série de reuniões com esses dados todos e analisamos quais os pontos positivos e negativos, o que tem que ser revisto, quais assuntos que têm de ser abordados, onde estão as falhas. Isso é feito todo início de ano, com todas as Assessoras e Coordenadoras Pedagógicas. Principalmente eu e as Assessoras trabalhamos muito em cima disso.

Avaliar é sempre um processo difícil, porém imprescindível ao diagnóstico e à orientação de atitudes que possam colaborar com a construção de situações que venham a melhorar e trazer bem estar a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, podendo orientar-se a melhor utilização de recursos materiais, ou a prestação de serviços educacionais que venham ao encontro de objetivos coletivamente construídos e estabelecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descrever a experiência vigente no Ensino Municipal de Jundiaí, pretendo contribuir para possíveis avanços na análise da Educação e da realidade do Ensino Brasileiro, especialmente voltada para a formação do profissional professor em seu ambiente de trabalho e à valorização da sua realidade local.

Enfatizo a relevância desse olhar no desenvolvimento do processo de formação do indivíduo, na sua relação com a escola, desde criança, quando

iniciada no processo de escolarização, até o seu futuro, que pode ser o de um profissional da Educação. Trata-se da formação profissional evidenciada no desenvolvimento das múltiplas potencialidades do indivíduo e de sua sensibilidade.

A dicotomia entre a realidade efetivamente vivida pelas escolas públicas e o discurso político-pedagógico implementado através da presença do conceito de invisibilidade é inegável.

Há uma necessidade da continuidade no tempo e a organização, melhor dizendo, a (re)organização desse espaço social que é a escola e das instituições de ensino, de uma maneira geral. Que lugares essas instituições devem realmente ocupar na sociedade de hoje, e que papéis são requisitados de seus atores, mediante o compromisso com a sociedade?

Analisando os depoimentos dos entrevistados - os dirigentes da Educação do Município de Jundiaí -, observa-se que todos exerceram a profissão docente por um período razoável, razão pela qual acredito haver nessas pessoas um olhar sensível e ao mesmo tempo próximo ao profissional que se encontra em sala de aula.

Observa-se também que a palavra mudança esteve presente no discurso de todos, revelando-se como uma necessidade visceral do processo educacional, ao mesmo tempo em que se evidencia como palavra chave de todo o processo de melhoria de qualidade do ensino que este município vem-se propondo durante três gestões municipais consecutivas.

No que concerne à primeira questão analisada nesse trabalho, *o papel da tecnologia na formação do professor*, analiso que o município de Jundiaí tem uma preocupação em aproximar o professor do uso da tecnologia, não somente adquirindo aparatos para as escolas, mas principalmente atenuando o acesso à

sua utilização; uma vez que, ao capacitar merendeiras, simplificou a distância do profissional ao uso desses aparatos.

No caso em especial do professor, observo que o oferecimento de uma assessoria permanente e de fácil acesso para dar suporte a trabalhos e projetos nas escolas tornou o seu uso menos dramático, mesmo ressaltando-se que pouco difere o uso das salas ditas “de informática” das escolas do município de outras instituições públicas ou particulares em vista das restrições de uso, o número reduzido de equipamentos e, principalmente, a ausência de monitoria especializada.

Entretanto alguns novos prédios escolares já estão sendo construídos, levando-se em conta salas adequadas não só do ponto de vista do espaço físico como também de sua instrumentalização, com equipamentos suficientes para atender a alunos e professores. Tal constatação remete a uma questão levantada no capítulo 3, de que a relação entre tecnologia e sala de aula está ligada a outros fatores, como o planejamento das aulas que, no caso do uso da tecnologia, é o ato que tem de ocorrer necessariamente para surtir um efeito de aprendizagem e atingir assim objetivos diretamente ligados a ela. Por exemplo, o professor, ao propor a exibição de um filme sem um prévio roteiro para discussão, o que especificamente do ponto de vista pedagógico ele quis atingir, recorrendo a esse aparato de multimídia?

A discussão sobre o uso de tecnologia em sala de aula, na realidade, aponta para outras causas, não somente relacionadas à aquisição de instrumentos, mas à utilização desses instrumentos como apoio e suporte a ações pedagógicas. Assim, à luz dessas considerações, constato, em primeiro lugar, que parte dessa mudança somente foi possível com uma aplicação de recursos financeiros não somente em bens materiais, mas principalmente na formação continuada dos profissionais da educação, desde os seus próprios dirigentes até os professores e demais segmentos dentro da Educação, e, em segundo lugar,

que muito ainda tem de se discutir sobre a formação do profissional na sua realidade cotidiana e na sua prática profissional.

A segunda questão é a da *Avaliação*. Nenhuma mudança seria possível se, além da vontade política e da mobilização dos professores, não houvesse uma avaliação, num primeiro momento diagnóstica para se detectar problemas, falhas, lapsos entre discursos e realidades e, especialmente, se não houvesse, além do olhar local, o acompanhamento de ações, a avaliação de novas ações e investimentos e o retorno para as novas discussões. O papel da avaliação institucional que, em Jundiaí, permeia a área pedagógica e administrativa foi e é sem dúvida um diferencial para se obter respostas e assim gerar novas ações que devem reverter em investimentos frutíferos e que atendam à ideologia local.

Por esse viés passa a avaliação que se faz da aprendizagem dos alunos e dos profissionais, das capacitações, das necessidades locais discutidas em grupo, dos temas transversais que são delegados à competência da escola e, assim, a avaliação tem um papel importante na qualidade do serviço que se oferece e como meio de atingir objetivos previamente delineados por um grupo que deve estar sintonizado com o seu espaço local e não dever perder a comunicação e a sintonia com a política educacional do país, escrita nos documentos oficiais nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Toda a mudança, no entanto, e mesmo quando se comemora o êxito de investimento em ações, sejam elas do ponto de vista material ou imaterial, não se processa sem dor, sem que tenhamos que desconstruir conceitos, certezas que estavam muitas vezes sedimentadas, e observamos que nada foi ou é muito simples nesse campo. Até então foram quase 14 anos de investimentos em esforços das equipes em alterar esse quadro. O resultado, no entanto, dentro da sala de aula aponta para um sucesso relativo.

Outra questão levantada foi a seguinte: como negar o caráter classificatório da avaliação, principalmente quando ela coloca em xeque políticas e partidos dentro de um mesmo país? Os dados mostram que o município se destacou, mas que, em termos de melhoria de qualidade e da própria inclusão social, há muito que se fazer, especialmente quanto ao *ranking* mundial, quadro em que o Brasil aparece entre os piores países em Educação no mundo.

Certamente ainda temos uma longa jornada a respeito do papel da avaliação e das questões levantadas na presente pesquisa. O que se pretende ter avançado é na aceitação de um olhar mais plural na sua interpretação. Esperamos ter aberto algumas sendas e que novas investigações dêem seqüência a esta. Entendemos que outro não é o papel da pesquisa senão o de instigar novas buscas e soluções.

- ANEXO I-

Breve roteiro para nortear as entrevistas:

- Como e quando se instituiu o Centro de Capacitação de Formação de Professores no Município de Jundiá?
- Na sua visão, houve alteração no cotidiano das escolas e modificação na prática docente depois dessa iniciativa?
- Qual objetivo se pretende atingir com a otimização de um espaço permanente de formação?

- Por que se pensou na figura do diretor como um formador, uma pessoa mais participativa nas questões pedagógicas?
- O excesso de projetos obrigatórios em andamento não acaba por sobrecarregar os Horários de Estudo e, conseqüentemente, mascarar o processo de formação de professores que se institui como prática obrigatória nas escolas? Por quê?
- O Centro de Capacitação é instrumentalizado com aparatos tecnológicos de última geração; no entanto, as escolas ainda possuem grande dificuldade no acesso a computadores e Internet, linhas telefônicas e etc, assessoria de hardware. Como você vê esta contradição?
- Na sua opinião, qual deve ser o perfil do professor de ensino básico hoje? Por quê?
- Enumere alguns pontos positivos e negativos do sistema implantado.
- Comente, critique ou sugira algo com relação ao processo de Formação de Professores.
- Na sua óptica, qual tem sido a relevância da Avaliação Institucional praticada no município?
- Gostaria de dizer algo sobre a sua própria formação?

- ANEXO II -

Entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2006, no Centro de Capacitação e Formação de Professores do Município de Jundiaí, na sala da Diretora do Ensino Infantil (Diretora I).

Professora eu gostaria que a senhora iniciasse falando da sua formação e sobre esse processo em Jundiaí.

A minha formação é como Pedagoga, sou professora efetiva do Sistema Estadual de Ensino.

Na época da municipalização, fui convidada a participar do grupo de assessoria da Secretaria de Educação do Município, e venho fazendo esse trabalho dentro do Centro de Capacitação. Hoje, como diretora da área de Educação Infantil, coordeno o Centro de Formação de Professores. Considero que essa atividade traz uma larga experiência por meio do acompanhamento de todo esse processo de formação do professor, extremamente importante, o qual nos possibilita a apropriação de estratégias diferenciadas através das quais podemos elevar a qualidade da educação do município de Jundiaí.

E como você vê a questão da formação, por exemplo, desde que foi implantado esse sistema em Jundiaí, há quantos anos?

Praticamente o sistema municipal de Jundiaí nasceu no bojo do processo de formação de professores desde que o município tinha apenas a pré-escola. Desde 1992, o secretário da época fazia pequenas reuniões setoriais com pequenos grupos (o sistema era pequeno, pois era composto só da pré-escola) de professores do município, que participavam voluntariamente; uma vez que esses encontros não faziam parte da jornada de trabalho do professor, porém eram valorizados como forma de estudo. Partindo daí, também já começaram a implementar os seminários e, com o decorrer do tempo, o sistema foi crescendo, não só na educação infantil, como também a partir de 96 com a implantação da municipalização do ensino em Jundiaí. No sistema municipal foram instituídas na jornada de trabalho do professor três horas de estudo na Unidade Escolar; medida importante pelo fato de o diretor, que tem o papel de formador, estar junto com os seus professores, formando-os dentro do contexto educacional da escola onde todos trabalham. Além de terem sido determinadas duas horas para a capacitação, que passou a ser feita num local próprio - o Centro de Capacitação; diferentemente do passado, quando eram grupos menores e as reuniões aconteciam em algumas unidades escolares .

Esses seminários, normalmente, eram ministrados por especialistas que vinham de fora?

Depois de todo o trabalho que os especialistas desenvolviam durante esses seminários - esses encontros que eles faziam nas unidades escolares -, elencavam alguns temas considerados necessários para o desenvolvimento do trabalho e, a partir disso, foram convidados profissionais como a professora Maria Tereza Peres, Beatriz Cardoso, a professora Lara Prado, que foram pessoas que tiveram inclusive participação ativa no processo de elaboração de vários documentos do MEC, como os PCNs, que vieram a Jundiaí para traçar uma linha de capacitação e para iniciar um projeto dentro da proposta que o município havia traçado como meta.

Os seminários de educação acontecem também através da indicação de profissionais feita pelos próprios professores durante o ano, segundo temas julgados por eles relevantes. O seminário, na verdade, é como um fechamento do trabalho desenvolvido pelos próprios especialistas durante o ano todo de capacitação.

Houve uma mudança efetiva na prática do professor a partir dessa iniciativa ou você acha que ainda em termos de resultado do próprio professor para o aluno ainda é meio obscura, mesmo com todas as implantações, da hora de estudo, dos especialistas, enfim, do ponto de vista prático?

Houve uma mudança muito grande no processo da prática do professor. É lógico que, com relação à educação, não se consegue fazer nada com muita rapidez. Acho que nós vamos colocando, acrescentando, a cada ano, buscando alternativas novas, estratégias novas, procurando melhorar o trabalho do professor e, dia a dia, a sua prática na sala de aula. Enfim, evoluímos muito a partir da municipalização de primeira a quarta séries do ensino fundamental no sistema, exatamente desde 1996.

Muito se aplicou na formação do professor nesses dez anos e é lógico que a colheita de tudo isso vai sendo gradativa mesmo, porque não se consegue transformar tudo assim muito rápido. Assim, além da formação também foi trabalhado o próprio conceito que o professor tinha em relação à construção de uma outra proposta, a construção de metas para o sistema. Tudo isso foi muito abrangente, o município começou a trabalhar com a proposta construtivista, um trabalho muito grande em relação à proposta.

É indiscutível que o professor também tem que mudar a sua postura, tem que ter consciência de que a postura dele tem relação direta com as mudanças que foram acontecendo no sistema. Sabemos que não é fácil, já que também a nossa formação foi a mesma, até porque você tem o seu alicerce naquilo que você aprendeu. Para mudar é muito complicado. Ficamos com um pé aqui e outro no ar.

Podemos afirmar que todas as resistências foram quebradas? De jeito nenhum, somos conscientes que existem aquelas pessoas que estão abertas à mudança e outras, não; o que não quer dizer que é o professor mais antigo aquele mais resistente, ou o mais novo está mais disposto a modificar suas práticas. Em absoluto, tanto o professor mais antigo do sistema, como o mais novo, apresentam-se como resistentes em vários momentos, mas também temos aquele professor que, indiferentemente aos anos de experiência, trabalha de forma interativa com o atual sistema.

Os professores do Sistema Municipal de Jundiaí aceitaram bem a mudança, e estão cada vez mais preparados para o seu trabalho em sala de aula.

Com relação à questão da tecnologia, como é que você vê essa ausência de uma formação anterior, já que existe a demanda de que o professor domine a tecnologia? São enviados computadores para as escolas, mas, na prática, como é que você, como diretora, vê essa situação?

Quando nós implantamos aqui em Jundiaí o sistema informatizado nas unidades escolares - num primeiro momento, é bom ressaltar, quando falamos de formação,

falamos muito do professor -, mas em Jundiá essa questão se ampliou muito, e ela tem um significado muito grande porque todos os nossos profissionais passam pelo processo de formação, não só o professor e o diretor, mas merendeiras, auxiliares de serviço, secretários de escola, todos passam pelo processo de formação, numa carga horária diferenciada, até pela necessidade do funcionário que está mais dentro da unidade escolar, porque a carga horária do funcionário está dentro da jornada de trabalho, ele vem numa carga horária menor ao Centro de capacitação, mas é importante ressaltar que as primeiras pessoas que tiveram a formação em tecnologia, foram as merendeiras, e foi uma surpresa muito grande, e nós tivemos até resistência de alguns professores. Nós implantamos o sistema informatizado na merenda, onde, ao utilizar uma lata de óleo nas unidades, elas já davam baixa no estoque e na parte de estoque da secretaria, assim já tínhamos a informação de que a merendeira utilizou aquele produto. Podemos considerar que essa parte, para a merendeira, era mais técnica e não tinha abrangência pedagógica, mas funcionou. Porque elas estavam dispostas a aprender, rever práticas de seu trabalho, fato este que fez com que alguns professores aderissem à mesma postura de experimentar o trabalho com o auxílio direto da tecnologia.

A formação também aconteceu para os professores dentro das tecnologias aplicadas na unidade escolar. Embora saibamos que ainda hoje, às vezes, há uma resistência grande do professor para usar o laboratório de informática, embora seja difícil lidar com a máquina, por outro lado não podemos deixar de pensar nas questões pedagógicas como o fato de o professor poder utilizar essas tecnologias de informação como ferramentas, favorecendo o seu trabalho de sala de aula.

Enfim, nós implantamos no sistema as tecnologias e mandamos para as unidades escolares vários softwares, através dos quais os professores tiveram a formação necessária para saber utilizá-los em salas de aula, e é bastante importante ressaltar que essas tecnologias são, na verdade, um aporte para o professor, uma vez que ele ainda é o profissional que está ali e que realmente é a pessoa que traz o tom para a sala de aula, porque ele tem que ter facilidade para

fazer com que essas tecnologias ajudem e favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Mas jamais a máquina vai substituir o professor. O professor ainda é aquela pessoa que, mesmo tendo as tecnologias a seu favor, é quem vai procurar articular as tecnologias com o seu trabalho do dia-a-dia, para que isso possa surtir efeito com a criança, no processo de ensino-aprendizagem.

O que você considera ainda negativo, que necessite nesse momento de um olhar? Existe algum lapso por perceber pelo qual talvez vocês estejam se movimentando

Ao longo dos anos e fazendo um processo de avaliação, dentro do próprio sistema nós criamos, num determinado momento, um sistema de avaliação própria, por quê? Não que a avaliação externa não seja significativa, pelo contrário, eu considero de extrema valia. Nós temos de participar de todo o sistema de avaliação existente. Isso é fundamental para perceber se estamos caminhando corretamente, senão, onde estão as falhas. Decidimos também por uma avaliação própria como ponto fundamental a partir do qual estruturamos nosso sistema municipal de ensino. Através dessas avaliações nós percebemos que os professores sabiam o que tinham que trabalhar, de que forma, mas por outro lado, as metas estavam um pouco desarticuladas, cada professor acabava trabalhando pensando em determinados conteúdos para trabalhar, porém não tinham referência dos momentos em que esse conteúdo as favoreceria naquela série, gerando certa confusão no exercício pedagógico em sala de aula.

Logo, nós trouxemos a partir das idéias de todo o corpo gestor e docente (Coordenadores, Assessores Pedagógicos e representantes de Professores) e começamos a pensar que metas nós elaboraríamos para o sistema e em que séries nós começaríamos e terminaríamos determinado conteúdo, tendo em vista que a alfabetização tem um processo dentro do ensino fundamental. Assim, começamos a elaborar essas metas e, junto com os professores, trouxemos um especialista para orientar-nos e escrevemos um livro para o município das metas elencadas.

Parece que ainda falta algo ao sistema, pois precisamos desmistificar o processo de avaliação, porque ela ainda é vista pelos profissionais como aquilo que se está sempre querendo medir o conhecimento do outro e não é verdade, a avaliação ainda é um momento em que temos que discutir muito mais.

Você tem então uma reunião de equipe para essa auto-avaliação do trabalho gestor desse sistema e a avaliação externa que você se refere é?

Nós participamos agora da Prova Brasil e é importante ressaltar que o município de Jundiaí destacou-se porque tivemos uma nota bastante significativa no SARESP e estivemos numa pontuação dentro do Estado bastante favorável, apesar de que o Brasil, de uma forma geral, ainda precisa avançar muito no processo educacional.

Nós inclusive obtivemos uma nota de avaliação de nosso desempenho tão favorável que nós fomos convidados (esse fato nos deixou muito lisonjeados) a encaminhar para o MEC um parecer mencionando o modo como nós trabalhamos com o processo de formação para que eles também possam coletar alguns exemplos de alguns municípios, que estão tendo algum sucesso para que eles possam também estudar e ampliar para o Brasil de uma forma geral. Ficamos muito lisonjeados com este convite, mas sabemos que precisamos avançar muito.

Na sua opinião, qual deveria ser o perfil do professor hoje?

Hoje a formação inicial do professor também precisa ser revista, as instituições, as faculdades precisam repensar o processo de formação do professor; uma vez que, quando o professor já vem com um embasamento bom, já é uma excelente abertura. No entanto, por um outro lado, não basta apenas que o profissional seja formado, é preciso que ele esteja aberto a mudanças, Por quê?

A educação não é um processo estanque e o profissional, antes de mais nada, assim como todas as outras profissões, deve estudar sempre e buscar

estratégias novas todos os dias. A educação já passou por aquele processo onde o professor tinha a cartilha na mão como um guia para o ano inteiro e a seguia sem qualquer questionamento sobre sua validade no processo de ensino-aprendizagem. Em contra partida, hoje o profissional necessita ter uma abertura muito grande, inclusive ele tem que fazer parte, e não só estar presente, mas ele tem que ser uma pessoa que ele realmente faça parte, de fato, do projeto político pedagógico da unidade escolar. É fundamental que ele seja consciente de seu papel como educador e realmente se envolva, engajando-se no sistema educacional, porque a partir do momento em que o professor se envolve, ele já está fazendo parte da educação.

É preciso lembrar que, ao se lidar com a dimensão educacional, é importante agir com amor por aquilo que você faz, visto que lidamos com seres humanos e, além do mais, crianças em formação, e se eu não estou aberto para trabalhar com essa criança e pensar que eu sou o formador de um novo cidadão, é bastante complicado. Logo, antes de tudo, é preciso ter comprometimento com a educação, e isso não é fácil em todos os setores, mas particularmente o professor lida com a aprendizagem desse ser humano, com o seu cognitivo, com as suas competências, com as suas habilidades.

Assim, o professor deve estudar todos os dias, tem que estar em busca sempre do novo, até porque o mundo hoje está muito diferente. Se formos voltar, ao meu tempo, por exemplo, de escola: quando que eu imaginava que ia ter um computador em sala de aula? Atualmente a criança busca experiências novas e, acima de tudo, o professor não é o detentor sozinho do conhecimento. Por um tempo nós infelizmente passamos por isso, mas hoje não, hoje o professor tem que ir em busca, ele precisa interagir como um orientador, assim como um aprendiz. Não nos esqueçamos que, com as novas tecnologias de informação, com a rapidez que a criança obtém informações dentro da sua própria casa, a que o próprio professor muitas vezes não tem acesso; nós não podemos nos acomodar, devemos acreditar, construindo junto com a criança o conhecimento, sem deixar de repensar também o processo de formação. Só assim nós teremos melhoria de educação nessa cidade, nesse estado, nesse país.

O profissional professor precisa entender melhor o papel da Secretaria de Educação de Jundiaí, que tem aplicado muito no processo de formação, tem procurado trazer excelentes profissionais para trabalhar aqui com os docentes; inclusive profissionais que às vezes os próprios professores e os diretores indicam. Temos visto que realmente esse processo de formação é viável para o professor, até porque ele não tem custo nenhum com isso. A Secretaria oferece isso gratuitamente para o professor (situação esta que em muitas prefeituras é diferente), visando ao crescimento não só profissional, bem como pessoal do docente, oportunizando o desenvolvimento do seu trabalho no dia-a-dia e otimizando todo o processo do ensino-aprendizagem na sala de aula.

- ANEXO III -

Entrevista realizada em 01/12/06, com a Diretora de Educação do Ensino Fundamental do Município de Jundiaí, (Diretora II) no Centro de Capacitação, sala Antonio Cândido.

Professora, em primeiro lugar eu gostaria de saber como você descreve a sua formação, a sua trajetória pessoal e o seu envolvimento com a Educação?

Iniciei minha carreira profissional em 1981, quando lecionei na APAE. Aliás, foi uma experiência muito gratificante, porque eu trabalhei com crianças com necessidades educacionais especiais e, partindo dali, aprendi muito, até para fazer uma reflexão da minha pessoa enquanto ser humano, uma vez que meu olhar antes dessa vivência era completamente diferente. Posteriormente prestei concurso na prefeitura, efetivei-me, não era possível conciliar os horários e infelizmente tive de deixar a APAE.

Assim, comecei a lecionar, fiquei muito tempo na sala de aula para poder estar preparada para assumir uma direção, visto que para mim ser um diretor sempre significou conhecer o dia-a-dia de uma escola, vivenciar a realidade junto com os alunos para ver o que realmente os professores enfrentam, seja em situações favoráveis ou ruins, e até mesmo para poder orientar o corpo docente. Então, eu queria ter essa segurança e, por conta disso, não tive pressa, pois desejava primeiro conhecer as diversas dimensões da educação. Enfim, trabalhei em todos os segmentos: fui diretora de creche, depois do ensino infantil, cujo público era formado por crianças de quatro a seis anos; depois estava numa escola do ensino fundamental, como diretora, e daí recebi um convite para vir para a Diretoria. Inclusive, fiquei até um pouco assustada porque era uma realidade totalmente nova para mim, mas eu acho que valeu a pena, pois desafios sempre são bons para o aprendizado.

Quanto tempo faz isso?

Eu comecei a trabalhar como diretora em 1989 e, como professora, estreei em 1982. A partir desse momento, desenvolvi o meu trabalho junto aos professores, no sentido de estar orientando-os em relação às questões

pedagógicas, sentindo-me assim segura para exercer a função para a qual fui designada.

E há quanto tempo você assumiu a Diretoria ?

A partir de 1997. De lá pra cá...em relação à Capacitação, logo no início havia uma preocupação muito grande de capacitar os profissionais e até mesmo com a nossa formação, por termos passado a ter a responsabilidade de lidar inclusive com creches, porque antes desse período essa tarefa estava delegada à Secretaria da Saúde, refletindo uma postura muito paternalista.

A assessoria teve, assim, que estudar bastante, inclusive no início, em 1993, quando os professores faziam a capacitação no horário de trabalho, era opcional; porém, apesar de não haver a obrigatoriedade, muitas vezes tínhamos a participação da maioria. No entanto, por conta de afazeres, de muitos compromissos com crianças pequenas e de algumas professoras que ainda estudavam, não podiam todas participar desta capacitação que acontecia no período da noite.

Diante desse quadro, o secretário sentiu a necessidade de contemplar todos os trabalhadores e resolveu mudar a carga horária: atualmente nós trabalhamos 30 horas e a hora da capacitação é no horário de trabalho.

Vejo essa mudança como um grande avanço, até mesmo em relação à equipe, porque antes de 1993 havia somente duas assessoras pedagógicas (embora o número de escolas não fosse o mesmo: trinta escolas), mas mesmo assim a demanda era muito grande para atender à educação infantil e inclusive em projetos, orientando, visitando, conhecendo a realidade local, convivendo para poder compartilhar o sucesso juntos com eles e os fracassos também.

A municipalização aqui em Jundiá aconteceu a partir de que ano?

A partir de 1996; uma parte, em 1999, a complementação, quando atingiu todas as escolas de 1º a 4º ano e nós temos duas híbridas.

E nesses dez anos você considera que houve um avanço na formação desse profissional? Você acha que mesmo o resultado obtido com relação aos alunos e a outras cidades, por exemplo, o ranking estatístico de alfabetização, você julga que foi um salto ou que não foi tão grande? Como você vê essa questão,

Veja, o meu olhar é mediante toda a minha trajetória, porque nós vivenciamos todos os passos. Sem dúvida houve um grande avanço; não digo para você que está cem por cento, porque aprendemos a cada dia e aperfeiçoamos cotidianamente nossa prática. Mesmo quando foi proposto aqui em Jundiá enquanto sistema para trabalhar o construtivismo, foi complicado, pois ocorreram algumas resistências, mas nós tivemos a sorte de contar com capacitadores eficientes que puderam nos tranquilizar. Tínhamos muitas incertezas, o Secretário que atuava na época fazia, às vezes, alguns questionamentos, para ver se era realmente o caminho certo. Hoje vejo que, embora tenhamos alguns problemas, o nosso sistema educacional evoluiu bastante.

Quando você fala o secretário, ele teria investido então em uma formação que vem de fora, da academia, seria isso?

No início os profissionais gabaritados vinham da FEUSP, que firmou um convênio conosco. Esses profissionais tinham a autonomia de escolher qual a área em que queriam atuar, então nós tivemos Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Ciências, Química e Física.

Como em todos os anos, no final do ano letivo, é feita uma avaliação, os professores acharam por bem, através de uma pesquisa realizada em todas as unidades, optarem por capacitações ligadas à alfabetização, que era e sempre foi e acredito que será uma preocupação de todos nós; visto que alguns professores

que entram na rede não têm experiência, pois nunca deram aula, trabalhavam em outro ramo, nos quais muitas vezes têm experiência.

É imprescindível a capacitação de um professor alfabetizador para nos auxiliar, porque é complicado; eu acho que foi muito, não, na verdade ainda está sendo, assim é muito valioso este investimento que tivemos até a presente data.

Como você acha que deve ser o perfil do professor, hoje, que você considera um professor apto para estar em uma sala de aula?

Parece meio complicado responder, porque nenhum ser humano nasce sabendo e, por mais boa vontade que se tenha, mais dificuldades surgem. No entanto ainda acreditamos que a partir de momento em que o profissional tem boa vontade, é meio caminho andado: não tem experiência mas tem o desejo de buscar novos conhecimentos. Muitas vezes o professor está chegando agora, os novos de casa, e dizem não estar dominando a sua prática em sala de aula. Então vamos investir, dar todo o respaldo que for necessário, porque essa pessoa está precisando de apoio, de ajuda, porque de repente não estava fazendo porque não sabia, a classe responde por meio da indisciplina, pois não havia atividades interessantes para que os alunos ficassem quietos, porque para o professor conseguir conquistar - e até mesmo enquanto diretor -, é necessário oferecer bons materiais (estimulantes para o aluno que quer interagir) e saber acionar estratégias eficientes. Acontece que muitas vezes o professor desconhece esses recursos.

O que você considera hoje como pontos positivos? A gente vê muitos por aqui; seria ainda ponto negativo ou alguma coisa que você acha que está necessitando de um olhar da educação, um olhar mais atento ou uma iniciativa mais profunda?

Uma grande preocupação que existe ao longo de todos esses anos, não é somente agora, é a seguinte questão: crianças que saem do ensino fundamental

(1ª a 4ª) sem conseguir ler e escrever. Avançamos muito nessa área quando tínhamos o GEI, o qual esse ano nós não temos, faz muita falta, inclusive, contar com professores especializados que acompanhem pedagogicamente a escola.

O que seria então o GEI?

O GEI é Grupo de Ensino Intensivo: são professores efetivos no sistema que muitas vezes são escolhidos pelos próprios pares. A própria unidade se posiciona com relação ao fato de o professor ter o perfil ou não para trabalhar, durante o período contrário, com essas crianças com dificuldade de aprendizagem e independentemente de ter também atualização de performance.

Isso trouxe um resultado muito grande?

Muito bom, é uma questão que inclusive estamos tentando resgatar, porque nós achamos que foi bom, embora haja sempre algumas divergências que podem ser perfeitamente superadas, se pensarmos no bem-estar do aluno.

Por que se acabou por hora, e não está atendendo?

Na verdade aconteceu o seguinte: houve a mudança do governo, embora a proposta seja a mesma, mas cada um tem seu jeito de trabalhar. Apesar de a equipe ter continuado, houve a mudança do secretário. Precisamos então analisar, colocar para ele nossas limitações relacionadas à necessidade de aprendizado, uma vez que temos muitas demandas e nos sentimos muito seguras em dividir com o secretário tais preocupações.

Ser secretário não é fácil porque eu fui, é complicado. Além da demanda prevista no dia-a-dia, há a preocupação com os alunos da sala de aula, professores, funcionários, enfim, são todas as esferas que englobam o universo educacional e a expectativa de que você seja suficientemente eficiente para superar todos os desafios.

Como você vê esse espaço de formação na hora de estudo dentro da unidade?

Considero positivo, mas a hora de estudo não deve ficar só naquele local, por exemplo: algumas atividades podem ser desenvolvidas em alguns espaços culturais, proporcionando ao professor momentos de reflexões e experiências ricas. Um seminário é outra possibilidade que só faz acrescentar no exercício pedagógico, tanto de quem oferece quanto de quem ouve e interage. Creio também que depende muito do diretor, do olhar do diretor, do olhar dos professores.

Tínhamos também as chamadas reuniões setoriais, o que seriam essas reuniões setoriais? São os bolsões, como nós temos, por exemplo, circulando tal. As escolas daquele bolsão se reuniam em determinado dia da semana junto com toda a equipe da secretaria, o secretário inclusive, com todos os trabalhadores da unidade, e compartilhavam das experiências, solicitavam o que era necessário, e era assim um momento muito valioso, mas acabou.

Por que?

Acabou porque chegou um momento em que tivemos que dar uma estruturada, uma vez que já não estava atingindo mais os objetivos, mas foi uma experiência muito boa, muito valiosa.

Esse espaço aqui do centro de capacitação é um espaço bastante completo, hoje, em termos de aparatos tecnológicos e tudo mais. E com relação aos cursos que são oferecidos aos professores, qual seria o objetivo de dar andamento nesse processo de formador?

A formação do ano seguinte acontece mediante a avaliação do sistema solicitado pelos próprios trabalhadores; por exemplo no ano passado tivemos a

língua de sinais como uma solicitação, redação, filosofia. Nós ouvimos muito o sistema e nós lemos todas as avaliações atentamente para não deixar de atendê-las.

Muito positivas por sinal, não é? Sobre a capacitação dos profissionais feita aqui no Centro de Capacitação, como é feita essa contratação?

As avaliações enviadas são lidas pelo secretário junto com a equipe e assessoria pedagógica, dando-se prioridade aos temas que a maioria sugere.

Qual a intenção da Prefeitura de Jundiaí com relação a esses aparatos tecnológicos? Por exemplo, hoje a gente tem uma comunicação nas escolas quase toda por e-mail, mas temos grandes problemas de comunicação justamente pela falta desses aparatos nas escolas, da facilidade da linha telefônica da Internet, ao mesmo tempo em que ela é solicitada também como uma formação do professor e da própria comunicação entre as escolas; qual seria a intenção com relação a isso, já que a gente tem aqui uma lugar tão bem equipado?

A Secretaria de Educação sempre investiu nesses equipamentos e em tudo que a unidade precisa. Para você ter uma idéia, esse centro foi voltado para os profissionais para que eles tivessem um lugar agradável para estudar. Com relação à dificuldade, acredito que eu desconheço que alguma escola não tenha esses equipamentos, porque inclusive nós fazemos todo o levantamento, contamos com uma assessora de informática, por exemplo, que tem a grande preocupação por parte do prefeito e do secretário de educação para saber se as escolas estão todas equipadas. Nós tivemos uma visita junto com a Maria Alice, recentemente, e o prefeito solicitou-nos o registro ao ver que as crianças estavam trabalhando na mesa com o caderno (alfabeto).e foi verificado que não há carência de equipamentos tecnológicos.

E esse acesso à Internet, essa dificuldade que as unidades têm com relação a essa comunicação, essa acessibilidade?

Como se trata de uma ferramenta a mais para oferecer tanto para os alunos como para os profissionais, eu acredito que muitas vezes dependemos de uma empresa que também é contratada, e inclusive nós estamos revendo essa equipe para que não tenha essa demora de atendimento, porque às vezes existe por conta da demanda da empresa que não atende somente a Secretaria de Educação. É uma coisa que a gente cobra muito deles. Embora os profissionais da empresa da CIJUN procurem atender da melhor forma.

Quais seriam hoje os objetivos da Educação de Jundiaí e quais seriam as próximas metas com relação, enfim as próximas necessidades, atividades a serem desenvolvidas, atendidas? O que pensa hoje a Secretaria de Educação de Jundiaí, atingindo um certo patamar? O que ela pretende?

Existe uma grande preocupação, por parte principalmente do secretário, de trabalhar a música, a dança, áreas que ele acha que está faltando explorar melhor, dirigidas à criança e até mesmo ao adulto. Assim os investimentos devem ocorrer muito rapidamente.

Também na formação do professor?

Sim, inclusive haverá a contratação de professor de música, de dança, o que, aliás, nós já tivemos no passado e não temos esse ano, porque não foi uma reivindicação do sistema.

Com relação ao atendimento da demanda do solicitado pelos professores, como tem sido esse trabalho.

A Capacitação se realiza mediante a avaliação que o sistema encaminha e que cada unidade responde, reivindicando quais são os seus desejos; por exemplo, neste ano nós tivemos redação, linguagem de sinais. Na verdade até eu

tinha lhe falado de dança e música, nós temos este ano, mas anteriormente nós tivemos na prática. Temos uma sala exclusivamente para os professores realizarem as atividades e foi assim um ano muito bom. Mas chega um momento em que os professores querem ver cada vez mais, e por Jundiá já ter oferecido assim, muitas coisas, dando muitas oportunidades para eles, vão ficando assim muito exigente, não só eles, todos nós. Chega um momento na vida que temos de parar e nos policiar, refletir, muitas vezes você vai a um seminário, você já ouviu, você sabe, e não é porque você já ouviu você sabe, é que você vai saber tudo, mas muitas vezes cai naquela, “ Ah, já vi tudo isso”.

Nós tivemos aula de Arte com a Rosa, uma professora que esteve conosco não me recordo o ano, mas que elaborou os Parâmetros Curriculares na área de Arte, a Priscila, na área de Matemática, foi nossa capacitadora, a Débora de Língua Portuguesa, nossa capacitadora, e com a eleição do presidente, uma das filhas dele trabalhava também como capacitadora. E resolveram levá-los todos para Brasília, e foi quando eles elaboraram os Parâmetros Curriculares e o Referencial para a Educação Infantil. Por sinal, nos referenciais nós temos muitas fotos de nossas unidades, de nossos professores, até em momentos na Hora de Estudo, na Horta, enfim em algumas atividades que eles vivenciavam, porque eles costumavam, além da capacitação, aqui no Centro, ir até as unidades.

E sobre a sua trajetória profissional de vida, a sua formação?

Fiz o Magistério, depois Pedagogia, aí fiz pós graduação em Didática, Fundamentos Teóricos, Pós Graduação em Prática Pedagógica, e na Flacso, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais da Argentina, nós fizemos uma pós graduação em Construtivismo e Educação. Eram profissionais da Argentina que vieram ministrar aulas aqui no Complexo e isso aconteceu por meio de uma prova de seleção para todos os professores que se interessaram.

Retomando, eles vinham uma vez por mês e foi uma oportunidade que nós tivemos que valeu à pena.

Participei do 12º Congresso Mundial de Educação Comparada no Palácio das Convenções de Cuba, quando eu tive a oportunidade de conhecer a Educação de Cuba. Até então a gente ouvia falar do modelo da Educação em Cuba. Tive a oportunidade de conhecer escolas, Creches, Ensino Infantil e Fundamental. Quando diziam que as escolas eram equipadas com computadores com laboratórios de informática e que eram oferecidos todos os materiais às crianças, e chegou um momento em que uma repórter viu que eu era brasileira e quis saber sobre a educação no Brasil, até por conta de ter um conhecimento em relação ao presidente do Brasil que eles conhecem muito lá, e no meu olhar eu acho que devem existir coisas boas lá, mas, não é convencimento, mas modelo é em Jundiá, porque por exemplo, quando se fala em computadores em sala de aula. Era um computador para vinte crianças. As escolas são de período integral. Eles fornecem todos os materiais para as crianças, o caderno, o livro, o uniforme. Se a criança perde o lápis, ou então, quebra alguma coisa assim, eles não recebem outro, porque têm um prazo de dois meses para utilizar aquele material. Lá obrigatoriamente as crianças todas usam uniforme, e cada série é de uma cor. Eles são fanáticos pelo presidente. Quando nós chegamos na sala eles se levantam, põem a mão para traz, e falam assim: “O Fidel, é o nosso rei.” Uma coisa que choca!

Nesse Congresso, a gente vê assim a diferença entre o pessoal de Cuba e os turistas, porque no Hotel era assim tudo do bom e do melhor, inclusive carros, mas você encontrava aqueles carros bem velhos, nos horários em que iam ao Palácio das Convenções. Carros que precisavam de ligação direta para poder conseguir chegar até o local desejado. Nós tivemos a oportunidade de conhecer uma professora que foi apresentar um trabalho sobre Jovens e Adultos lá em Cuba, ela era de Santos. Ela ficou na casa de um cubano. Quando ela comentava como tinha sido o banho dela ela dizia: “Ai, eu tomei banho na canequinha”. Então nós a convidamos para ir ao Hotel para tomar um banho. Nos horários dos intervalos no Congresso, os cubanos ficavam de um lado, os turistas do outro. Porque a alimentação não era a mesma, por exemplo: para comer frango lá, uma vez por mês. Só que em relação à Cultura e à Educação, eles são

muito ricos. Os doutores conversando conosco, falavam o seguinte: nós somos pobres em materiais e em alimentação, mas somos ricos em cultura e realmente é uma coisa assim fantástica. O porteiro da universidade é formado em direito, a menina que trabalha na secretaria é formada em Letras. Lá em Cuba todos tem a oportunidade de ter uma universidade. Desde criança a pessoa é preparada para exercer uma profissão. Vamos supor que chegue um momento em que ela perceba que não era isso que queria. Por exemplo, na casa onde ficou essa moça de Santos, ela fazia medicina. No terceiro ano ela desistiu porque não era isso o que ela queria. Só que ela foi preparada, induzida a ser uma médica, e na verdade não era isso. Mas todos os habitantes de Cuba, não há um com quem você converse que não tenha uma universidade, que não tenha um vocabulário muito bom. É até admirável, têm um conhecimento magnífico. Mas em relação ao Brasil, até mesmo Jundiaí, foi uma experiência, que eu pensei, nós temos tudo de bom.

Eu fui junto com uma professora que foi contemplada por meio de um sorteio na Plenária. Quando terminou a Plenária, o secretário fez um sorteio para Cuba, foram duas professoras. E eu iria junto.

Uma delas não pôde ir por questões pessoais, mas a que foi comigo dizia: Eu não acredito que nós temos tudo isso lá. Só vendo que a gente começa a valorizar. Aqui mesmo em Jundiaí, profissionais que davam aula aqui e não tiveram oportunidade de continuar até por conta do concurso, não conseguiram passar na prova de seleção. Eles trabalham seis meses, por conta de uma lei e não podem no próximo ano dar aula. Essas pessoas trabalham em cidades vizinhas. Chegam até nós e dizem: eu era feliz e não sabia.

Em que ano foi isso?

2004. Eu tive uma experiência de responder como Secretária da Educação. De ter um outro olhar. E a gente vê que quando a pessoa está ali, aí é

que não é fácil. Por isso até eu demorei a pegar a direção em alguma Unidade Escolar, porque eu queria vivenciar, estar junto, passar o que os professores passam, porque não é fácil. Eu penso que é uma experiência que todos devem estar passando para poder cobrar. Para você poder cobrar, você tem que dar também. Mas voltando à experiência como secretária, foi um desafio, foi uma oportunidade, eu não esperava, mas foi muito bom.

A professora gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Eu queria ressaltar que esse foi um trabalho de equipe, foi fundamental, não foi do dia para a noite. O governo deu a oportunidade, o secretário trabalhou durante 12 anos, e mediante tudo isso a secretaria cumpre assim com o dever de enriquecer a base cultural, científica e tecnológica de seus trabalhadores, garantindo um ensino de qualidade e contribuindo para o crescimento do município de Jundiaí e do nosso país.

A professora finaliza dizendo como escreveu essas últimas palavras:Escrevi isso no carro.

Entrevista realizada no dia 01 de dezembro de 2006, no Paço Municipal com a Diretora de Educação do Ensino Fundamental do Município de Jundiaí, (Diretora II) no Centro de Capacitação, sala Antonio Cândido.

Eu gostaria de iniciar a entrevista perguntando sobre a sua formação pessoal, como professora, e a sua trajetória de vida.

Eu iniciei o Magistério no Sul de Minas. Logo que eu acabei o Magistério, aos 18 anos, fui para a sala de aula. Trabalhei durante 4 anos no Sul de Minas. Tentei iniciar uma faculdade, mas eu estava um pouco imatura. Casei-me e vim para o Estado de São Paulo, trabalhei uns dois ou três anos antes de vir para Jundiaí, onde entrei no magistério novamente. Trabalhei no Estado durante 16 anos como Professora de 1ª a 4ª séries, sendo 12 anos numa escola de periferia, dentro de uma favela. Trabalhei no Projeto da Escola Padrão, tive uma formação diferenciada, e foi aí que nós iniciamos uma reflexão diferenciada sobre o processo de aprendizagem do aluno, a filosofia construtivista. Trabalhamos as questões de projeto, o tema gerador, estudando, foi nesse início que eu passei a refletir sobre uma proposta construtivista - em que você pensa como o aluno aprende – a conhecer mais o processo de aprendizagem, a questão da interação dele com o objeto de conhecimento, a interação com o outro, a valorização do saber, mas também já dei muita cópia e muita nota vermelha, porque a minha formação foi essa. O início meu foi esse. Em 1998 houve um concurso na prefeitura, e até então eu nunca tinha trabalhado na prefeitura. Na época da municipalização, a escola em que eu estava no estado, foi uma das últimas a se municipalizar, nós não queríamos a municipalização, e quando eu vi que não tinha jeito, eu fiz o concurso da prefeitura, e passei; na época tinha de ter 65% de acertos, fui razoavelmente bem classificada e foi o primeiro acesso meu ao município. Em agosto foi a atribuição desse cargo, e eu fui trabalhar numa creche, foi a minha experiência que me traumatizou um pouco, mas aprendi muito, sofri muito. Fiquei um ano e meio na creche, meio ano porque eu não tinha muita opção na hora da escolha e queria experimentar. Arrepentida, chorei. Aí comecei a estudar sobre o desenvolvimento do bebê, para conhecer mais essa

faixa etária com que eu estava trabalhando. No segundo ano foi por opção mesmo. No ano seguinte, como estava no remanejamento compulsório, eu poderia escolher outro lugar, mas eu quis dar continuidade ao meu trabalho, mudei inclusive do berçário para o maternal para eu acompanhar o processo das crianças, foi aí que eu me apaixonei. Um ano e meio eu fiquei como professora de zero a quatro anos. Em seguida fui convidada para a Coordenação Pedagógica de creche mesmo, fiquei um ano, depois mais um ano na Coordenação da Educação Infantil, em seguida fui Chamada para a Assessoria Pedagogia e hoje, na função de Assessora, é o quinto ano de trabalho. A minha formação foi Magistério, depois eu fiz o PEC e agora a Gestão.

A Escola Padrão teria sido um marco reflexivo?

A mudança de concepção do processo de ensino e aprendizagem. O que é ser um professor e como ocorre a aprendizagem, quem é esse aluno dentro da minha sala de aula.

E isso interferiu na sua prática?

Sim. Com certeza. Porque eu passei a pesquisar, é difícil ter uma teoria e querer aplicar dentro da sala de aula. A teoria é importante, mas a prática dá o resultado. Muitas coisas eu questionava, eu estudava novamente, observava. A partir do momento em que eu vi que eu tinha de mudar a minha prática, eu só mudaria se eu estudasse. Se eu largasse aquele tradicional e arriscasse, eu iria ter um resultado, e foi a partir da Escola Padrão, que eu estava no processo de ensino aprendizagem. E acredito que o professor do Estado, com a formação que nós tínhamos do Estado - que eu passei a compreender melhor -, independentemente do local em que ele esteja, tem de ser um pesquisador e não ter medo de arriscar e saber que a gente erra muitas vezes, mas reconhecer o erro é reflexão, ver-se dentro de um processo.

Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o papel da avaliação do professor. Como você considera o papel da avaliação dentro desse processo educacional?

A avaliação passou por transformações, mudanças de paradigmas, e hoje nós temos uma avaliação mais consciente. Consciente para quem realiza essa avaliação, tenha conhecimento, saiba qual o sentido da avaliação. A avaliação deixou de ser classificatória para ser uma avaliação mesmo das aprendizagens e do desenvolvimento da criança. Acredito que a avaliação deva acontecer durante todo o tempo dentro de um espaço educativo. Antes a avaliação tinha uma data determinada, um período determinado, para classificar, para eliminar, enfim, ela era mais classificatória, e hoje vem mais como um recurso para esse educador, para que ele possa retomar as aprendizagens dos alunos. É uma avaliação frente às habilidades e competências desses alunos, e acredito que ela deva acontecer constantemente nesse espaço educativo, ao terminar um conteúdo, ao terminar um projeto, ao término do dia, antes de terminar um trabalho. Mas isso também não elimina a avaliação com data marcada, um período determinado, momento em que você tem outras questões a resolver também. A avaliação mesmo da aprendizagem dos alunos e depois dessa avaliação, uma retomada, levantar as aprendizagens, levantar também com que defasagem nós ficamos e dar continuidade a esse processo de aprendizagem do aluno. Essa é a visão que hoje eu tenho de avaliação. É isso que as escolas em que a gente trabalha, ou pelo menos o nosso grupo, vêm fazendo, acontecendo bimestralmente. Eu expus essa avaliação para os diretores porque os professores avaliavam os alunos de 3ºs e 4º anos que chegavam sem alguns conhecimentos, sem algumas habilidades e competências. Até mesmo alunos da mesma escola, chegavam diferentes em determinado ano. O professor não estava dando conta da aprendizagem do aluno, ou por um motivo, ou por outro. Então essa avaliação bimestral serve de retomada para que diretor e coordenador acompanhem o processo do professor no desenvolvimento de seu trabalho e, além dessa bimestral, ela também é construída pelos professores, porque até a

forma de questionar, de avaliar alguns conteúdos e aprendizagens precisa apresentar desafios na interpretação. Ela não é mais direta, como nós fazíamos. Com a participação desses professores, em cima de boas questões, comparando com as primeiras questões, hoje a gente vê diferença. Avaliação para mim não é “pegadinha”, tem que ser clara, tem de permitir uma boa interpretação, tem que deixar claro que resposta se pretende do aluno. Eu acredito que hoje nós temos realmente um processo de avaliação das aprendizagens, voltado para as habilidades e competências dos alunos.

E com relação ao professores, como você, na trajetória de Jundiá - já que você acompanhou parte disso como assessora -, está vendo o profissional?

Nós caminhamos muito, mas alguns professores eu percebo que ainda têm a insegurança por não se ter uma avaliação. Ele tinha na manga até para controlar o aluno, ter o respeito do aluno, ter o aluno na mão, a nota baixa, a reprovação do aluno também. Mas alguns professores já enxergam isso como necessário, uma avaliação da aprendizagem do aluno não só para classificar.

Há muito tempo estamos passando por formação, discutimos muito sobre a questão da avaliação, mas ainda precisa ser mais discutido. Acredito que os temas que envolvem a Educação, que fazem parte da nossa rotina de trabalho, têm sempre de ser discutidos. Nós tivemos um avanço por todo o investimento que o sistema fez na formação dos professores. Mas nós temos professores que fazem uma avaliação consciente, que acreditam nesse processo e avaliação, como há ainda aquele saudosista que gostaria que voltasse aquela avaliação que classifica, que retém e que só vê o que o aluno não sabe. Mas eu acho que é um processo e que temos de continuar investindo também. E como esta avaliação está na escola e nós temos os diretores e os coordenadores diretamente no processo de formação dos professores, isso ganha um resultado mais rápido. Diretor e Coordenadora acabam atendendo a dúvida do professor, investindo naquilo que ele está acreditando, no trabalho que ele tem de realizar frente à avaliação. E esse professor vai constatando pelo próprio resultado, vai mudando

a concepção dele, de que a avaliação deve ser mesmo para avaliar as habilidades e competências dos alunos. Nós estamos num processo, mudamos bastante, caminhamos, eu acho que o sistema tem muito ainda que intervir e proporcionar na formação dos professores. Mas hoje eu acredito que a formação principal está nas escola, que é dada pelo coordenador e pelo diretor, pela prática que o professor tem lá, bem próximo dele; ali você tem as atividades, tem as dúvidas, o professor se abre mais, você atende pontualmente, consegue acompanhar, tem o resultado, intervém, traz o resultado novamente e é assim que é processo de qualquer um de transformação, de qualquer indivíduo. Eu acho que temos caminhado bastante nisso.

O que você considera como um ponto positivo, ou pontos, como assessora que tem um âmbito de dados, uma visão estatística, de resultados dentro de um processo de aprendizagem na Educação Básica e o que você considera como ponto negativo, ou situações que ainda precisem de um olhar, ou que você esteja particularmente envolvida para poder dar um encaminhamento para isso? Você enxerga, mas por alguma razão ainda não está conseguindo desenvolver um projeto, um trabalho nesse sentido?

Há cerca de três anos, na Supervisão Pedagógica do município, nós levantamos uma proposta que seria baixar o índice de analfabetismo, e assim o aluno sair ao final do primeiro ano alfabetizado. Houve um grande investimento, tanto da Secretaria, dos Diretores e da Supervisão Pedagógica. Nós conseguimos que as crianças, ao final do primeiro ano, estivessem alfabetizadas. Hoje nós temos grupos de cinco anos alfabetizados, seis anos alfabetizados e primeiro ano seria a fase de alfabetização, do letramento. Esse foi positivo, um trabalho bem intensivo do grupo, na formação dos coordenadores, envolvimento de diretores e nosso.

Isso foi uma iniciativa positiva, então.

Foi uma iniciativa positiva, que não terminou, tem de ter continuidade sempre. Hoje nós, recebendo professores novos - não que eles não tenham conhecimento -, dando um apoio maior a esse processo de alfabetização de alunos ao final do primeiro ano, eu acredito ser a fase da alfabetização. E os dados mostram. Eu peço para os coordenadores, os alunos do segundo ao quarto ano que não estão alfabetizados, por que nós temos esse tipo de aluno. Poucos, mas temos. E nós vemos o processo de alfabetização, que é mais lento. Enquanto no primeiro ano, numa escola grande como a sua, nós conseguimos a cada bimestre alfabetizar, cem, cinqüenta, num quarto ano nós alfabetizamos um, três. E eu acredito que essa defasagem o aluno vai levar sempre e isso para mim prova que a fase da alfabetização é a hora certa, é esse primeiro ano, é a faixa etária dele. Nós temos que dar todas as oportunidades. Isso é positivo e nas minhas tabelas se comprova, eu tenho discutido isso bastante com o coordenador. E nós temos visto que alguns alunos têm a questão de terem uma deficiência mental, um atraso, algo envolvido psicológico, que atrasou esse processo deles, ou uma inclusão social, o acesso deles na escola com nove anos, dez anos sem estar alfabetizados. Isso nós temos bastante. Essa é a maioria que não está alfabetizada.

Negativo. Acho que em nenhum sistema existe nada negativo. Eu acho que deve haver uma continuidade, maior, intensa, não deixar a formação do professor em serviço. Quando eu falo em serviço eu acredito que tem de ser lá na escola, na Hora de Estudo. Lá estão os dois profissionais responsáveis pela formação. Mesmo tendo diretores que não acreditam nisso, que não se responsabilizam por isso, é nas horas de estudo que tem de acontecer a reflexão sobre a prática do professor, é onde ele pode expor uma prática de sala de aula e refletir por que deu certo, e por que não deu certo, e o que deve vir para essa reflexão não são só os fracassos, mas o trabalho positivo, o trabalho de sucesso para ser modelo para o outro. É o momento mais íntimo, em que ninguém tem medo de falar, de se expor, eu acho que precisa melhorar, intensificar. Mais qualidade do que já tem, nas Horas de Estudo. É algo que eu já vi com os coordenadores e com os diretores, Já conversamos um pouco disso também.

Porque a capacitação do sistema não consegue atender a particularidade que é a prática de sala de aula, ela vem atender a formação pessoal, e que vai ter uma mudança na sala de aula, no contexto da escola, tem, sempre tem. Mas nós precisamos ganhar mais pontos positivos nas Horas de Estudo.

Você comentou sobre essa fase da primeira série que você considera ideal para a alfabetização. Existe um trabalho específico com esses professores, esses profissionais que estão trabalhando com essa série inicial?

Sim. O PROFA¹² foi oferecido. O PROFA traz material de alfabetização, foi trabalhado no sistema. E hoje o PROFA tem outro nome o Letra e Vida. É o mesmo. Só mudou de nome. Houve há dois anos atrás a capacitação, a formação para o PROFA e, para dar essa formação, foram escolhidos professores do sistema. Eu não fiz. Professores do sistema que tiveram essa formação, coordenadores, assessores, foi porque eles conheciam a realidade do sistema e dos professores e da prática.

No meu trabalho, enquanto Supervisora Pedagógica, eu busquei organizar o PROFA, que não é novidade nenhuma, e organizar o material do PROFA, mas não gosto muito de fazer isso. Eu fiz um livro didático, nem sei se é isto, eu fiz uma organização de materiais de situações didáticas que vão favorecer a aprendizagem, a questão da alfabetização. Ofereci esse material aos professores porque vi uma necessidade muito grande, pois a maioria dos professores do período da tarde estão com os primeiros anos. Eu não acredito que nós tenhamos um caderno de material didático, eu não acredito nisso. Eu fiz essa organização por uma necessidade, mas o diferencial foi a forma de entregar para os professores.

Eu me reuni com os diretores e com os coordenadores e pedi para que esse material fosse explorado, lido e orientado, refletido em Hora de Estudo, porque se esse material chegasse às mãos do professor, iria chegar como um bom material,

¹² Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. Teve início no ano de 2001. Trata-se de um curso de conteúdo e procedimentos didáticos que tem como objetivo orientar e propiciar ao professor o desenvolvimento de sua qualificação e de suas competências profissionais na alfabetização de crianças jovens e adultos. www.mec.gov.br.

mas que não iria produzir resultado nenhum. Então o diferencial foi que os professores puderam estudar, ver o como fazer, o porquê fazer, pois naquele momento era o agrupamento, como ler a atividade, o porquê não dar respostas, e isso era formação para professor também, que eles faziam em sala de aula, porque deu resultado. Não daria resultado se feito antes, então eu busquei junto com os coordenadores, eu fiz algumas perguntas para os coordenadores, para que eles passassem a anotar as falas dos professores. Por que houve um diferencial na aprendizagem tão rápida neste segundo semestre, por quê? Eu tive essa resposta nesta semana. Eu fiz uma reunião com os coordenadores e eles foram me levantando tudo o que os professores falaram e o olhar do coordenador. Se não era novidade aquilo, porque deu resultado? Deu resultado porque eles sabiam por que fazer e como fazer. Eles pediram, já para 2007, eu fui cobrada por alguns professores desse material e não foi só para os novos, os antigos do sistema também gostaram, trabalharam com esse material e houve um resultado diferencial.

Eu me propus a fazer para 2007, eu vou fazer o material, só que eu não acredito nesse tipo de trabalho. Por isso eu digo que o professor tem de pesquisar. Quem está fazendo essa pesquisa nesse momento sou eu. Tenho que fazer essa pesquisa, sim. Mas se eu estiver em sala de aula e vir a minha demanda, eu tenho de buscar, buscar um parceiro, ajuda, então essa foi uma estratégia que eu compartilhei com o grupo de diretores e coordenadores para buscar uma solução para esse problema, que acredito que seja o meu papel também, estar mediando essas questões. O que é interessante é que, quando foi socializado pelos coordenadores esse material - está no outro caderno meu - eu senti o seguinte: os coordenadores, até por obrigação e por competência deles, do lugar onde estão, fizeram uma reflexão pontual, didático- pedagógica e o professor não. Muitos disseram, foi muito bom, eu gostei.

Isso é pouco. Então o que eu levantei com os coordenadores: os professores tinham de ter algo a mais a dizer. Tinha que haver uma reflexão. Não deu certo quando eu fiz isso, por causa disso. Eu não fiz isso. Eu sugeri aos coordenadores que se organizassem e que em Hora de Estudo fizessem a

mesma questão para os professores e abrissem uma roda de reflexão, porque isso é formação. Eles perceberam, houve um resultado diferente. Mas eles não souberam fazer uma crítica reflexiva, faltaram concepções, práticas pedagógicas. Adoraram, deu resultado, foi muito bom, querem mais, mas não houve reflexão verbal externa, talvez tenha ocorrido internamente. Mas o professor precisa ser crítico, ter essa prática de dizer os porquês que ocorreram dessa forma e os porquês que fizeram ocorrer dessa outra forma. Falta um pouco no professor essa reflexão. Conhecimento, têm. Digamos, essa prática. Eu não acredito muito quando alguém vem muito pautado em filósofos, em estudiosos da Educação, acredito se ele souber refletir, enxergar as mudanças. Não é o vocabulário que faz enriquecer alguma coisa e sim a reflexão dele da prática. Ele não precisa relacionar com Vygotsky, com Piaget, com Paulo Freire, com ninguém ele tem de enxergar a mudança aí. Com isso eu já levantei para 2007, mais essa demanda. É um trabalho mesmo efetivo que a Supervisão Pedagógica tem, que eu acredito ser dessa forma é que vai ajudar que as coisas mudem também.

Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Chega. Eu quero expor para você a questão dos Projetos. Os Projetos da Secretaria vêm contribuir para essa formação cultural. Nós temos a Semana Literária, você participou na escola. No ano que vem você vai poder ver mais de perto, mas você viu o acesso que as crianças tiveram ao vivo e em cores com os escritores, o que para muito dos nossos professores é a primeira vez. Então é esse o papel da Escola, e é esse o papel que a Secretaria vem oferecendo também por meio de projetos. O Circolando é o mundo da fantasia, á a dança, é o movimento, é estar num palco, ser o artista, e tem, sim o trabalho na Escola também. Os Projetos da Secretaria, alguns são por inscrições, por interesses da Escola, outros já estão na Escola como o Saúde no Prato e o Horta, que têm um trabalho pedagógico. Todos os Projetos, qualquer um da Secretaria, atendem ao currículo. Basta o professor, o coordenador, o diretor, todos conhecerem e mostrarem isso para os professores, não é algo a mais. Ele pode ser a primeira

etapa, como ele pode ser a finalização, como ele pode acontecer no meio do trabalho, ele mais uma situação didática que vai favorecer a aprendizagem. O Projeto aborda os conteúdos curriculares para cada série, tanto que há Projeto para Educação Infantil, grupo seis, só para a quarta série, o Despertando para a Leitura, o Biblioteca Móvel, que têm outra faixa etária, vêm ajudar o processo de aprendizagem do aluno, na sala de aula. Então é esse o papel dos Projetos na Secretaria.

- ANEXO V -

Entrevista realizada no dia 23 de março de 2007, no Paço Municipal, com o Secretário da Educação do Município de Jundiá – (Secretário).

Professor, em primeiro lugar eu gostaria de saber como você descreve a sua formação, a sua trajetória pessoal e o seu envolvimento com a Educação.

Eu acho que todos nós nascemos professores, ser professor é um dom de Deus. A gente já nasce. Todo educador tem essa luz. Eu sou esportista. Sou formado em Educação Física, mas a minha tendência sempre foi a criança. Tanto é que eu me especializei em recreação, e trabalhei a vida toda nessa linha, na formação integral, porque é do esporte que a gente consegue, primeiro, o lado afetivo, depois o social, que vem associado á motricidade; mas na verdade o forte do esporte é o social e, com certeza, levando isso para a Educação, principalmente o lado afetivo. Essa proximidade, esse carinho, essa ligação íntima com o educando, são fundamentais. Minha trajetória pessoal foi sempre voltada nesse sentido: fui professor, sempre trabalhei com criança, de 3ª a 5ª série, nunca gostei muito do Colegial. Comecei no Experimental da Lapa, São Paulo, Monte de Carvalho, foi uma grande faculdade para mim, depois passei para o Colégio Santa Cruz, fiquei lá 26 anos, sempre de 3ª a 5ª, também fui um dos pioneiros do Colégio Pentágono, fiquei lá 13 anos, e também dando aula na Faculdade de Educação Física na área de Recreação e Lazer, por muitos anos. Fui diretor da faculdade durante 8 anos e hoje estou aqui cumprindo mais essa missão que Deus me deu. Acho que ser Secretário da Educação não é uma profissão, é uma missão.

E antes de ser Secretário, o senhor já acompanhava as mudanças da Educação aqui no município?

Sim. Sempre bem próximo, porque nós tínhamos uma ligação muito grande entre a Educação Física e o Município, que eu sempre acompanhei com muito carinho, sempre de perto, participando de algumas capacitações, enviando professores mestres doutores da faculdade, sempre envolvido com a Educação.

Na sua visão houve uma alteração, uma mudança, o senhor percebe a mudança do professor realmente?

Vou retroagir a alguns anos atrás. Nos anos sessenta as escolas públicas eram as mais procuradas. Surgiram as escolas particulares para atender a demanda daqueles que não conseguiam vagas nas escolas estaduais, na época. Hoje, as coisas estão voltando ao que eram, a procura para as escolas municipais, públicas é muito grande. Haja vista que nós temos que fazer o impossível para atender toda a demanda.

A capacitação de professores: 99% dos nossos professores têm formação universitária, estamos investindo muito na pós graduação, são 150 todo ano. Com a capacitação permanente, qualificando desde os nossos funcionários até os diretores. Isso soma muito. Na realidade há uma linha de pensamento, há uma coerência no que diz respeito à Educação, há uma preocupação do município em levar essa linha de pensamento às escolas particulares, unificando uma linha de conduta para o futuro, de forma que toda a cidade esteja pensando da mesma maneira. Porque hoje, com as escolas sendo pequenas, principalmente municipais, cada uma tem a sua tendência e muitas vezes não são analisados quais são os objetivos da educação do município. Isso está se estendendo com o Projeto de Melhoria da Educação para outros municípios da região; então é fundamental que as próprias faculdades que preparam os futuros profissionais saibam exatamente o que o município espera, e que esses futuros profissionais estejam preparados para quando assumirem as escolas tanto públicas como as municipais, para saberem exatamente quais são os objetivos do município e que nós tenhamos sempre uma linha de pensamento único, sempre uma visão do futuro, não só na preparação de futuros universitários, mas de profissionais. Acredito que se chegarmos a esse ponto um dia, quando as crianças saírem da cidade e forem procurar o mercado de trabalho - até os empresários hoje, nós fazemos reuniões periódicas com eles, empresários da cidade -, a gente possa transmitir para a criança qual é o mercado que eles vão encontrar. Isso deve estar muito bem amarrado e é um trabalho que não se faz em um ano, ou dois.

O senhor disse que Jundiaí está sendo requisitada por outros municípios para poder começar a dialogar sobre a Educação.

Sim, nós atendemos hoje 14 municípios com menos de 50 mil habitantes que não têm estrutura; eles são convidados para virem aqui, participam das nossas capacitações. Existe um projeto que se chama Melhoria da Educação, o qual nós sediamos, e trocamos idéias, ajudamos em vários aspectos; com isso tudo a região se fortalece.

Quais são os seus objetivos em relação a esse espaço permanente de formação? O senhor irá manter o espaço? Enfim, o que o senhor pretende na sua gestão para ele? Quais são os seus objetivos?

Na realidade eu quero ampliá-lo. O que falta para Jundiaí hoje, apesar de nós termos 54 entidades assistenciais para deficientes de todos os graus, eu gostaria de ampliar este espaço para que nós tivéssemos o próprio pessoal na área da psicomotricidade, da pedagogia, da psicologia para também, não só para os deficientes, mas para as crianças que têm dificuldade de aprendizagem. Isso é uma falha. Não que não haja atendimento, mas nós gostaríamos que tivessem um atendimento mais direto, junto com a Secretaria de Educação para não se depender tanto da terceirização.

E com relação aos professores, o que se pretende hoje com a essa ampliação do Centro de Capacitação?

Cada vez capacitá-los mais. Trazendo profissionais de alto gabarito como tem acontecido sempre, trazendo cursos, deixando que participem de grandes eventos, palestras. Estamos sempre enviando os coordenadores e assessores, para que eles possam estar cada vez mais atualizados, para trazer novidades, melhorar cada vez mais a capacitação. Esse ano nós temos provavelmente uma

nova empresa, com mais de 3.000 horas de treinamento para os nossos professores. Isso é fundamental. A Educação evolui muito, muda todo dia. Outro dia me perguntaram se eu iria voltar a dar aulas na faculdade, eu disse eu não posso voltar a dar aulas na faculdade, porque eu fiquei oito anos como diretor, e dois anos aqui, são dez, dez anos na educação, eu não vou conseguir acompanhar. Na realidade, eu me sinto ultrapassado, porque evolui-se muito, as mudanças são drásticas. Se em 50 anos nós passamos de fogão à lenha para a alta tecnologia hoje, imagine na educação; então isso me preocupa muito. Um profissional da Educação tem que estar sempre estudando, desde o momento em que ele se considera professor, ele não pode parar de ler, estudar, participar de cursos, palestras, e ele não pode esperar as coisas acontecerem, tem que ir em busca de melhorar cada vez mais.

Como você vê a figura do diretor como formador, essa pessoa que participa das questões pedagógicas, já que aqui há um apelo direto a essa participação?

Na realidade o diretor é o pólo de ligação. Se ele não for uma pessoa entusiasta e que leve sempre aquela mensagem de mudança de progresso, de entusiasmo, as coisas ficam muito paradas. Eu vejo muitos profissionais que dependem de uma injeção de ânimo sempre, e o diretor hoje é uma peça fundamental, não pode ficar dependendo apenas das assessoras e coordenadora, tem que trazer novidades, escolhendo novas ações, interagindo com a família. Acho que a família é fundamental no processo educacional. Os nossos pais - que estou com sessenta anos já -, apesar do pouco grau de escolaridade, tinham a educação como tradição; é diferente de hoje. As famílias eram numerosas, porém, afetivamente, muito mais unidas; a educação era de berço, nós falávamos assim, apesar do pouco grau de escolaridade. Minha mãe era analfabeta e meu pai era caminhoneiro, no entanto nunca deixaram de nos educar com muito carinho, com muita compreensão, muito calor humano, e o mundo moderno hoje está deixando isso de lado. Muitas vezes as mães reivindicam aqui comigo

creches de sábado e domingo, eles não querem ficar mais com os filhos, e isso é muito ruim. Então, na realidade, essa parte afetiva, que é marcante da família, é o que está faltando; então o diretor pode ser um elo muito importante para que traga a família para escola, para que possa trazer programas que envolvam a família ,para trazer valores, pois a educação não se faz apenas na escola.

Há uma série de projetos da pasta, que são tidos como obrigatórios. O senhor acha que isso interfere na questão nesse papel formador, principalmente com a equipe docente, nas Horas de Estudo?

Projetos têm de ser renovados. Nós estamos trabalhando muito nisso, porque um projeto pode ser interessante por dois, três anos, Depois ele perde o encanto. O encanto que está no projeto é o que leva ao entusiasmo. Na realidade a minha grande preocupação é renovar os projetos. Não é que eles não tenham valor, mas eles já perderam o encanto, e toda a vez que você leva uma novidade para a escola, as crianças vêem com outros olhos, os professores também. Muita gente não gosta de mudança, mas elas são necessárias. “Quem mexeu no meu queijo?” Alguns projetos são fundamentais

Eles podem durar até cinco, seis, sete anos, mas ele não pode perder o encanto. Hoje mesmo eu estava com um grupo de São Paulo, que veio trazer a Ecoterapia. Uma visão diferenciada, não é para todo mundo, só para as crianças especiais. Mas é uma renovação e é um entusiasmo para elas. Quando um projeto começa a perder o encanto, o interesse, está repetitivo, está na hora de mudar. E nós temos projetos mil, coisas boas, excelentes, que podem acrescentar.

Retomando, o senhor falou sobre empresas. Como é feito esse processo de capacitação? São empresas contratadas?

Sim, nós abrimos uma licitação. Essas empresas não são daqui de Jundiaí, são universidades, o pessoal da USP participa, são empresas especializadas em

capacitação. Nós passamos para eles o que nós precisamos, qual é a área de atuação e eles indicam os profissionais do mais alto gabarito e os capacitadores para a semana toda. Uma vez por semana, esses capacitadores vêm e são analisadas quais são as necessidades do município, quais são os interesses dos professores, dos diretores.

Essa avaliação que vocês têm anualmente do município, que vai para a escola, que os diretores e os professores fazem, como ela é vista por vocês, analisada?

É feita uma série de reuniões com esses dados todos e analisamos quais os pontos positivos e negativos, o que tem que ser revisto, quais assuntos que têm de ser abordados, onde estão as falhas. Isso é feito todo início de ano, com todas as Assessoras e Coordenadoras Pedagógicas. Principalmente eu e as Assessoras trabalhamos muito em cima disso.

Isso é realmente feito com base no que as pessoas escrevem?

Sim, com certeza. Nem tudo. Porque são 1.400 professoras, e muitas coisas ficam inviáveis, mas é feito um apanhado das unidades para ser discutido.

Sobre o Centro de Capacitação: ele é muito bem equipado, aparatado tecnologicamente. Mas com relação à escola, a gente vê uma dificuldade de uso, até de sentar o professor ao computador e dizer “use a Internet”? Como o senhor vê essa situação?

A tecnologia muda muito. Em questão de dois anos, os computadores já estão obsoletos. Isso é uma grande dificuldade, porque esses equipamentos são muito caros. Mas o que mais me preocupa nas escolas é que nós temos escolas novas e outras muito antigas. Umas têm espaço para ampliar, outras não têm. Umas têm telhado de concreto, outras de madeira. E a manutenção é

complicadíssima. Quando nós assumimos aqui tínhamos uma empresa muito ruim e nós encerramos o contrato e ficamos seis meses sem conseguir um novo contrato; agora temos uma nova empresa e está dando conta, mas o número de escolas a serem atendidas é muito grande, são 130 escolas no município hoje, 19 centros esportivos, 80 mil refeições dia, 1.500 professores, os prédios são complicados. Agora nós compramos mais de 300 mesas do positivo. É um avanço muito grande, mas precisa de espaço. Muitas escolas não têm laboratórios. As máquinas são colocados no fundo das salas de aula A rede de internet, muitas vezes não atinge o bairro, tem de ser via rádio; então nós estamos fazendo um trabalho muito grande com a CIJUN, que é a empresa que trabalha com isso aqui no município, para que se coloquem os temas especiais para atender a demanda, porque na internet hoje, via telefone, é muito complicado. Então nós estamos fazendo via rádio, é uma coisa que demanda tempo, custo muito alto, mas nós estamos atingindo já algumas escolas. E pretendemos fazer rede entre as escolas para que elas possam se comunicar via Internet, tudo mais. Mas é um trabalho demorado, caro. Mas hoje, nós perdemos 7 milhões.

Retomando, existe uma intenção de que se tenha uma rede de comunicação?

Interligados. Todas as escolas. Já estamos fazendo um estudo de uma rede completa, via rádio, entre todas as unidades e o Centro de Capacitação. Ter uma Central. Um programa, para que facilite o mapeamento de todos os alunos, quem é quem, que ano faz, quais os graus de dificuldade; que o pai tenha uma senha, que ele tenha uma senha, para que ele possa entrar no sistema, acompanhar o próprio filho. Na realidade é essa a grande preocupação nossa e já está sendo estudada, está sendo planilhada. Mas é uma coisa que não se consegue fazer em pouco tempo, mas já há esse estudo e nós vamos conseguir antes de terminar o mandado; está funcionando.

O senhor acha que se vai conseguir ter esse professor que senta ao computador, pesquisa, faz seu trabalho como aluno, ou mesmo planeja a aula dele, será possível isso?

Eu creio que sim. Não é uma coisa que nós podemos fazer assim de uma hora para outra, nós estamos pedindo que a CIJUN faça esse estudo, mesmo porque sem isso, nós não chegaremos a lugar nenhum. A tecnologia é fundamental hoje.

Nós capacitamos todas as merendeiras para utilizar o sistema, e o sistema já está arcaico; em três ou quatro anos ele fica deficitário, nós temos que mudar tudo, treinar todo mundo novamente, mudar o programa. Muda muito, é assustador o avanço da tecnologia. Algumas escolas em bairros mais distantes, a Internet já chega via rádio, nós já conseguimos colocar em algumas, já, o sistema rádio.

E da própria empresa CIJUN, é ela que está fazendo essa adequação?

Sim, da própria empresa, é ela que está fazendo.

Como o senhor acha que deve ser o perfil de um profissional professor que trabalha no ensino básico hoje, e por quê?

Um profissional, como eu disse, tem de nascer. Não adianta achar que ele vai ser um professor porque ganha mais; se a pessoa não tem esse dom, no primeiro dia de aula ele vai perceber. Eu tenho doutores que assumiram aula esse ano, deram quinze dias de aula e desistiram. Especialistas, doutores que disseram assim: “Até que enfim eu vou dar aulas para crianças que não sejam de papel”. O que eu vejo hoje é que os profissionais saem das faculdades, fazem mestrado e doutorado e nunca tiveram a prática e a experiência. Isso é fundamental, alguma lei deveria mudar. Quem vai fazer mestrado não pode sair da faculdade e partir para um mestrado, porque lidar com o ser humano não é

para todo mundo, lidar com o ser humano é um dom, e as pessoas muitas vezes fazem suas pesquisas, fazem seus mestrados, doutorados, mas nunca se aproximaram de uma criança e falam sobre elas com muita propriedade. Então há que se ter essa vivência, o profissional que tem essa vivência, ele vai ser sempre uma lembrança eterna para as crianças, vai ser aquilo que nós tínhamos quando crianças, quando lembrávamos dos nossos professores com carinho, e isso nunca se afasta de nossa lembrança. Esse é o profissional que deixa a sua marca, que trabalha acima de tudo com a emoção, que consegue uma linha afetiva, sem isso ele não chega a lugar nenhum. Então eu sempre peço assim para os meus alunos na faculdade: sejam voluntários, participem dos eventos, aproximem-se do ser humano, das crianças principalmente. Aí você vai saber se você vai ser um profissional ou não, porque não adianta você ficar só estudando e não chegar próximo da criança. O profissional tem de descobrir o ser humano em primeiro lugar, e, a partir dessa identificação, com certeza ele vai ter mais entusiasmo, cada vez. Porque é muito comum vermos hoje profissionais que não têm carisma nenhum e isso a escola não dá, ele vai ter que descobrir por si só. E se ele não tem, já desiste, para que insistir. É Deus que nos ilumina e nos dá essa força. O profissional da educação tem que descobrir por si só que ele é um professor, que tem esse carisma, porque se ele não tiver, vai sofrer a vida toda, não vê a hora de aposentar, não vê a hora de chegar o final de semana, reclama quando tem de ir para a capacitação, não quer progredir, não quer avançar e isso é muito ruim para a área da educação; então o bom profissional tem de descobrir ele mesmo que é professor.

Quando eu me referi a perder muito dinheiro esse ano, eu me referia ao FUNDEB, à mudança do FUNDEF para o FUNDEB, porque esse ano, com essa mudança, o grande privilegiado é o Ensino Médio, e os municípios não têm, nós vamos perder muito com isso. Nós vamos fazer de tudo para não deixar a qualidade cair, não vamos deixar de construir, vamos partir para um sacrifício muito grande e continuar investindo na Educação. Não sei se estou finalizando ou não, mas eu penso que tudo depende da Educação. A Saúde depende da Educação, tudo o que é básico. As pessoas chegam aqui e dizem: tudo tem de

começar pela Educação. Então, a missão nossa, não somente a minha de Secretário, mas a missão nossa de Assessores, Coordenadores, Diretores, Professores, Merendeiras, Funcionários da limpeza, todos nós somos responsáveis pela Educação, porque todos nós temos o contato com a criança. Como é gostoso você ver as crianças se relacionarem bem com as merendeiras, com as faxineiras, aquele carinho que as pessoas têm um pelo outro, só isso faz com que a nação avance. A partir do momento em que as pessoas valorizarem, porque hoje as pessoas não valorizam mais a escola, é triste quando vemos escolas com vidros quebrados, pichada. Quando nós, da geração acima dos quarenta, fazíamos isso na escola? Os valores estão muito trocados neste país. A preocupação da família em educar, desapareceu. Então por isso nós temos de lutar. Lutar para que a gente resgate a Educação como um todo, da sociedade, da família, e principalmente da escola e valorizar o ser humano. Quantas vezes temos um aluno que pensamos ser “um capetinha” e de repente uma ação afetiva com ele muda todo o relacionamento, porque ele não têm isso em casa. Hoje o mundo é muito cruel, hoje as pessoas são números. É diferente de quando você saía pelo bairro e sabia quem era o padeiro, o sapateiro. Hoje ninguém sabe quem é quem. E eu tenho procurado sempre fazer esse trabalho e quero incentivar todos os diretores e professores para que valorizem seus bairros. O bairro Vila Rami, por exemplo, 90% dos moradores não sabem o que significa Rami, não sabem, Moram na Rua 23 de Maio, não sabem por que é 23 de Maio. Não conhecem a sua comunidade. Talvez se pudéssemos fazer um trabalho nesse sentido de valorizar não só a família, conversar com o vovô, muita gente não sabe que o vovô é imigrante, que ele veio da Itália, que ele sabia tanta coisa. A partir do momento em que valorizarmos o nosso espaço, nós vamos valorizar a vida e vamos valorizar a nossa cidade.

O que o senhor considera como pontos positivos e negativos no sistema educacional do município de Jundiáí?

Como ponto positivo, nós nos preocupamos com a formação. Temos uma despesa grande para manter o Centro de Capacitação e manter os profissionais oferecendo o que há de melhor. Preocupados com os equipamentos, são milhões gastos em computadores e máquinas de alfabetização do positivo, com multimeios, mas há uma demanda e nós temos de acompanhar o progresso.

O ponto negativo é que nós não atingimos um número de creches suficiente. A partir do momento em que começamos a educar no início da vida, isso pode favorecer muito o futuro. Porém temos apenas dezenove creches em Jundiá e estamos construindo até o final do mandato do prefeito Ary Fossen mais dez e também as reformas que nós estamos fazendo nas escolas mais antigas, mas isso é uma coisa que é possível superar num espaço médio de tempo. Temos também a melhoria da Educação, que é fantástico se conseguirmos unir todas as escolas num objetivo comum e a cidade, envolver os empresários, outros segmentos para que consigamos alcançar.

Com relação a esse processo de formação de professores, há alguma coisa que precisa ser melhorada?

Não dá para reunir todo mundo. Temos sempre que tomar uma iniciativa e nem sempre agrada todo mundo. Porém as intenções são as melhores possíveis. Quando um capacitador não atinge o objetivo ou não corresponde às expectativas do professor, de imediato pedimos para trocar, e se às vezes o professor não fala nada, continua o mesmo capacitador, mas ele tem toda a liberdade, o grupo tem toda a liberdade para falar, não está dando certo, precisamos avançar mais. Não podemos parar de avançar. Se eu disser para você que está tudo perfeito, não está. Se acharmos que chegamos à perfeição, pára o processo. Nós temos de achar que está faltando algo. Ir em busca da perfeição, mas nunca encontrá-la. Não podemos dizer que somos perfeitos. E tomara que isso demore muitos anos. Porque assim estaremos mudando, por muitos e muitos anos.

O senhor acha que essa perda do FUNDEF esse ano ainda pode ser resgatada, já que é inegável que para manter qualidade é preciso ter receita?

O que nós estamos pensando é em rever o plano e ação com relação à construção. Talvez uma adaptação? Vamos construir uma nova escola, vamos estudar direitinho, a demanda, por enquanto. Até nos adequarmos à nova realidade. Mas eu acredito que isso não vá interferir muito, porque tem como economizar de outras maneiras, sem deixar de lado as estruturas, a base.

O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

Eu estava no Caminho de Santiago, e eu encontrei uma belga, ela veio ao Brasil este ano, inclusive, e fez questão de conhecer nossa cidade, de tanto que eu falei. Ela ficou encantada em conhecer Jundiaí, ela falou que nunca viu uma cidade tão bonita. Porque as cidades belgas são muito antigas e ela achou a cidade com muito verde, muito limpa e gostou demais. E ela falou para mim: “_ Professor, quantas escolas você tem?” E eu falei o número escolas, do número de alunos, e ela falou; _ “Meu Deus, você é um herói!”. E eu disse, eu não. Eu convivo entre eles, os meus professores!

REFERÊNCIAS:

ALBERGARIA, Sandra Júlia Gonçalves. **A concepção de natureza nos estudos do meio realizados nos ginásios estaduais vocacionais do Estado de São Paulo, de 1961 a 1968.** Dissertação (Mestrado em Educação -Unicamp, Campinas,. 2004.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** São Paulo: Autores Associados, 2004.

BOURDIEU, Pierre e outros. **A Miséria do mundo** . Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMARGO, Dulce Maria Pompêo de; ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de. Projeto Pedagógico Xavante: Tensões e rupturas na intensidade da Construção Curricular. **Cad. Cedes**, Campinas, n.23 (61), p.338-336, dez 2003.

CASTANHO, Sérgio Eduardo M. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: CASTANHO, Maria Eugênia L.M.; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Pedagogia universitária: a aula em foco.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2002

CASTANHO, Sérgio Eduardo; M CASTANHO, Maria Eugênia L. M.(Org.). **Temas e Textos em Metodologia do Ensino Superior.** 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores, globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa Histórico-Sociológica. **Cadernos CERU**. Centro de Estudos Rurais e Urbanos n. 5, Série 2. São Paulo, Universidade de São Paulo-FFLCH, 1994.

DIAS SOBRINHO, José. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, Luiz Carlos (Org). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: ARTMED, 1989, Cap. 6 e 7.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, Luis Carlos de. **Ciclo, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

GOLDBERG, Maria Amélia A.; SOUZA, Clarilza Prado. **A prática da avaliação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** . 4. ed. Rio de Janeiro: DPEA, 2000.

HARGREAVES, Andy. **Os professores em tempos de mudança**: o trabalho e a cultura dos professores na Idade pós-moderna. Lisboa: McGraw –Hill, 1998.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

INEP, Instituto de Normas Estatísticas e Pesquisa – www.inep.gov.br

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Trabalhando com História Oral: reflexões sobre procedimentos de pesquisa. **Cadernos CERU**. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. n.11, Série 2 . São Paulo: Universidade de São Paulo-FFLCH, 2000.

LEITE, Denise. **Reformas universitárias**: Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Maria de Lourdes Rocha. **Pedagogia universitária**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura.(Org). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

LUCA, Tânia Regina de . Fontes Impressas In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A.. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. **Temas básicos de Educação e Ensino**. São Paulo: EPU, 1986.

MEC. Departamento de Políticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. **Ensino fundamental de nove anos : orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília/DF. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo História Oral e memória. **Cadernos CERU**. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. N.5, Série 2. São Paulo. Universidade de São Paulo-FFLCH., 1994.

MEIRELES, Cecília. **Cânticos**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Ismar. **Curso Educom TV**. São Paulo: Universidade de São Paulo,, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática. 2003.

PERRENOUD, Philippe **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre: ARTMED, 2002

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem**: entre duas lógicas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINSKY, Carla Bassanesi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO, Iara Glória Areias (concepção e coordenação). **Jundiahy porta para a educação**. Jundiaí: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes- Rettec artes gráficas, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, ideologia e contra ideologia: temas básicos de educação e ensino**. São Paulo: E.P.U., 1986.

SHARMAN-BURKE, Juliet. *O tarô mitológico*. 27. ed. São Paulo: ARX, 2003.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo** :um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

UOL, UNIVERSO ON LINE. www.uol.com.br – 24/04/2007

VIANNA, Heraldo Merelim . **Avaliação educacional**. São Paulo: IBRASA, 2000.